

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

Francisco Miguel Ferreira Fernandes Ornelas Pestana

Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em Finanças

Orientador:

Prof. Pedro Manuel de Sousa Leite Inácio, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School,
Departamento de Finanças

setembro 2016

AGRADECIMENTOS

A realização deste projeto de mestrado contou com importantes contributos que não podem e não devem deixar de ser realçados. Foi mais uma etapa importante na minha vida, pelo que expresso aqui o meu profundo reconhecimento e sincero agradecimento.

Em primeiro lugar agradeço ao Professor Pedro Leite Inácio, meu orientador, pelo apoio, incentivo, constante disponibilidade, pelo saber que transmitiu e pela forma como contribuiu para que fosse possível solucionar as dúvidas e os problemas que foram surgindo.

A todas as Instituições que contribuíram para que o meu trabalho ficasse mais enriquecido com os dados disponibilizados.

Aos meus amigos e colegas que estiveram sempre ao meu lado nesta fase, contribuindo com o seu apoio, força e companheirismo.

Por último, à minha família, em especial aos meus pais e irmãos, um sincero obrigado pela força transmitida, apoio incondicional e por acreditarem em mim e nas minhas capacidades. À Maria Pedro, pela motivação, pela paciência demonstrada e ajuda na superação dos obstáculos, dando-me a coragem e a motivação necessária para saborear as pequenas vitórias.

A eles dedico este trabalho.

RESUMO

O principal objetivo deste projeto passa por analisar o crédito bancário concedido por parte do Banco Santander Totta, S.A., da Caixa Geral de Depósitos, S.A., do Banco Português Internacional, S.A. e do Banco Comercial Português S.A., no período de 2012 a 2014.

O estudo incide nos valores apresentados pelas referidas instituições nas Rúbricas de crédito a clientes na sua versão macro, e numa versão micro, na repartição de financiamento por sectores de atividade e na análise do crédito malparado em função do crédito concedido correspondente. A análise mais micro visa identificar padrões de financiamento por setores de atividade, identificar padrões e compreender o posicionamento destas instituições quanto à concessão de crédito a empresas.

A metodologia utilizada compara a rúbrica de crédito a clientes, nos relatórios & contas anuais de cada instituição bancária em estudo, com o setor agregado.

Palavras-Chave: instituições financeiras, crédito concedido e vencido, setores de atividade e empresas.

ABSTRACT

The main objective of this project involves analyzing bank credit granted by Banco Santander Totta, SA, Caixa Geral de Depósitos (a government owned bank), BPI and BCP, in the period 2012-2014.

The study focuses on the figures provided by the institutions on credit lines to customers both in their macro and micro versions, including the allocation of funding by activity sectors and non-performing loans by each of those sectors. The micro analysis aims to identify patterns of financing activity sectors, and to understand the position of these institutions for the granting of loans to companies.

The methodology compares credit to customers, reports & annual accounts for each bank in the study, with the household sector.

Keywords: financial institutions, granted and non-performing loans, business sectors and companies.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	I
RESUMO	II
ABSTRACT	III
ÍNDICE	IV
ÍNDICE FIGURAS	V
ÍNDICE TABELAS.....	V
ÍNDICE ANEXOS.....	VI
LISTA DE ABREVIATURAS	VI
1. INTRODUÇÃO / SUMÁRIO EXECUTIVO	1
2. REVISÃO DA LITERATURA	4
2.1. Sistema Financeiro	4
2.2. Atividade bancária e evolução recente em Portugal.....	6
2.3. Crédito bancário e o risco associado	8
2.4. Financiamento às empresas e o risco de insolvência.....	12
2.5. Financiamentos bancários.....	13
2.6. Prevenção e gestão de incumprimento	17
2.7. Regras de provisão.....	21
3. ANÁLISE DO CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS.....	25
3.1. Sector agregado e principais referências da atividade bancária em Portugal.....	25
3.2. Análise Individual.....	26
3.3. Análise Comparativa	30
3.4. Análise por setores de atividade e seu posicionamento.....	33
3.5. Quotas de mercado	43
4. CONCLUSÃO	46
5. BIBLIOGRAFIA.....	48
6. ANEXOS.....	50

ÍNDICE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura do mercado financeiro	5
Figura 2 - Mapa de estabilidade financeira global	10
Figura 3 - Quadro legal e regulamentar relativo ao incumprimento de contratos de crédito..	18
Figura 4 - Crédito vivo em 2012	38
Figura 5 - Crédito vivo em 2013	38
Figura 6 - Crédito vivo em 2014	39
Figura 7 - Percentagem do crédito vencido em 2012.....	40
Figura 8 - Percentagem do crédito vencido em 2013.....	40
Figura 9 - Percentagem do crédito vencido em 2014.....	41
Figura 10 - Crédito total (vivo + vencido) por setores (2012)	42
Figura 11 - Crédito total (vivo + vencido) por setores (2013)	42
Figura 12 - Crédito total (vivo + vencido) por setores (2014)	43
Figura 13 - Quota de mercado de crédito a clientes.....	44
Figura 14 - Quotas mercado – % crédito concedido a clientes	45

ÍNDICE TABELAS

Tabela 1 - Previsões para risco específico de crédito vencido e outros de cobrança duvidosa	22
Tabela 2 - Crédito a clientes - Total Agregado	26
Tabela 3 - Rúbricas do Balanço associadas ao crédito.....	30
Tabela 4 - Análise do Resultado Líquido	31
Tabela 5 - Análise do Produto Bancário	32
Tabela 6 - Análise da Margem Financeira	32
Tabela 7 - Análise dos Juros e Proveitos similares	33
Tabela 8 - Base agregada de sectores de atividade	36
Tabela 9 - Análise de quotas de mercado.....	45

ÍNDICE ANEXOS

Anexo 1 - Balanço consolidado 2012	50
Anexo 2 - Balanço consolidado 2013	52
Anexo 3 - Balanço consolidado 2014	54
Anexo 4 - Demonstração dos resultados consolidadas 2012	56
Anexo 5 - Demonstração dos resultados consolidadas 2013	57
Anexo 6 - Demonstração dos resultados consolidadas 2014	58
Anexo 7 - Crédito a clientes por setores de atividade - BCP	59
Anexo 8 - Crédito a clientes por setores de atividade - CGD	61
Anexo 9 - Crédito a clientes por setores de atividade - BST	63
Anexo 10 - Crédito a clientes por setores de atividade - BPI	65
Anexo 11 - Crédito a clientes por setor agregado - BCP	70

LISTA DE ABREVIATURAS

- BCE: Banco Central Europeu
- CGD: Caixa Geral de Depósitos S.A.
- BPI: Banco Português Internacional S.A.
- BST: Banco Santander Totta S.A.
- BCP: Banco Comercial Português S.A.
- ALD: Aluguer de Longa Duração
- PERSI: Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento
- PARI: Plano de Ação para o Risco de Incumprimento
- PME: Micro, pequena ou média empresa
- SGM: Sociedade de Garantia Mutua
- APB: Associação Portuguesa de Bancos
- IVA: Imposto de Valor Acrescentado
- IMT: Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis

1. INTRODUÇÃO / SUMÁRIO EXECUTIVO

Numa era de globalização financeira, onde a concorrência é intensa e a palavra risco está sempre presente, estamos igualmente a observar o fenómeno inovação que tende a crescer e a fazer, cada vez mais, parte do nosso dia-a-dia. Este fenómeno continua a influenciar a atividade das instituições financeiras e de crédito, na medida em que as mesmas têm de se dar uma boa resposta aos reajustes constantes por um lado e por outro, acompanhar a evolução onde o cliente tem cada vez mais autonomia na contratação de produtos/serviços financeiros, evitando por vezes a deslocação à instituição financeira por ele selecionada. Aliado a estes fatores, a crise financeira vivida no início do presente século, onde o impacto no setor bancário foi significativo, tendo mesmo algumas entidades falido, outras a necessidade de recorrer aos fundos públicos e ainda outras que reduziram os seus resultados face a uma maior exigência, é importante redefinir estratégias e orientações para gerar mais confiança dos clientes e dos mercados, potenciar a motivação dos seus trabalhadores e garantir melhores rentabilidades. O acesso e análise de informação assume-se enquanto fator de valorização das organizações, permitindo o acompanhar da evolução do sistema económico. É neste pressuposto que assenta o presente projeto em que se pretende analisar o crédito bancário concedido a empresas, num período de instabilidade económica, pelos quatro Grupos bancários com maior relevância a nível nacional, nomeadamente o Banco Santander Totta, S.A., a Caixa Geral de Depósitos, S.A., o Banco BPI, S.A., e o Banco Comercial Português, S.A.. Trata-se de um projeto argumentativo onde também se pretende analisar os setores de atividade que mais recorrem a crédito bancário e comparar com o setor agregado. Numa primeira fase pretende-se caracterizar a origem da atividade bancária e a sua evolução em Portugal, explorando principalmente o papel dos bancos. Ainda no enquadramento do projeto vai ser abordado o crédito bancário e a entidade reguladora e supervisora das principais instituições que compõem o sistema financeiro português, o Banco de Portugal. Uma vez que a apreciação dos pedidos de crédito obedece a vários critérios, serão analisadas as regras no exercício dos poderes de crédito, mais concretamente as regras gerais, específicas e operações excluídas dos poderes das comissões de crédito nas unidades de negócio, utilizando como referência o Grupo Santander Totta S.A..

Tendo como objeto de estudo as empresas que operam em contexto nacional, será importante definir quais os critérios de segmentação a serem utilizados, tais como: a dimensão,

o setor de atividade e a localização geográfica de forma a perceber o que motiva o recurso ao financiamento. O financiamento contraído na banca por parte das empresas é de curto e médio/longo prazo, pelo que neste projeto são exploradas as principais formas de financiamento, o risco associado ao crédito bancário, regras de provisionamento e regras de solvência. A análise desenvolvida tem por base os relatórios & contas anuais das quatro instituições em estudo e incidindo na comparação destes dados com aqueles obtidos do setor agregado. Neste sentido, o presente trabalho visa responder às seguintes questões:

- Quais os sectores de atividade que mais recorrem a crédito?
- Quais os sectores de atividade que a banca mais apoia?
- Existe um padrão de financiamento a nível nacional?
- Quem tem maior quota de mercado a nível de crédito a empresas?

No desenvolver deste projeto verificámos que as bases de dados são diferentes conforme o banco. Desta forma foi criada uma base comum para melhor efetuar comparações. Setores de atividade com menor expressão foram incorporados num setor denominado outras atividades/outros serviços, que ganhou protagonismo e superou, em termos absolutos, setores como as indústrias transformadoras, construção e o comércio grosso/retalho, que por si só assumem destaque quando analisamos crédito concedido pelas instituições bancárias em estudo. Numa época de recessão económica, particularmente desafiante para as empresas nacionais, a procura de padrões de financiamento bancário é um dos principais motivos para a escolha do tema deste projeto. É motivador a título pessoal e de extrema importância para os bancos, na implementação da sua estratégia e consequente oferta, perceberem quais os setores de atividade que mais recorrem a financiamento e dentro dos mesmos, quais os que entram mais facilmente em incumprimento. Por outro lado, é fundamental para as empresas que necessitam de se financiar perceberem quais os bancos mais propícios e com melhores ofertas para serem seus parceiros. De facto, pudemos verificar um padrão de financiamento homogéneo na maioria dos setores de atividade ao longo dos três anos, nas instituições analisadas, com exceção novamente dos sectores já acima mencionados, pelo que a informação recolhida é parca para afirmar que existe um padrão a nível nacional. Das quatro instituições bancárias analisadas, no crédito a clientes, verifica-se que a CGD e o BCP assumem uma posição de destaque quando o tema é quota de mercado, assumindo o BST e o BPI, com valores próximos, percentagens muito inferiores. A nível pessoal, prende-se ainda com a experiência do autor e motivação profissional no Grupo Santander Totta, em que a temática abordada aproxima-me da realidade das empresas, das suas necessidades, dificuldades e aspirações. Considera-se assim, que

este trabalho permitirá reforçar competências, garantindo uma visão holística aquando de futuras análises empresariais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Sistema Financeiro

A velocidade com que se operaram as mudanças da nossa sociedade e o crescimento das relações comerciais marcaram o final do século XX. O aparecimento acentuado de novos segmentos e a fragmentação dos mercados aliados à diferenciação e à inovação por um lado, a globalização dos mercados, a criação de blocos económicos e a concorrência nas transações por outro, modificaram a nossa sociedade assim como trouxeram diferentes formas de negociar, passando a coexistir dentro do mesmo processo, mercados, instituições e indivíduos, mais rigorosos. É com base neste conjunto de mercados nos quais indivíduos e instituições negociam que se designa o sistema financeiro (J. Tomé, 1999).

A Associação Portuguesa de Bancos defende que o sistema financeiro envolve um conjunto de instituições financeiras que asseguram essencialmente a transferência dos recursos para os mercados financeiros através da compra e venda de produtos financeiros. Desta forma são as instituições financeiras que assumem o papel de mediação entre os agentes económicos que ora assumem papel de aforradores ou investidores. (http://www.apb.pt/sistema_financeiro/o_que_e).

Em qualquer sistema financeiro, para além das instituições ou intermediários financeiros, encontramos dois elementos fundamentais, os mercados financeiros e os instrumentos ou ativos financeiros (González e Pascual, 1995). O mercado financeiro constitui um circuito de financiamento especializado, com um conjunto de instrumentos, mecanismos e instituições que asseguram a canalização das poupanças para o investimento, conforme demonstra figura 1.

Para José Tomé (1999) “os mercados financeiros são a relação entre a procura e oferta total de operações com vista à afetação eficiente de capital financeiro entre várias alternativas de uso físico na economia, ou seja, à criação e transferência de ativos e passivos financeiros”.

A canalização da poupança é feita normalmente através da banca, onde os bancos recebem os depósitos (as poupanças dos seus clientes) para de seguida afetarem aos investidores, emprestando-lhes os montantes que necessitam. O mercado financeiro fez surgir alternativas a esta situação, dado que estes mesmos agentes, de uma forma direta ou indireta recorrem ao mercado. Os investidores por seu lado recorrem por vezes à emissão de produtos financeiros para obterem financiamentos mais favoráveis e os aforradores

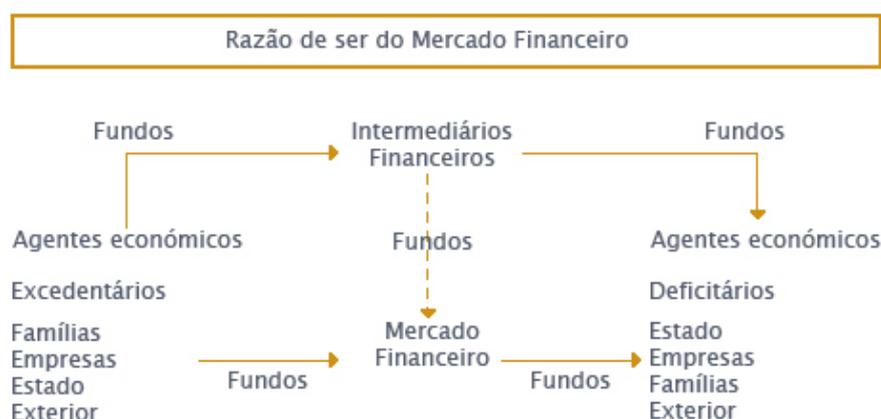
aplicam as suas poupanças nestes produtos para obterem uma remuneração superior a um depósito tradicional.

As principais funções, deste elemento fundamental do sistema financeiro (mercados financeiros), apontadas por González e Pascual (2015), são: pôr em contacto os agentes intervenientes, proporcionar liquidez aos ativos, reduzir os prazos e os custos de intermediação e fixar de modo adequado os preços dos instrumentos financeiros.

Em Portugal, o sistema financeiro é constituído pelos intermediários financeiros e outras instituições financeiras, ativos e instrumentos financeiros, mercados, investidores finais e entidades reguladoras e supervisoras. Na realização de operações no campo financeiro a classificação dos agentes económicos é fulcral para a sistematização da respetiva informação de acordo com as várias vertentes institucionalizadas pelas autoridades monetárias, na medida que são os mesmos que as realizam. A nível de supervisão, o Banco de Portugal desempenha funções de extrema importância uma vez que é responsável pelo supervisionamento das instituições financeiras a ele sujeitas, a recolha e a elaboração das estatísticas monetárias, financeiras, cambiais, e da balança de pagamentos e o controlo dos mercados monetários e cambial (Caiado e Caiado, 2006)

Para Allen e Gale (2001) “sistemas financeiros são cruciais para a alocação de recursos em uma economia moderna. Eles canalizam as poupanças das famílias para o sector produtivo e alocam fundos de investimento entre as firmas”.

Figura 1 - Estrutura do mercado financeiro



Fonte: Associação Portuguesa de Bancos

2.2. Atividade bancária e evolução recente em Portugal

Segundo Caiado e Caiado (2006), a atividade bancária teve origem religiosa na medida que as entidades religiosas guardavam nos seus templos a riqueza e tesouros dos cidadãos ausentes devido a períodos de instabilidade ou até por ações militares. Aos poucos essas mesmas entidades responsáveis pela segurança dos bens começaram a emprestar os mesmos (fundamentalmente os bens mais antigos) a quem necessitasse e em troca recebiam reconhecimento divino e popularidade no seio das comunidades. Esta ação foi seguida pelos comerciantes e proprietários com maior riqueza e em troca, por vezes, nos empréstimos a quem mais necessitava cobravam taxas de juro especulativas, o que levou as entidades pública a intervir e a tomar medidas de combate. No início do século XV surgem os primeiros bancos públicos, nomeadamente o Taula de Cambi de Barcelona (1401), Taula de Cambi de Valência (1407) e Casa di San Giorgio de Génova (1408). Mais tarde, em 1619, foi fundado na República de Veneza, o Banco Del Giro, de forma a instigar os fornecedores do Estado a consentirem receber os seus créditos através de certificados negociados livremente. É através do Banco Del Giro que surge o papel-moeda, por intermédio da emissão de certificados de dívida que venciam juros e eram transmissíveis por endosso, processo este, imitado por outros bancos, tendo-se alastrado para vários Estados. O papel-moeda (meio de pagamento igual à moeda metálica), era a nova forma de moeda e tratava-se de certificados entregues aos depositantes. Foi no início do século passado que emergem os bancos emissores, que monopolizaram a emissão de notas, os bancos comerciais com clientes com vastos depósitos, as casas bancárias e as suas operações financeiras, e as instituições parabancárias que concediam empréstimos (Caiado e Caiado, 2006).

A nível Nacional, conforme descreve o Banco de Portugal, foi criado por decreto régio em novembro de 1846 o Banco de Portugal, tendo a função de banco emissor e comercial. O mesmo surgiu na sequência da fusão entre a Companhia Confiança Nacional e o Banco de Lisboa, sendo uma sociedade de investimento especializada no financiamento da dívida pública. Até 1887, o Banco de Portugal partilhou com outras Instituições o direito de emissão de notas, que mais tarde, concretamente segundo a publicação do decreto de 9 de julho de 1891, passou a deter exclusividade na emissão para Continente, Madeira e Açores (<https://www.bportugal.pt/pt/PT/OBancoeoEurosistema/Historia/Paginas/default.aspx>).

Conforme descrito por Caiado e Caiado (2006), em 1975, após as nacionalizações dos bancos portugueses, alguns entraram em profundas dificuldades, tendo sido objeto de fusões. Em 1983, o acesso à atividade bancária voltou a ser aberto ao privado, o que fomentou o surgimento de numerosas instituições parabancárias, as quais exercem alguma função de crédito ou outra atividade que possa afetar o funcionamento financeiro, monetário ou cambial. Após adesão de Portugal à União Europeia em 1986 o sector bancário e financeiro foi significativamente alterado, pelo que existiram vários períodos marcantes na evolução da atividade bancária e financeira em Portugal. No primeiro período destacado, compreendido entre **1957 e 1974**, é realçado o facto de as instituições de crédito terem sido classificadas consoante a natureza das suas funções com objetivo de atingir uma maior especialização na sua atividade. Nesta fase apareceram os bancos de poupança, com intuito de captar a generalidade da poupança nacional, os bancos comerciais para de curto prazo, e os bancos de investimento direcionados para operações de financiamento a médio e longo prazo. É de destacar o Banco Fomento Nacional que tinha como propósito financiar projetos para o desenvolvimento económico e social do País e a Caixa Geral de Depósitos que colaborava na realização da política de crédito do Governo, no incentivo e mobilização da poupança para o financiamento do desenvolvimento económico e social, na distribuição seletiva do crédito e na regulação dos mercados monetário e financeiro. No período de **1974 a 1983**, marcado pela revolução de 25 abril de 1974 e conseqüentes ações, como a nacionalização dos bancos nacionais, incluindo o Banco de Portugal, a fusão de alguns bancos nacionais e o alargamento da rede bancária. De realçar ainda a aprovação do novo Plano de Contas para o Sistema Bancário, a reestruturação dos cartões de crédito, a constituições de empresas parabancárias e a criação de mercados interbancários assim como a descentralização do poder de decisão. É neste período que são instituídos os *plafonds* de crédito ou limites de crédito na sequência das orientações imperativas provenientes do Fundo Monetário Internacional para as instituições de crédito com o objetivo de restringir a expansão da massa monetária face aos défices da balança de pagamentos e às elevadas taxas de inflação. No seguinte período, nomeadamente entre **1983 e 1998**, dá-se a criação da Associação Portuguesa de Bancos, concretamente em 1984, que é a principal entidade que em Portugal representa o sector bancário, contudo a principal medida tomada nesta fase passou pela abertura ao privado da atividade bancária perspetivando-se a adesão de Portugal à União Europeia que se verificou em 1986. Nesta fase continuou a criação de instituições parabancárias como sociedades de *factoring*, *leasing*, de fundos de investimento e de pensões, de rating e corretoras. Foi publicado o

Decreto-Lei n.º 298/92, de 31/12, sendo revogada a maior parte da legislação financeira até então vigente, que regula o processo de estabelecimento e o exercício da atividade das instituições de crédito e sociedades financeiras. Assistiu-se ainda à dinamização da bolsa de valores, à regulamentação dos mercados monetário, cambial e financeiro e à remodelação das suas estatísticas que no contexto de integração financeira em curso assumiram um papel essencial. A preparação destas estatísticas, levado a cabo pelo Banco de Portugal em colaboração com os bancos, instituições financeiras e de crédito e empresas, conduziu à institucionalização das Estatísticas das Operações com o Exterior, que deu entrada em vigor a 1 de janeiro de 1993, com o propósito de elaborar a Balança de Pagamentos Externos de Portugal. Já nos finais de 1990 foram abolidos os *plafonds* ou limites de crédito que grandes dificuldades criaram às empresas que operavam em Portugal na década de 80, pois tinham sido criados para resolver problemas estruturais da economia portuguesa, concretamente na área da redução do défice da Balança de Pagamentos e do controlo da inflação. Por último, é muito importante assinalar o período caracterizado pela fixação definitiva da taxa de conversão, entre o Euro e as moedas nacionais dos 11 Estados Membros da União Europeia, onde foram excluídos três países por decisão própria e a Grécia por não cumprir os critérios estabelecidos no Tratado de Maastricht. No caso de Portugal ficou estabelecido que um Euro foi equivalente a 200,482 escudos, moeda que passou a circular como moeda única a partir de janeiro de 2002, período em que foi criado o Banco Central Europeu.

2.3. Crédito bancário e o risco associado

Uma instituição de crédito é uma empresa cuja atividade passa por receber dos seus clientes depósitos e/ou outros fundos reembolsáveis, para que os possa aplicar por conta própria através da concessão de crédito. Caiado e Caiado (2006) defendem igualmente que os bancos são as instituições financeiras com maior projeção quando o tema é crédito concedido, e descrevem que só os bancos e a Caixa Geral de Depósitos podem efetuar todas as operações autorizadas às instituições de crédito. É de destacar o crédito concedido a clientes quando se fala em operações ativas pois se trata de uma das principais fontes de rendimento que alimenta a conta de exploração das instituições bancárias. Os pedidos de concessão de crédito bancário estão sujeitos a uma apreciação detalhada onde podemos salientar a análise dos elementos históricos, atuais e previsionais do proponente,

são verificados os elementos do projeto e a sua viabilidade técnica, económica e financeira, as garantias prestadas, a política geral do banco, o sector de atividade e o grupo económico em que se insere assim como o risco da aplicação a que o crédito se destina. Cabido (1999) afirma que o Crédito é um contrato bilateral, onde uma parte empresta e a outra que pede emprestado e promete pagar num prazo acordado. Não é capital, mas provoca a circulação do mesmo e em consequência a produtividade que gera lucro.

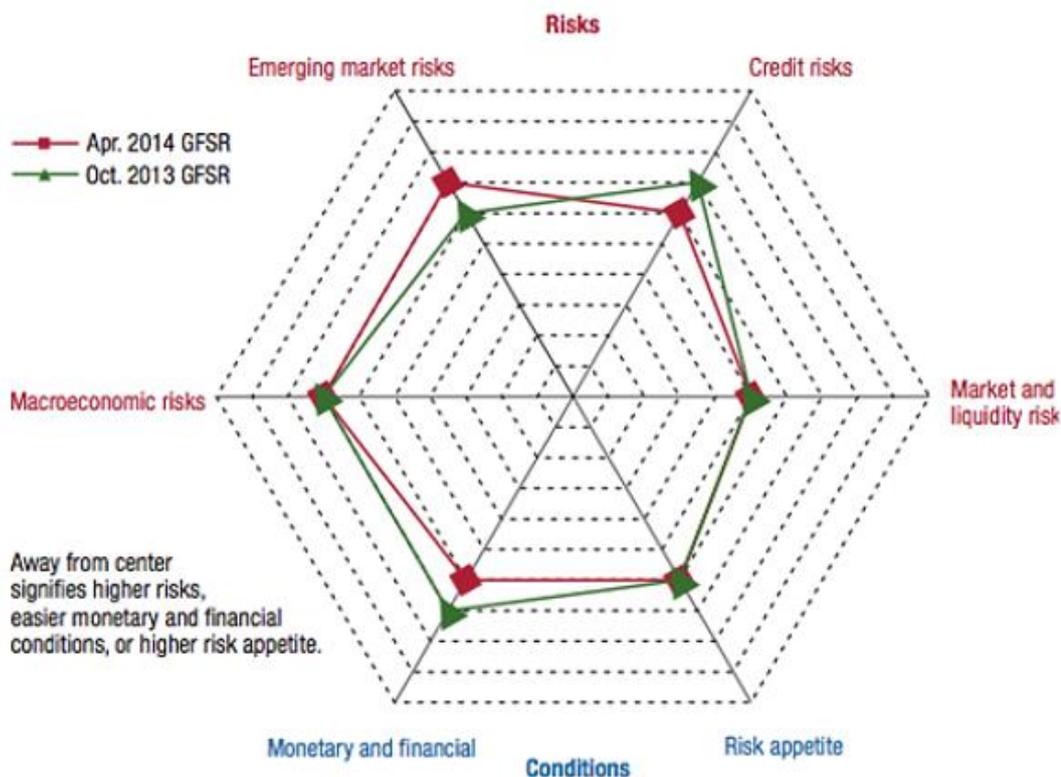
A relação e função do crédito bancário nas empresas tem vindo a evoluir de forma a fazer face às novas necessidades que surgem no mercado, onde os objetivos do crédito são cada vez mais vastos e complexos. Neste contexto serve para mobilizar ativos da empresa, restabelecimento de desequilíbrios financeiros temporários, necessidades de tesouraria, financiamento aos ciclos de exploração ou de investimento (incluindo novos projetos) e até mesmo pode permitir a reestruturação ou saneamento financeiro das empresas desde que economicamente viáveis e sob determinadas condições. Uma vez que se trata de um capital alheio deve ter cariz temporário, ajustado à finalidade do crédito e da operação que suporta, equilibrando-se com o capital próprio da empresa, embora neste caso dependa da natureza, dimensão e sector de atividade da mesma, pois por exemplo, uma empresa industrial com elevado equipamento e infraestruturas não apresenta a mesma relação de uma empresa comercial (Cabido, 1999).

A globalização, a inovação assim como a integração dos mercados abriu portas a novas oportunidades de negócio para os bancos, contudo a crise financeira internacional do início do século XXI, abalou a gestão dos reguladores e revelou algumas deficiências (González e Pascual, 2015).

As instituições financeiras conscientes de que uma gestão de risco rigorosa e com qualidade proporciona uma vantagem competitiva, investiram recursos e esforços para desenvolver modelos organizativos que permitissem potenciar a gestão dos diferentes tipos de riscos, de maneira a reduzir a exposição a um conjunto de fatores conjunturais que não controlam e que condicionam a procura de crédito, o custo do financiamento e o incumprimento, entre outros. Os bancos assumiram desde sempre, variados tipos de riscos como por exemplo: risco de crédito, de liquidez, operacional, estratégico, taxa de juro e taxa de câmbio, uma vez que assumir riscos é inerente ao exercício da sua atividade financeira, pois quando estamos a tentar potenciar lucro ou até mesmo sofrer perdas a incerteza esta sempre associada. Como diria Cabido (1999), o risco é um elemento fundamental associado ao próprio crédito, na apreciação e decisão de qualquer operação.

González e Pascual (2015) apontam que o principal desafio para o governo e principais executivos bancários passa por conseguir um equilíbrio entre a pressão imposta pela regulamentação e a criação de valor para as pessoas ou grupos que são capazes de exercer influência no avanço da empresa, como por exemplo os acionistas, clientes, empregados, meios de comunicação e concorrentes. O Fundo Monetário Internacional (FMI) publica duas vezes por ano, o “Global Financial Stability Report” (figura 2), no qual registra a evolução dos principais riscos da conjuntura. Tendo em conta o período temporal analisado neste trabalho, é importante realçar o relatório de abril 2014, no qual se destacam os riscos monetários e financeiros, os de crédito, os macroeconómicos e os riscos de mercados emergentes.

Figura 2 - Mapa de estabilidade financeira global



Fonte: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfsr/2014/01/pdf/text.pdf>

Conforme podemos verificar na Figura 2 acima, nos mercados emergentes houve uma evolução favorável de 2013 para 2014, o oposto se verificou nos riscos de crédito e nos riscos monetários e financeiros, por seu lado, os riscos macroeconómicos mantiveram-se, embora estas oscilações não parecem ter influenciado o apetite pelo risco, pois este manteve-se passado um ano.

González e Pascual (2015) afirmam que para alguns o despontar da crise atual esteve associado à liberalização financeira e a falhas na gestão dos riscos no seu desenvolvimento devido à debilidade nas estruturas de governo, deficiências nos modelos quantitativos e falhas nos processos de tomada de decisões e de controlo dos riscos. Nos últimos anos houve uma grande preocupação com a regulação do capital e da liquidez, com o propósito de melhorar a gestão dos principais riscos bancários. Para melhor percepção definem os principais riscos bancários: O **risco de crédito** é o tipo de risco com maior impacto nas instituições bancárias, na medida em que existe a probabilidade de o cliente (mutuário) não liquide o capital do seu empréstimo ou crédito e/ou não pague os juros de acordo com o estipulado no contrato entre as partes. A carteira de crédito é o ativo mais importante da banca pois constitui a sua principal fonte de receitas, contudo em alguns casos pode ser a causa de uma falência bancária uma vez que pode provocar problemas de liquidez em casos de incumprimento, além da autoridade monetária exigir às instituições a constituição de provisões para perdas por deterioração de ativos e que sejam contabilizadas como despesas traduzindo numa redução do resultado da instituição. O **risco de mercado** refere-se à possibilidade de uma instituição financeira sofrer uma perda devido às mudanças que os ativos financeiros podem acarretar devido a variações nas taxas de juro, taxas de câmbio, preço das matérias-primas, *spreads* de crédito ou preço das ações. Por seu lado o **risco operacional** está relacionado com erros cometidos ao liquidar transações e/ou a dar instruções de pagamento, onde ou a política foi mal definida ou a gestão falha e não foi capaz de supervisionar adequadamente os seus empregados que consequentemente expõem o banco a perdas, eventualmente conduzindo os mesmos inadvertidamente à falência. No caso do **risco de liquidez**, importa realçar que os bancos necessitam de liquidez para ter capacidade de satisfazer a procura de empréstimos assim como para o levantamento dos depósitos dos seus clientes. Desta forma o banco tem de dispor dos fundos necessários enquanto o risco de liquidez reflete a possível perda em que pode incorrer uma entidade que é obrigada a vender ativos ou contrair passivos em condições pouco favoráveis. O aligeiramento dos padrões de concessão de crédito foi um dos grandes problemas bancários pelo que nos últimos anos os supervisores, quer à escala nacional quer à escala internacional, adotaram uma série de iniciativas com o objetivo de promover a estabilização financeira global. Neste contexto onde a regulação não é a causa mas também não é a solução, a mesma é muito importante para quem se encontra na direção dos bancos, visa conciliar as exigências dos reguladores com as expectativas dos acionistas. A grande premissa passa por agregar a rentabilidade e o risco, incluindo as

variáveis no processo de tomada de decisão, podendo o preço dos produtos incluir um prêmio de risco suficiente de forma a garantir uma rentabilidade ajustada ao nível de risco definido (González e Pascual, 2015).

2.4. Financiamento às empresas e o risco de insolvência

As empresas são no seu vasto conjunto, tanto em nome individual como coletivo, os principais utilizadores do crédito bancário. É face à sua natureza, atividade e dimensão, conforme já anteriormente explicitado, que a análise e concessão de crédito carece de vários e apertados instrumentos de estudo, controle e gestão. Desta forma cabe também aos gestores das empresas ter a capacidade de encontrar no mercado as melhores soluções de financiamento que defendam os seus interesses. Cabido (1999) destaca ainda os seguintes aspetos no que toca aos financiamentos concedidos a empresas: **Natureza e atividade da empresa**, na medida que o sector de atividade em que se insere é um dos elementos-chave na apreciação do crédito pois cada um tem características e especificidades concretas juntamente com a influência do ciclo produtivo da empresa pelo seu peso e influência na escolha do tipo, limite e prazo do financiamento assim como o ciclo de investimento e de exploração que terão necessidades e tempos de financiamento bem diferenciados que podem levar a um ajustamento do ciclo financiamento; a **finalidade do Financiamento** pode ser para reforçar o capital circulante, fixo ou mesmo para outros fins tratando-se de um elemento base na avaliação e apreciação do risco com vista à melhor adequação do prazo e do plano de pagamento; os **limites ao Financiamento** verificando sempre a idoneidade dos intervenientes, a dimensão da empresa e a adequação do projeto de investimento e a capacidade de gerar fundos tal como a capacidade, situação financeira e grau de endividamento da empresa, pois é crucial que o recurso ao crédito seja o necessário, nem curto nem excessivo, seja equilibrado. Dentro do quadro apresentado, Cabido (1999) defende ainda, embora existam opiniões contrárias, que a **análise dos balanços** da empresa deve ser tecnicamente aprofundada, mas não elemento-chave ou quase exclusivo na apreciação e decisão do crédito, pois pela sua natureza, por vezes, pode levar a conclusões precipitadas.

O balanço trata-se de um documento que representa a composição e o património da instituição onde é espelhado o resultado global num determinado período e em complemento a demonstração de resultados evidencia a forma como esse resultado foi obtido, fazendo a relação entre custos e proveitos. O Balanço deve ser utilizado para que se proceda a

uma análise comparativa ou dinâmica, pois novos acontecimentos surgem constantemente, pelo que é importante comparar balanços de exercícios diferentes, preferencialmente dos três últimos períodos para um melhor diagnóstico.

Cabido (1999) distingue o conceito de falência e de insolvência, pelo que a última passa pela suspensão temporária de pagamentos, por dificuldades ou insuficiências de tesouraria que podem ser superadas pela realização de valores e recursos do ativo que cobrem o passivo. A falência sob ponto de vista técnico é quando o valor do ativo é excedido pelo passivo após absorver o capital próprio. Trata-se de uma forma de sair de situações de insolvência, passando por uma liquidação, por parte do tribunal, dos bens da empresa falida e conseqüente pagamento aos credores com o produto apurado, atendendo sempre às prioridades dos credores privilegiados. Uma empresa é considerada juridicamente falida quando cessa pagamentos, podendo a sua origem ser casual, negligente ou mesmo dolosa. Após esgotar esforços desta natureza existe ainda, três formas de sair desta situação: Liquidação, concordata e acordo de credores. Na primeira a empresa realiza os valores do ativo e liquida os seus credores, e caso os valores não sejam suficientes a diferença é constituída dívida da empresa ou empresário e sujeita a prescrição, onde em geral a atividade da empresa é cessada. Na Concordata, é alcançado um acordo entre empresa/empresário e os credores com intuito de regularização, saindo de uma posição difícil. Quando não existe unanimidade é consumada, em regra, nas instâncias judiciais onde o juiz homologa a concordata, vinculando todos os credores. Por via de acordo de credores, os mesmos não tendo chegado à concordata, podem constituir-se em sociedade com o propósito de prosseguirem a atividade do devedor para defesa dos interesses comuns (Cabido, 1999).

2.5. Financiamentos bancários

As diversas formas de financiamento bancário sofrem alterações ao longo dos anos, consoante a oferta e necessidade atual do mercado, sendo que estão divididos em empréstimos de curto prazo e médio/longo prazo. Cada financiamento bancário tem uma finalidade pelo que não é indiferente financiar um sector de atividade ou outro qualquer pois cada um tem características próprias. Uma má aplicação mesmo que seja num bom sector pode conduzir a uma operação de insucesso. Conforme descreve o Instituto de formação bancária as instituições bancárias têm modalidades de crédito destinadas a **clientes particulares** e **empresas**, sendo que o financiamento automóvel é comum aos dois segmen-

tos na maioria das modalidades. Nos **clientes particulares** é destacado o **crédito habitação**, que são todos os empréstimos que se destinam a aquisição, construção e realização de obras de conservação ordinária e de beneficiação em fogo ou em partes comuns do edifício destinado a habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento assim como para aquisição de terreno para construção de habitação própria permanente; o **crédito ao consumo** que se destina à aquisição de bens ou serviços e tem finalidades diversas, podendo ser bens de consumo ou qualquer outro tipo de despesas, de acordo com o perfil do cliente. Neste caso é de realçar o montante, onde em princípio, cada banco estabelece valores máximos e mínimos face às circunstâncias e aos níveis exigidos de rentabilidade considerando as provisões e os custos fixos administrativos, assim como o prazo, estabelecendo igualmente um mínimo e um máximo em função do mercado e do produto a financiar; o **descoberto bancário** e o **cartão de crédito**, modalidades de crédito de muito curto prazo que visam colmatar imprevistos pontuais de capital, embora com características diferentes, pois o descoberto é concedido na conta de depósito à ordem e qualquer utilização de capital é paga pelo depositante, enquanto no cartão de crédito, é disponibilizado através de um *plafond* na conta cartão, onde é possível utilizar o respetivo crédito gratuitamente, durante 50 dias. Nos **clientes empresas**, o crédito destina-se a financiar necessidades de diferentes naturezas, no curto prazo tem como finalidade apoiar a tesouraria, no médio e longo prazo apoiar o investimento ou ainda uma terceira hipótese, o crédito por assinatura, onde não existe desembolso de fundos, mas sim uma garantia que o banco oferece a terceiros pelo bom cumprimento de uma obrigação assumida pelo seu cliente, revestidas sob a forma de aval bancário, garantia bancária ou crédito documentário. Para apoiar a tesouraria da empresa é recorrente o recurso a financiamentos de curto prazo onde têm destaque as **operações de desconto**, contrato onde o banco adianta ao seu cliente o valor de um crédito, adquirindo a propriedade do mesmo, que cobrará no vencimento, cobrando os juros do crédito concedido e eventuais despesas adicionais. A modalidade de desconto mais utilizada é o desconto cambiário, isto é, o desconto de títulos como a **letra** e a **livrança**. O **desconto comercial**, onde o banco adquire a propriedade de uma letra resultante da atividade comercial de um seu cliente através de um contrato, adiantando-lhe o valor nominal do título mediante cobrança antecipada de juros e comissões e reembolsando-se no seu vencimento. A **conta corrente**, normalmente garantida por uma livrança dada pela empresa, onde é concedido um limite de crédito durante um certo período de tempo que a empresa fica autorizada a utilizar de acordo com as suas

necessidades de tesouraria, não existindo nenhum plano de amortizações pré-estabelecido. Outra opção é o **factoring** que consiste num contrato pelo qual uma empresa (o aderente) transfere para a entidade financeira (o fator), os créditos originados pelas suas vendas a terceiros, ou seja, conforme indicam González e Pascual (2015), a empresa cede os créditos que detém face a terceiros (devedores) de forma irrevogável à empresa de factoring (o fator) para que, como novo legítimo proprietário, os gira e cobre. Sobre os créditos cedidos o fator poderá prestar diversos serviços, entre os quais se encontram o adiantamento de fundos e a tomada firme de créditos em determinadas condições, recebendo por este serviço uma remuneração composta por uma taxa de juro e uma comissão. Desta forma o aderente beneficia da antecipação do recebimento de faturas, que só realizaria em data fatura, obtendo desta forma recursos financeiros imediatos que se repercutem favoravelmente sobre a sua tesouraria. A diferença relativamente ao desconto comercial assenta no facto do fator poder ter de assumir o risco de não pagamento do crédito que lhe é concedido. Mais recentemente o **confirming** é a solução que permite à empresa efetuar a gestão dos seus pagamentos a fornecedores. O banco comunica aos fornecedores que o seu cliente (empresa) deu instruções para proceder ao pagamento de um lote de créditos (geralmente faturas), numa data futura (prazo acordado previamente entre o cliente e os seus fornecedores), podendo os fornecedores proceder ao pedido de pagamento antecipado do valor total ou parcial dos créditos mediante uma comissão paga, passando o banco nesse momento a garantir o pagamento integral das faturas. Esta modalidade tem vantagens para a empresa, na medida que possibilita uma redução de custos e de carga administrativa, assim como uma melhoria da gestão de tesouraria e visão global da carteira.

No sentido de apoiar o investimento, as empresas, servem-se diversas vezes do recurso ao **crédito de médio e longo prazo**, financiamentos que podem ser reembolsados num período mais alargado, com o objetivo de reforçar a estrutura dos capitais permanentes (capitais próprios e capitais alheios), assim como para financiar o financiamento de bens móveis e imóveis, como por exemplo, veículos de mercadorias ou passageiros, máquinas industriais, material informático, lojas ou estabelecimentos comerciais, escritórios e armazéns ou instalações industriais. Esta modalidade de crédito destina-se a projetos de expansão, criação, modernização e desenvolvimento da atividade das empresas, contudo existem outras fontes alternativas, nomeadamente o **leasing mobiliário** com vista a financiamentos para aquisição de bens de equipamentos produtivos novos, viaturas ou outros equipamentos para otimizar a gestão; o **leasing imobiliário** com vista à aquisição ou

construção de instalações permanentes para uso da empresa ou para arrendamento; o *renting* que se trata de um serviço global de aluguer operacional de viaturas, através do qual o cliente, por um período contratado, suporta apenas o valor da utilização da viatura, permite à empresa não efetuar investimento avultado num bem depreciable, não incorrendo em qualquer risco resultante da desvalorização da viatura e onde a empresa tem assegurado todos os custos resultantes da normal utilização da mesma. O **ALD**, aluguer de longa duração, é outra solução de financiamento de médio e longo prazo, mas que se destina, essencialmente, ao aluguer de viaturas ligeiras novas, onde normalmente se excluem veículos com peso bruto acima de 6000 kg e 9 lugares, bem como veículos obrigados a licença especial como táxis, carros de bombeiros, funerários ou ambulâncias. No caso do *leasing* são apontadas algumas vantagens tais como: compatibilidade com sistemas de incentivos comunitários e do estado; apresenta vantagens fiscais; não exige imobilização de capital que fica liberto para outras aplicações; permite uma flexibilidade na tipologia do regime de rendas de acordo com a atividade específica de cada empresa; existência de um valor residual que permite postecipar o pagamento de parte do financiamento para o final do contrato e uma melhoria das disponibilidades de tesouraria uma vez que a parte do IVA não dedutível é distribuído pela duração do contrato. Especificamente no Leasing imobiliário permite a ausência de custos com hipoteca; possibilidade de inclusão do IMT e outras despesas (notariais e avaliação) no valor global de financiamento, caso a avaliação do imóvel o permita ou mesmo possibilidade de sublocação do imóvel a uma terceira entidade. Por outro lado, no crédito por assinatura, destacam-se três modalidades, como já mencionado acima. O **aval bancário** utilizado sobretudo nas operações internacionais, permitindo aos importadores a obtenção de crédito por parte dos exportadores, onde ao dar o seu aval os bancos garantem aos exportadores o bom pagamento dos seus saques, facilitando-lhes o desconto comercial nos bancos dos seus países. Na **garantia bancária** o banco garante a terceiro (beneficiário), a pedido do seu cliente (devedor principal ou ordenador), o cumprimento de uma obrigação que o mesmo contraiu, a qual não se encontra expressa sob a forma de um título de crédito e onde são emitidas com inteira responsabilidade do cliente todas as garantias prestadas pelo banco. A obrigação assumida pelo banco numa garantia bancária pode ser extinta através de comunicação escrita ao beneficiário e caducidade ou devolução do termo de garantia. Por seu turno, o **crédito documentário** é a operação pela qual um banco se responsabiliza, por conta de um seu cliente importador e a favor de um exportador estrangeiro, a pagar a este último uma certa quantia, num determinado prazo, referente ao valor de mercadorias transacionadas, contra

a entrega dos documentos estipulados pelo financiamento. As vantagens da utilização do crédito documentário para as empresas passam por reduzir as dificuldades para o exportador as vendas ao estrangeiro, pois permite no caso de um crédito irrevogável e confirmado diminuir o risco de não recebimento do valor da sua venda, permitindo aos seus clientes prazos de pagamento mais favoráveis e aumentando a sua capacidade competitiva e garante ao importador maior segurança nas suas compras no estrangeiro. Para a elaboração deste ponto do texto contribuíram em especial, Cabido (1999), Instituto de formação bancária (2008) e Gonzalez & Pascual (2015).

2.6. Prevenção e gestão de incumprimento

As instituições de crédito devem acompanhar de forma permanente e sistemática o cumprimento dos contratos de crédito dos seus clientes, de forma a evitar eventuais indícios de risco de incumprimento. Devem também ter estruturas de apoio aos clientes bancários que lhes comuniquem dificuldades no pagamento dos créditos e estar preparadas para promover medidas que visem prevenir o incumprimento. Os clientes bancários, por seu lado, devem gerir as suas responsabilidades de crédito de forma atempada e responsável e caso não o consigam fazer devem alertar as instituições de crédito para um eventual futuro risco de incumprimento. Importa referir que a nível dos clientes particulares existe uma diretriz do Banco de Portugal para prevenção e gestão de incumprimento, enquanto nos clientes empresas, são as próprias entidades bancárias a criar soluções para gerir e obter maior eficácia na gestão de incumprimento das suas carteiras. Conforme a Figura 3 abaixo descrita existem dois planos de atuação, por um lado quando se trata de prevenir ou por outro lado quando já existe uma situação de incumprimento.

Figura 3 - Quadro legal e regulamentar relativo ao incumprimento de contratos de crédito

Fonte: Banco de Portugal

Aprofundando o caso dos clientes particulares, quando os mesmos não conseguem fazer face aos seus encargos, enfrentando dificuldades no cumprimento dos contratos de crédito dispõem de um conjunto de direitos estabelecidos na lei. Através do sítio do Banco de Portugal verificamos que entraram em vigor, por via do Decreto-Lei n.º 227/2012 de 25 de outubro, um conjunto de diplomas legais e regulamentares que definem regras e procedimentos que as instituições de crédito têm em conta na prevenção e gestão de situações de incumprimento em contratos de crédito com clientes bancários. Na prevenção destas situações, as instituições devem definir um Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI). O cliente após alertar, a instituição, para o facto de um possível risco de incumprimento, por exemplo devido a desemprego, tem direito a receber da mesma um documento que o informe dos seus direitos e deveres, e contactos a utilizar nas comunicações com a mesma. Nesta situação de PARI, a instituição de crédito deve propor ao cliente, após análise, as soluções adequadas aos seus objetivos, necessidades e situação financeira. Por outro lado, quando os clientes bancários já se encontram em situação de atraso no cumprimento dos seus contratos de crédito, têm direito a ser integrados no PERSI, Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento, conforme estipulado, igualmente, no Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro. O procedimento inicial neste caso é semelhante ao PARI, descrito anteriormente, contudo a instituição de crédito, após ser informada, inicia uma negociação com o cliente, apresentando soluções de reestruturação da dívida e oferecendo um conjunto de garantias imposta na lei, nomeadamente, o facto de a instituição ficar impedida de proceder à resolução do contrato de

crédito, promover ações judiciais contra cliente com vista à recuperação do seu crédito ou ceder esse crédito a terceiros.

A instituição de crédito está obrigada a formalizar a integração do cliente PERSI, imediatamente após solicitação do cliente bancário nesse sentido, entre o 31.º e o 60.º dia após o incumprimento ou logo que o cliente bancário, que tenha alertado previamente para o risco de incumprimento, se atrase no pagamento das prestações. O cliente é informado pela instituição de crédito da sua integração no modelo de negociação previsto no PERSI no prazo máximo de 5 dias após esta ter ocorrido, tendo o cliente o prazo máximo de 10 dias, após a integração, para entregar toda a informação e documentos solicitados pela instituição. A instituição de crédito, nos 30 dias posteriores ao início deste procedimento (PERSI), deve apresentar ao cliente em incumprimento uma ou mais propostas para regularização da situação e o cliente num prazo de 15 dias após a receção da proposta da instituição de crédito, pode igualmente propor soluções que considere mais apropriadas, sendo a instituição de crédito livre de aceitar ou recusar tais propostas.

A instituição de crédito não pode cobrar comissões pela renegociação das condições do contrato de crédito no âmbito do PERSI, designadamente no que respeita à análise e à formalização dessa operação, no entanto, pode cobrar ao cliente bancário os encargos suportados perante terceiros tais como pagamentos a conservatórias, cartórios notariais ou encargos de natureza fiscal, mediante a apresentação da respetiva justificação documental. No decurso do PERSI a instituição de crédito está proibida de resolver o contrato de crédito, agir judicialmente contra o cliente bancário com vista à recuperação do crédito ou ceder o crédito, transmitindo a sua posição contratual a terceiros. A instituição de crédito pode, no entanto, em qualquer momento, extinguir o PERSI, caso seja realizada penhora ou decretado arresto sobre os bens do devedor; o cliente bancário entre em processo de insolvência, não disponha de capacidade financeira para regularizar a situação de incumprimento, não colabore na procura de soluções para a regularização da situação de incumprimento, pratique atos suscetíveis de pôr em causa os direitos ou as garantias da instituição de crédito ou recuse as propostas apresentadas pela instituição de crédito.

O PERSI extingue-se ainda automaticamente com o pagamento integral dos montantes em dívida, na obtenção de um acordo para a regularização da situação de incumprimento, no 91.º dia após a integração do cliente bancário, exceto se as partes acordarem na prorrogação deste prazo, ou no caso da existência de uma declaração de insolvência do cliente bancário.

Os clientes bancários que estejam a incumprir as prestações de um contrato de crédito para aquisição ou construção de uma habitação própria permanente, caso se encontrem numa situação económica muito difícil, podem beneficiar do regime extraordinário de proteção de devedores (aprovado pela Lei n.º 58/2012, de 9 de novembro, alterada pela Lei n.º 58/2014, de 25 de agosto), situação apenas dependente da apresentação de requerimento pelo cliente bancário, passando a usufruir do direito à reestruturação da sua dívida, se a instituição de crédito verificar que têm capacidade financeira que lhes permita cumprir o pagamento das prestações do contrato de crédito à habitação reestruturado. Este regime prevê ainda a adoção de medidas excecionais, das quais pode resultar a extinção parcial ou total da dívida e a impossibilidade de a instituição de crédito efetuar a execução da hipoteca da habitação.

Conforme já referido acima, no caso dos clientes empresas, a gestão é feita de forma distinta por cada instituição bancária com vista à obtenção da maior eficácia na gestão das suas carteiras de Negócios, disponibilizando-se o Banco a alterar as condições dos seus empréstimos e ajustando-as à real capacidade de reembolso dos seus clientes. Tendo por base os procedimentos no Banco Santander Totta, onde foram criadas desta forma as Soluções Iris Negócios/PMEs, todas as operações devem passar pelos órgãos de decisão de riscos de crédito e sempre que as operações tenham garantias das SGM's (Sociedades de Garantia Mútua) devem ser aprovadas pelas mesmas de modo que o Banco não perca o respetivo rácio de cobertura. A reclassificação de crédito vencido em crédito vivo está condicionada à efetiva cobrança dos juros vencidos, independentemente de haver reforços de garantias. Estas soluções destinam-se aos clientes empresas do segmento de risco standardizado com crédito no Banco em situação de incumprimento, podendo no entanto ser aplicáveis igualmente a clientes que demonstrem indícios de incumprimento mediante análise e decisão casuística. Cada balcão está preparado com um simulador para obter a projeção do serviço da dívida emergente da solução disponibilizada para o produto a reestruturar, por exemplo, seja um Mútuo ou uma conta corrente. No caso dos clientes com incumprimentos em diversos produtos, deve ser apresentada, por parte do balcão, ao departamento de Riscos uma proposta de consolidação de responsabilidades para análise global da situação (<http://cliente bancario.bportugal.pt/pt-PT/Credito/ApoioSobreEndividamento/Paginas/ApoioSobreEndividamento.aspx>).

2.7. Regras de provisão

Os responsáveis pelas entidades abrangidas pelo Regime Geral das Instituições de crédito e Sociedades Financeiras, são obrigados a proceder às suas funções de forma criteriosa e com diligência, contudo apenas podem incorporar os órgãos de administração dessas entidades pessoas que deem garantias de uma gestão saudável e cautelosa. Desta forma torna-se fulcral que se adote, em cada instituição, políticas de provisionamento dos seus ativos sob a batuta de critérios rigorosos. Neste plano o Banco de Portugal, segundo o aviso nº 3/95, entende que deve continuar a usar a competência que a lei lhe atribui para estabelecer o seguinte:

“As instituições de crédito e as sociedades financeiras, incluindo as sucursais de instituições com sede em países não pertencentes à União Europeia, umas e outras adiante designadas por instituições, são obrigadas a constituir provisões, nas condições indicadas no aviso nº3/95 do Banco de Portugal, para as seguintes finalidades: a) Para risco específico de crédito; b) Para riscos gerais de crédito; c) Para encargos com pensões de reforma e de sobrevivência; d) Para menos-valias de títulos e imobilizações financeiras; e) Para menos-valias de outras aplicações; f) Para risco-país. As provisões para risco específico de crédito devem ser constituídas para crédito vencido e para outros créditos de cobrança duvidosa. Para efeitos da constituição das provisões para crédito vencido os vários tipos de crédito são enquadrados nas seguintes classes de risco: a) Classe I - até três meses; b) Classe II - mais de três até seis meses; c) Classe III - mais de seis meses mas não superior a um ano; d) Classe IV - mais de um ano mas não superior a três; e) Classe V - mais de três anos, as quais refletem o escalonamento dos créditos e dos juros vencidos em função do período decorrido após o respetivo vencimento ou o período decorrido após a data em que tenha sido formalmente apresentada ao devedor a exigência da sua liquidação. A prorrogação ou renovação dos créditos vencidos não isenta as instituições de constituírem as respetivas provisões, a não ser que tenham sido reforçadas as garantias constituídas ou se forem pagos na totalidade pelo devedor os juros e outros encargos vencidos. As provisões para crédito vencido devem representar, no mínimo, as seguintes percentagens dos respetivos créditos, considerando as classes de risco indicadas acima, diferenciando em caso de existência ou não de garantia, sendo ela real ou pessoal.”

Tabela 1 - Previsões para risco específico de crédito vencido e outros de cobrança duvidosa

	Classe de risco				
	I	II	III	IV	V
Com garantia	1%	10%	25%	50%	100%
Sem garantia	1%	25%	50%	100%	100%

Fonte: Banco de Portugal

De referir que as prestações vencidas e não cobradas relativas a um mesmo contrato devem ser incluídas na classe de risco que corresponda a que esteja por cobrar há mais tempo.

Todavia e continuando a citar alguns números do artigo em questão “são considerados outros créditos de cobrança duvidosa nos seguintes casos: quando as prestações vincendas relativas a operações de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos, e quando as prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo cliente, nomeadamente quando o valor global das prestações em mora de capital e juros relativos a esse mesmo cliente represente pelo menos 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos. Devem ser provisionados a uma percentagem não inferior a 50% da percentagem média de cobertura por provisões para crédito vencido relativa ao cliente em questão, da passagem de um crédito de cobrança duvidosa passar a crédito vencido não pode resultar diminuição das provisões já constituídas.

Para efeito de constituição de provisões para riscos gerais de crédito, será considerado o total do crédito concedido pela instituição e devem corresponder a 1% dos valores que constituem a sua base de incidência. Nas operações de *factoring* os créditos adquiridos com direito de regresso apenas integram a base de incidência das provisões para risco específico de crédito, para riscos gerais de crédito e para risco-país pela parte que tenha sido objeto de adiantamento ao aderente. As instituições deverão provisionar em termos tecnicamente adequados, segundo cálculos atuariais, a integralidade das suas responsabilidades relativas a pensões de reforma e de sobrevivência, na parte não coberta por fundo de pensões ou por contrato de seguro de efeito equivalente.

Não é obrigatória a constituição de provisões para menos-valias latentes de participações financeiras, salvo se, relativamente à empresa participada, se verificar alguma das circunstâncias seguintes: ter apresentado resultados negativos em três exercícios, seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos; encontrar-se em situação de insolvência; ter cessado atividade; ter sido objeto de alguma providência de recuperação da empresa ou ter sido declarada em estado de falência. Para efeitos deste número, considera-se que existem menos-valias latentes quando o preço de mercado ou, em condições específicas a definir pelo Banco de Portugal, o valor de referência de um ativo for inferior ao seu valor de inscrição no balanço. Na ausência do preço de mercado, será considerado o valor presumível de transação em função, nomeadamente, das características do ativo e da situação financeira de entidade emitente, com base em critérios prudentes de avaliação.

São sujeitos à constituição de provisões para risco-país todos os ativos financeiros e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com as seguintes exceções: os domiciliados em sucursal estabelecida nesse país e expressos e pagáveis na moeda desse país e na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda; das participações financeiras; as operações com sucursais estabelecidas em Estados membros da União Europeia de instituições de crédito desse país e as operações de financiamento do comércio externo de curto prazo, em condições a definir pelo Banco de Portugal. O valor das provisões constituídas para risco-país não poderá ser inferior ao que resultar da aplicação aos valores referidos anteriormente das percentagens fixadas em instruções do Banco de Portugal para o grupo de risco em que cada país se integre. A classificação dos países, será comunicada às instituições pelo Banco de Portugal, de modo adequado. Quando os ativos e elementos extrapatrimoniais sobre um dado país se encontrem integral e incondicionalmente garantidos por entidades com sede em outro país ou se encontrem integralmente cobertos por garantia real e a mesma estiver domiciliada e for executável em outro país, pode ser constituída a provisão relativa ao país considerado de menor risco, desde que, num caso e noutro, a garantia abranja o risco de transferência.

A obrigação de constituir provisões para risco específico de crédito e para riscos gerais de crédito a que se referem as instituições de crédito e as sociedades financeiras não abrange os ativos sobre as entidades a seguir indicadas, bem como os que por elas se encontrem garantidos e ainda as operações extrapatrimoniais negociadas por sua conta ou com a sua garantia: Estado Português; o Banco de Portugal; Entidades do sector público administrativo português; o Fundo de Garantia de Depósitos; o Fundo de Garantia do

Crédito de Agrícola Mútuo; as Comunidades Europeias e suas instituições; os Governos centrais de outros países da zona A; os Bancos centrais de outros países da zona A e outras entidades similares dos mesmos países ou da Comunidade Europeia; o Banco Europeu de Investimento; o Banco de Pagamentos Internacionais; o Fundo Monetário Internacional; os Bancos multilaterais de desenvolvimento assim como os ativos e elementos extrapatrimoniais que se encontrem garantidos por depósitos junto da própria instituição ou por títulos negociáveis representativos de responsabilidades emitidos igualmente pela própria instituição e nela colocada, com exceção dos valores representativos de fundos próprios, na medida em que estiverem cobertos por tais garantias.

Para efeitos deste aviso, as instituições com sede em Portugal devem considerar a sua atividade global e que o Banco de Portugal poderá determinar, por circular dirigida a todas as instituições, a obrigação de constituição de provisões fora das condições descritas e previstas no aviso nº3/95, sempre que as circunstâncias o justifiquem, em especial quando existam fundadas dúvidas sobre a cobrabilidade de créditos sobre um cliente ou sobre um grupo de clientes ligados entre si, designadamente devidas à deterioração das suas condições de solvabilidade, nomeadamente quando se verifique o acionamento de processo especial de recuperação de empresas ou declaração de falência. O Banco de Portugal poderá ainda determinar, caso a caso, que uma instituição reforce a sua política de provisionamento, quando considere que, designadamente, face à situação dos mercados ou dos sectores de atividade em que ela seja mais ativa, as provisões constituídas se mostrem insuficientes e poderá autorizar, por período limitado e a título excecional, que as provisões sejam constituídas fora das condições fixadas neste aviso, mediante pedido devidamente fundamentado das instituições que se encontrem impossibilitadas de lhes dar cumprimento, ou noutras circunstâncias consideradas relevantes.” (Banco de Portugal, 2005, AVISO Nº3/95)

3. ANÁLISE DO CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS

3.1. Sector agregado e principais referências da atividade bancária em Portugal

O Banco de Portugal numa ótica de estabilidade financeira e de forma a reforçar a eficácia e eficiência a nível da supervisão adotou entre 2011 e 2013 importantes alterações no seu modelo de controlo interno. Definição de estratégia e organização procurando contribuir efetivamente para o desempenho das funções de autoridade no quadro do Euro sistema, organizar e gerir eficientemente os recursos e prestar serviços à comunidade procurando uma maior estabilidade financeira no contexto europeu, foram medidas importantes num contexto particularmente difícil e exigente marcado pela criação da União Bancária, fragmentação financeira na zona euro, grande tensão nos mercados financeiros e onde o Banco de Portugal teve de executar o Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF).

Conforme dados recolhidos na Associação Portuguesa de Bancos podemos verificar a evolução da atividade bancaria no período em estudo, entre 2012 e 2014. De referir que, segundo APB em Junho de 2014, os números do sector bancário português apontam para 5469 balcões e 53589 colaboradores. Os dados do sistema bancário apresentam uma quebra entre 2012 para 2013, assim como de 2013 para 2014, onde a medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo (BES) está espelhada, na medida em que os ativos/responsabilidades não transferidos para o património do Novo Banco (NB) não estão considerados no agregado do sistema bancário a partir de agosto de 2014.

O sector bancário agregado, entre 2012 e 2014, apresenta uma descida constante no crédito a clientes, conforme verificado nos balanços das quatro instituições bancárias estudadas (ver anexos 1,2 e 3), assim como na tabela 2, uma taxa de 7,23% em 2013 face ao ano anterior e de 21,74% em 2014 face ao período homólogo.

Na estrutura de balanço verifica-se (conforme balanço agregado de todos os bancos em anexo 1,2 e 3), que o ativo total do sistema bancário português continuou a diminuir sendo de 478.770.543 milhares de euros, 444.961.726 milhares de euros e 338.518.776 milhares de euros em 2012,2013 e 2014 respetivamente.

A contração do crédito e da carteira de títulos verificados entre 2012 e 2014, com maior expressão em 2014, foram fatores importantes na redução do ativo total, contudo o crédito a clientes continua a absorver mais de 50% dos ativos totais da banca em Portugal.

Tabela 2 - Crédito a clientes - Total Agregado

		2012	2013	2014
Total Agregado	Crédito a clientes (rúbrica 7 - balanço)	294.136.419 m€	272.861.659 m€	213.537.913 m€
	Taxa de crescimento de crédito a clientes	-	-7,23%	-21,74%
	Crédito a clientes / Ativo total	61,44%	61,32%	63,08%
	Rácio incumprimento (imparidades/crédito a clientes)	-5,45%	-6,15%	-7,06%
	Imparidades (rúbrica 7.2 - balanço)	-16.025.800 m€	-16.773.908 m€	-15.079.135 m€
	Taxa de crescimento de imparidades	-	4,67%	-10,10%

Fonte: Elaboração própria

3.2. Análise Individual

A base para análise recai sobretudo na rúbrica de crédito a clientes, pelo que vamos abordar individualmente cada banco pois cada um tem as suas características e fatores que de uma forma ou de outra contribuíram para a sua evolução.

Começando pela Caixa Geral de Depósitos (CGD), em que o seu capital é detido por um único acionista, o Estado Português. O seu capital social a 31 de Dezembro de 2012 ascendia a 5900 milhões de euros e durante este período de 3 anos passou por factos relevantes tais como: fusão de seguradoras Fidelidade – Mundial e Império Bonança, onde esta última foi incorporada na primeira dando origem à Fidelidade – Companhia de Seguros; Assinatura dos contratos de aquisição de uma participação no capital do Banif Corretora de Valores e Cambio, que passou a ter a denominação de CGD Investimentos Corretora de Valores e Cambio (“CGD Securities”); Recompra da totalidade das participações detidas por terceiros no Mercantile Bank Limited, passando a CGD a deter totalidade do seu capital social; Assinatura do contrato de Compra e Venda relativo à alienação da participação da CGD no Banco Nacional de Investimento (BNI); Venda da Caixa Seguros e Saúde da HPP (Hospitais Privados Portugal) ao grupo de saúde Amil Participações; Alienação da participação da CGD no capital social do Banco para a Promoção e Desenvolvimento (BDP) ao grupo Sonangol. Já em 2014 a influência negativa exercida

pelo reconhecimento de custos de imparidades associados à exposição ao Grupo Espírito Santo (GES), pelo reforço de provisionamento individual de um conjunto de clientes com exposição mais relevante e ainda pelo impacto líquido da anulação de impostos diferidos decorrentes da redução da taxa de IRC. Factos que aliados a uma gestão pouco eficiente ajudam a explicar que o resultado líquido do exercício de 2012 seja negativo na ordem dos 394,7 milhões de euros, passando pelos 575,7 milhões de euros negativos em 2013 e fixando-se igualmente num prejuízo de cerca de 348 milhões de euros em 2014.

A sua política de Recursos Humanos (RH) insere-se num modelo e cultura de gestão corporativa e foi sendo ajustado no decorrer de 2012, 2013 e 2014 com 10392 empregados (dos quais 9378 afetos à atividade doméstica), 9892 empregados (dos quais 8971 afetos à atividade doméstica) e 9649 empregados (dos quais 8773 afetos à atividade doméstica) respetivamente. O crédito a clientes concedido pela CGD acompanhou a descida verificada no capital humano e em 2014 registou o valor de 66.863 milhões de euros com decréscimo de 4,58% tendo já verificado igualmente uma descida de 6,21% em 2013 face ao ano anterior. Por outro lado, o valor das imparidades foi crescente apresentando uma taxa de 7,71% em 2013 e de 15,91% em 2014. O rácio de crédito a clientes face ao ativo total foi crescente nos três anos fixando-se em 87,56% em 2014, valor ilustrativo do peso desta rúbrica no total do ativo do Banco.

O Banco Comercial Português S.A. é o maior banco privado português apresentando um ativo total de 89.744 milhões de euros a 31 de dezembro de 2012, valor que no final de 2014 se fixou em cerca de 76.360 milhões de euros, tendo apresentado um prejuízo de 1219,1 milhões de euros, 740,4 milhões de euros e 226,6 milhões de euros em 2012, 2013 e 2014, respetivamente. Trata-se de um banco com centro de decisão em Portugal e que assume uma posição de destaque em Africa, através das suas operações bancárias em Moçambique e Angola, e na Europa, através das operações efetuadas na Polónia e Suíça. Mais recentemente e a partir de 2010 começou a operar em Macau através de uma sucursal de pleno direito, tendo assinado nesse ano um memorando de entendimento com o Industrial and Commercial Bank of China com intuito de reforçar a cooperação entre os dois Bancos assim como chegar a outras regiões e países além de Portugal e China.

O Millenium BCP, marca única adotada em 2006, dispõe em 2014, da segunda maior rede de sucursais em Portugal (695) e conta com cerca de 7768 trabalhadores. Foi fundado em junho de 1985 e foi crescendo até que em 1994 atingiu uma quota de mercado de cerca de 8% em crédito e depósitos. Adquiriu o Banco Português do Atlântico S.A. (1995), o

Banco Pinto & Sotto Mayor à CGD, incorporou o Banco Mello e Império no ano de 2000 e fez um acordo com a Fortis e o Grupo CGD para o negócio dos seguros.

Ao longo dos anos e mais precisamente desde 2005, o BCP tem vindo a se reestruturar desinvestindo em ativos não estratégicos como por exemplo: alienação da totalidade do capital social do Millenium Bank Grécia ao Piraeus Bank, alienação de 10% do capital social do Banque BCP no Luxemburgo, venda da totalidade da participação no Piraeus, venda da totalidade das participações de 49% do ramo Não Vida detidas na Ocidental e na Médis e estabelecimento de um acordo para a venda da totalidade do capital social da Millenium BCP Gestão de Ativos, factos estes ocorridos entre 2013 e 2014. Analisando o crédito concedido a clientes, podemos verificar um padrão, onde as quatro instituições revelam um decréscimo contínuo entre 2012 e 2014. O BCP é o banco privado que mais crédito concede a clientes, e conseqüentemente, também o que maior rácio de incumprimento tem, situando-se em valores à volta dos 6% durante o período analisado, contudo não ultrapassando a CGD que tem uma taxa de incumprimento de 7,82% em 2014, fruto do contínuo crescimento das suas imparidades.

O Banco BPI que lidera o Grupo BPI é um grupo financeiro focado nas atividades de banca de retalho e de empresas e na prestação de serviços de banca de investimento e de gestão de ativos, que opera principalmente em Portugal, com uma forte posição competitiva num mercado concorrencial e desenvolvido, e Angola, onde tem vincado um crescimento sustentado ao longo dos últimos anos, onde o BPI detém uma posição de liderança através da participação no BFA (Banco de Fomento em Angola). A 31 de dezembro de 2014 estavam afetos à atividade doméstica 78,6% do capital próprio do Grupo e os restantes 21,4% à atividade internacional, e faziam parte do quadro do Grupo 8506 colaboradores, sendo que 5962 colaboradores eram da atividade doméstica, com decréscimo de (-312) face ao período homólogo, e os restantes da atividade internacional. A rúbrica de crédito concedido a clientes decresceu no decorrer do tempo, entre 2012 e 2014, em contraponto as imparidades aumentaram atingindo, em 2014, cerca de 1 036 milhões de euros e uma taxa de incumprimento de 4,10%. Por seu lado a exposição do crédito a clientes no ativo total era cada vez menor, variando de 61,36% para 59,28%, em 2012 e 2014 respetivamente. O BPI passou de um lucro líquido de 249,1 milhões de euros em 2012 para 68,8 milhões de prejuízo em 2013 e 163,6 milhões em 2014. Aliadas às dificuldades deparadas num contexto nacional os seguintes factos ajudaram a influenciar este decréscimo. A OPA do BCP, iniciada em 2006 e rejeitada por esmagadora maioria, seguida de

uma proposta de fusão com o BCP sem sucesso. O anúncio que a operadora de telecomunicações angolana Unitel vai ficar com 49,9% do BFA, onde a empresária Isabel dos Santos detém 25% do capital da operadora, que compra ao BCP os 9,69% que este detinha no BPI, passando assim a mesma a ser a terceira maior acionista. Em 2012 dá-se uma profunda mudança com a saída do Itaú que vende a sua posição de 18,87% ao Caixa Bank/La Caixa por 93,4 milhões de euros reforçando assim a sua posição para 49%, contudo a blindagem dos direitos de voto a 20% permitiu que não fosse lançada uma OPA. No mesmo ano Isabel dos Santos reforça a sua posição e assegura o lugar de segundo maior acionista com 19% após adquirir uma fatia da posição do Caixa Bank que então reduziu a sua participação para 44,1%. Em dezembro de 2014 o banco comunica que o BCE (Banco Central Europeu) alterou a forma de enquadrar a supervisão dos ativos do BPI em Angola (cerca de 51% do BFA), aumentando desta forma a exposição da instituição a grandes riscos.

Por último e, contudo, não menos importante, o Banco Santander Totta S.A., um banco global e sólido, fundado em 1988, que surgiu da fusão entre o Santander, acionista maioritário sediado em Espanha e com papel ativo na sua gestão, o Banco Totta e Açores (BTA) e o Crédito Predial Português (CPP) adquiridos em 2000.

Num cenário macroeconómico recessivo que tem penalizado os resultados da banca, a estratégia liderada por António Vieira Monteiro, com o cargo de presidente executivo desde janeiro de 2012, tem passado por um controlo muito rigoroso do crédito vencido, uma meticulosa análise do crédito concedido a clientes, na solidez da estrutura operacional e de balanço, com posição adequada de capital e de liquidez derivadas unicamente do recurso à geração interna de resultados, evitando desta forma o acesso às linhas públicas de apoio ao sector bancário. O Santander Totta foi, dos quatro bancos analisados, o único que apresentou resultados líquidos positivos neste período conturbado da economia portuguesa e em particular no sector financeiro português, valores que ascenderam a 250,2 milhões de euros em 2012, 102 milhões de euros em 2013 e 193,1 milhões de euros em 2014, apesar da queda acentuada das taxas de juro, da falta de crescimento na atividade económica do país e das novas medidas regulatórias que implicaram níveis de provisão muito significativos. Ajustes nos recursos humanos não foram evitados, contando o banco com 5665 colaboradores em 2012 passando a 5329 colaboradores em 2014. O BST a par do BPI, apesar da descida e da menor expressão no crédito concedido a clientes em relação à CGD e ao BCP, são os bancos que apresentam rácios de incumprimento

mento mais baixos, 4,55% e 4,10% respetivamente em 2014, ainda assim valores superiores tendo em conta o ano de 2012 onde a taxa de incumprimento foi de 3,58% no BST e de 2,86% no BPI. Também o peso desta rúbrica no total do ativo tem diminuído contudo sem expressão significativa e analisando o balanço de 2014 do BST, apenas a rúbrica de ativos financeiros disponíveis para venda ganhou dimensão passando de 4 724 milhões de euros em 2013 para 7 012 milhões de euros em 2014.

Tabela 3 - Rúbricas do Balanço associadas ao crédito

		BPI	BCP	CGD	BST
Crédito a clientes/ativo total	2012	61,36%	69,77%	83,25%	65,08%
	2013	60,81%	69,27%	85,45%	62,80%
	2014	59,28%	70,31%	87,56%	61,44%
Rácio incumprimento (imparidades/crédito a clientes)	2012	2,86%	6,78%	5,61%	3,58%
	2013	3,59%	6,02%	6,44%	4,13%
	2014	4,10%	6,49%	7,82%	4,55%
Crédito a clientes (rúbrica 7 - balanço)	2012	27.345.473 m€	62.618.236 m€	74.713.101 m€	26.942.387 m€
	2013	25.965.133 m€	56.802.197 m€	70.074.462 m€	26.095.503 m€
	2014	25.268.969 m€	53.685.648 m€	66.863.572 m€	25.524.020 m€
Taxa de crescimento de crédito a clientes	2012	-	-	-	-
	2013	-5,05%	-9,29%	-6,21%	-3,14%
	2014	-2,68%	-5,49%	-4,58%	-2,19%
Imparidades (rúbrica 7.2 - balanço)	2012	-783.157 m€	-4.242.725 m€	-4.189.393 m€	-965.662 m€
	2013	-931.935 m€	-3.420.059 m€	-4.512.411 m€	-1.077.876 m€
	2014	-1.036.661 m€	-3.482.705 m€	-5.230.292 m€	-1.161.618 m€
Taxa de crescimento das imparidades	2012	-	-	-	-
	2013	19,00%	-19,39%	7,71%	11,62%
	2014	11,24%	1,83%	15,91%	7,77%

Fonte: Elaboração própria

3.3. Análise Comparativa

O grande objetivo dos bancos passa por atingir a rentabilidade e liquidez máxima aliadas a um risco mínimo, contudo para tal, é necessário assumir determinados riscos.

Durante o período em análise analisámos as evoluções dos quatro principais bancos a operar em território nacional, a Caixa Geral de Depósitos (CGD), o Banco Comercial Português (BCP), o Banco Português de Investimento (BPI) e o Banco Santander Totta

(BST). De referir que devido à resolução do Banco Espírito Santo, o mesmo não foi considerado.

Estes bancos apuraram um prejuízo conjunto nos três anos analisados, embora em 2014 este seja menos acentuado, conforme podemos verificar nas demonstrações de resultados (ver anexos 4,5 e 6). De facto, através do quadro abaixo podemos constatar o peso destes quatro bancos face ao total agregado do sector bancário, atingindo o máximo em 2012 com 67,35% do prejuízo total do sector. A CGD registou em 2014 um resultado líquido negativo de cerca 348 milhões de euros, o que representa uma melhoria de aproximadamente 40% da sua rentabilidade face ao ano anterior, melhoria esta verificada num contexto de reforçada liquidez e de níveis favoráveis de adequação dos capitais próprios.

Tabela 4 - Análise do Resultado Líquido

		CGD	BPI	BCP	BST	Total	Total Agregado
Resultado Líquido (RL)	2012	-394.715 m€	249.135 m€	-1.219.053 m€	250.199 m€	-1.114.434 m€	-1.654.600 m€
	2013	-575.785 m€	66.839 m€	-740.450 m€	102.027 m€	-1.147.369 m€	-2.730.535 m€
	2014	-348.044 m€	-163.623 m€	-226.620 m€	193.061 m€	-545.226 m€	-1.068.487 m€
% (RL/total agregado)	2012	23,86%	-15,06%	73,68%	-15,12%	67,35%	100,00%
	2013	21,09%	-2,45%	27,12%	-3,74%	42,02%	100,00%
	2014	32,57%	15,31%	21,21%	-18,07%	51,03%	100,00%
Taxa crescimento anual RL	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	45,87%	-73,17%	-39,26%	-59,22%	2,96%	65,03%
	2014	-39,55%	-344,80%	-69,39%	89,23%	-52,48%	-60,87%

Fonte: Elaboração própria

Continuando a analisar algumas das Rúbricas da Demonstração de Resultados, que contribuem para o resultado líquido obtido podemos verificar que o **produto bancário** gerado pelas três instituições tem um domínio expressivo, representado por valores sempre acima dos 50% face ao total agregado. Apesar dos valores agregados terem vindo a cair desde de 2012 é de salientar que após um ano de 2013, onde as instituições analisadas todas quebraram face ao período homólogo, apenas a CGD não aumentou o Produto bancário de 2013 para 2014.

Tabela 5 - Análise do Produto Bancário

		CGD	BPI	BCP	BST	Total	Total Agregado
Produto Bancário (PB)	2012	2.916.361 m€	1.330.013 m€	2.124.678 m€	1.234.045 m€	7.605.097 m€	12.607.865 m€
	2013	1.840.235 m€	1.048.091 m€	1.661.930 m€	844.183 m€	5.394.439 m€	9.328.236 m€
	2014	2.024.352 m€	857.706 m€	2.215.679 m€	967.824 m€	6.065.561 m€	8.657.298 m€
% (PB/total agregado)	2012	23,13%	10,55%	16,85%	9,79%	60,32%	100,00%
	2013	19,73%	11,24%	17,82%	9,05%	57,83%	100,00%
	2014	23,38%	9,91%	25,59%	11,18%	70,06%	100,00%
Taxa crescimento anual PB	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-36,90%	-21,20%	-21,78%	-31,59%	-29,07%	-26,01%
	2014	10,01%	-18,16%	33,32%	14,65%	12,44%	-7,19%

Fonte: Elaboração própria

A **margem financeira** definida como a diferença entre os juros que os bancos cobram, pelos financiamentos que concedem, e os juros que pagam aos depositantes, tem diminuído, no total agregado, entre 2012 e 2014. A nível individual os quatro Bancos verificaram um decréscimo da margem financeira na passagem do ano de 2012 para 2013, contudo constata-se uma situação inversa no ano seguinte, que apesar do aumento nas principais potências a nível nacional, o agregado nacional continuou a decrescer, passando estas Instituições, em 2014, a deterem 72,2% da margem financeira nacional agregada, o que representou um crescimento de 17,44%. O Banco que mais se destacou foi o BCP que cresceu 31,61%, passando a ser o Banco com maior percentagem, em 2014, de margem financeira a nível nacional com 25,48%, ultrapassando a CGD, líder em 2013 com 17,28%.

Tabela 6 - Análise da Margem Financeira

		CGD	BPI	BCP	BST	Total	Total Agregado
Margem Financeira (MF)	2012	1.344.015 m€	579.114 m€	1.023.585 m€	550.026 m€	3.496.740 m€	6.155.994 m€
	2013	858.261 m€	471.473 m€	848.087 m€	514.850 m€	2.692.671 m€	4.967.310 m€
	2014	988.735 m€	510.840 m€	1.116.151 m€	546.525 m€	3.162.251 m€	4.380.015 m€
% (MF/total agregado)	2012	21,83%	9,41%	16,63%	8,93%	56,80%	100,00%
	2013	17,28%	9,49%	17,07%	10,36%	54,21%	100,00%
	2014	22,57%	11,66%	25,48%	12,48%	72,20%	100,00%
Taxa crescimento anual MF	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-36,14%	-18,59%	-17,15%	-6,40%	-22,99%	-19,31%
	2014	15,20%	8,35%	31,61%	6,15%	17,44%	-11,82%

Fonte: Elaboração própria

Nos **proveitos e juros similares** as prestações destas entidades assim como do sector agregado demonstram uma queda constante no período analisado. A CGD e o BCP são as entidades com maior peso, respetivamente com 29,26% e 23,24%, em relação ao conjunto total de entidades.

Tabela 7 - Análise dos Juros e Proveitos similares

		CGD	BPI	BCP	BST	Total	Total Agregado
Juros e proveitos similares (JPS)	2012	5.074.298 m€	1.974.349 m€	3.615.922 m€	1.657.058 m€	12.321.627 m€	20.813.383 m€
	2013	3.615.140 m€	1.503.945 m€	2.832.912 m€	1.276.427 m€	9.228.424 m€	16.035.284 m€
	2014	3.339.246 m€	1.408.355 m€	2.652.638 m€	1.197.050 m€	8.597.289 m€	11.412.835 m€
% (JPS/total agregado)	2012	24,38%	9,49%	17,37%	7,96%	59,20%	100,00%
	2013	22,54%	9,38%	17,67%	7,96%	57,55%	100,00%
	2014	29,26%	12,34%	23,24%	10,49%	75,33%	100,00%
Taxa crescimento anual JPS	2012	-	-	-	-	-	-
	2013	-28,76%	-23,83%	-21,65%	-22,97%	-25,10%	-22,96%
	2014	-7,63%	-6,36%	-6,36%	-6,22%	-6,84%	-28,83%

Fonte: Elaboração própria

Após uma quebra geral em 2013, face ao período homólogo, tanto no produto bancário como na margem financeira, as quatro instituições financeiras recuperaram e cresceram, aumentando os seus benefícios nestas Rúbricas, à exceção do BPI que em 2014 decresceu os valores do seu produto bancário em 18,16%. Nos juros e proveitos similares, igualmente rúbrica de grande expressão na demonstração de resultados, houve um decréscimo generalizado e muito equilibrado nas quatro instituições, embora na transição de 2013 para 2014 esse registo seja mais ténue. A verdade é que o cenário não é animador pois os resultados líquidos do setor agregado demonstra um prejuízo das instituições financeiras no seu todo. O BST, devido às suas políticas agressivas, rigidez das suas análises e rápido ajustamento aos desafios, tem apresentado constantemente lucro, o que na conjuntura atual se traduz num caso de sucesso e a seguir.

3.4. Análise por setores de atividade e seu posicionamento

Dando sequência à análise do crédito concedido a clientes por parte das instituições financeiras, quer a particulares quer a empresas, é importante detalhar e perceber que tipo de empresas e, conseqüentemente, quais os sectores de atividade que mais recorrem a linhas de crédito. No crédito a particulares a questão é mais linear tendo o crédito habita-

ção a maior fatia e cabendo ao consumo a menor expressão. Deste modo e a nível empresarial, iniciamos esta abordagem através da repartição de crédito por setores de atividade recolhida nos relatórios e contas de cada banco em estudo apresentados nos anexos 7, 8, 9 e 10, nos períodos já indicados. Desta forma iniciaremos a análise individual pelo BCP, onde o crédito a particulares, nomeadamente o crédito habitação, tem um peso enorme e constante ao longo dos três anos, que no total representa 41,84%, 41,54% e 42,05% em 2012, 2013 e 2014, respetivamente. A nível empresarial, a tendência segue um padrão homogéneo sendo que o sector que mais se destaca é o dos serviços, seguido da construção. Curiosamente tanto num sector como no outro a percentagem de crédito vencido é muito alta. Enquanto a percentagem total do crédito concedido a empresas no sector dos serviços ronda os 20% nos três anos, a percentagem de crédito vencido, neste mesmo sector, foi de 19,98% em 2012, com aumento, em geral, nos anos seguintes. O sector da construção também passou por diversas dificuldades, com muitas empresas a entrar em contencioso por não conseguirem fazer face às suas despesas, o que se traduziu numa percentagem de incumprimento média de 27,65%. Sectores com menos expressão como as indústrias extrativas e o sector da alimentação, bebidas e tabaco são os com maior crescimento médio anual registado em 2014, contudo só as indústrias extrativas têm apresentado constância. Na relação entre o peso do crédito vencido no valor total podemos identificar que a madeira e a cortiça, a construção e os restaurantes e hotelaria foram os sectores que mais se evidenciaram. Na CGD assim como nas restantes instituições bancárias, o crédito habitação assume preponderância, com uma média a rondar os 50%. Nos destaques empresariais a distribuição ao longo do período foi homogénea e sobressaem, tanto no crédito concedido como no crédito vencido e no crédito total, os seguintes sectores: atividades financeiras, construção e atividades imobiliárias, e outros serviços/atividades não identificados, embora em 2014 os indicadores do crédito vencido tenham melhorado em todos. Em função de uma análise mais profunda e calculando o peso do crédito vencido sobre o crédito total podemos verificar que o alojamento e restauração, construção e atividades imobiliárias, comércio a retalho e grosso assim como o ramo automóvel, motociclos e bens pessoais, têm valores de relevo face aos restantes sectores identificados por este banco. Cada instituição bancária tem a sua forma de apresentar estes resultados, fazendo-o através do relatório e contas anual. No caso do BST verificámos a maior exposição ao crédito a particulares entre este leque de quatro bancos, com percentagens acima dos 60% em cada ano, contudo neste valor está implícito o crédito habitação e o crédito ao consumo. Em relação ao meio empresarial, no crédito vivo e vencido, fruto

da conjuntura do período, foram sempre as empresas dos setores da construção civil e obras públicas, empresas de serviços e comércio a retalho as que se destacaram ao longo dos três anos. São as empresas destes setores que mais recorrem a linhas de financiamento e são também as que mais entram em incumprimento. Havendo uma relação direta é natural que as instituições financiadoras tenham algum receio na concessão de crédito após verificação deste padrão. No Banco Santander Totta, e por ser colaborador desta instituição, a preferência para conceder crédito passa pelo setor do turismo, agricultura e indústria. Por outro lado, sectores que têm vindo a demonstrar ao longo do tempo dificuldades em assumir os seus compromissos, como o ramo da construção, tem mais dificuldade em contrair um empréstimo, pois a dimensão do crédito vencido e do crédito em risco tem aumentado atingindo 13,99% (em 2013) e 16,06% (em 2014), em relação ao crédito total. O setor da água, eletricidade e gás e sector do comércio a retalho tiveram um crescimento médio acentuado o que realça o investimento de que têm sido alvo. A título excecional é de realçar o setor das telecomunicações que apresentou um crescimento médio anual em 2014 de 717,76%, face ao período anterior. No BPI, a exposição ao crédito concedido no setor da construção é menor, não incluindo o crédito habitação no ramo particular, é o setor que apresenta maior dimensão, 15,74% em 2012, 15,10% em 2013 e 17,18% em 2014. No domínio particular, a percentagem no crédito habitação aproxima-se do BCP, com a média nos três anos a se fixar perto do 44%, embora os valores sejam bem diferentes, pois por exemplo no BPI em 2012 esta rubrica apresenta um saldo de 11775 milhões de euros enquanto o BCP apresenta 29508 milhões de euros. As empresas que mais recorrem à banca nesta realidade são as empresas do setor da administração pública, do comércio por grosso e a retalho e do setor dos transportes e armazenagem, embora nos dois últimos setores, os números apresentados a nível de crédito vencido sejam também expressivos, contudo abaixo dos apresentados no ramo da construção. O setor de fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerado de combustíveis em 2013 e o setor de atividade auxiliares de serviços financeiros e dos seguros em 2014 foram os que maior projeção tiveram no crescimento médio anual face ao período homólogo. Com o início da crise e das dificuldades, naturalmente o crédito vencido e o crédito em risco na banca portuguesa ganhou maior ênfase e no caso do BPI, o setor da pesca, da restauração e alojamento, atividades artísticas, de espetáculo, desportivas e recreativas, indústrias transformadoras e o inevitável sector da construção tiveram um ligeiro ascendente face aos restantes neste contexto particularmente difícil no geral.

Como acima mencionado, cada banco apresenta os seus resultados de uma forma diferente, nos relatórios e contas anuais, o que não nos permite efetuar comparações.

Para melhor detalharmos cada sector, agregámos os dados de forma a obter uma base comum, demonstrada na tabela 8.

Tabela 8 - Base agregada de sectores de atividade

Sector atividade	Instituições Bancárias			
	BCP	CGD	BST	BPI
Outras atividades/ou- tros serviços	Transportes e comunicações	Atividades financeiras	Transportes e armazenagem	Transportes e armazenagem
	Outras atividades internacionais (Particulares)	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	Comunicações	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória
	Outras atividades nacionais (Particulares)	Educação	Crédito ao exterior (Particulares)	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
	Serviços	Outras atividades/ outros serviços	Instituições financeiras não monetárias	Atividades artísticas, de espetáculo, desportivas e recreativas
		Saúde e segurança social	Outras empresas de serviços	Atividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros
			Outros créditos (Particulares)	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
			Setor público e administrativo	Atividades de informação e de comunicação
			Sociedades gestoras de participações sociais	Atividades de saúde humana e apoio social
				Atividades de serviços financeiros, exceto seguros e fundos de pensões
				Educação
				Outras atividades e serviços
Crédito a particulares	Crédito ao consumo (Particulares)	Habitação (Particulares)	Crédito a particulares	Crédito imobiliário (Particulares)
	Crédito hipotecário (Particulares)	Outros fins (Particulares)		Atividade Internacional (Particulares)
				Outros (Particulares)
Restaurantes e hotéis	Restaurantes e hotéis	Alojamento e restauração	Turismo, restaurantes e hotéis	Alojamento, restauração e similares
Comércio a grosso/retalho	Comércio a retalho	Comércio grosso/retalho, automóveis, motocicletas e bens pessoais	Comércio por grosso	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motocicletas
	Comércio por grosso		Comércio a retalho	

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

Construção	Construção	Construção e atividades Imobiliárias	Construção civil e obras públicas	Atividades imobiliárias
				Construção
Eletricidade, água e gás	Eletricidade, água e gás	Produção e distribuição de eletricidade água e gás	Eletricidade, água e gás	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, e ar frio
				Captação e tratamento de água
Indústrias extrativas	Indústrias extrativas	Indústrias extrativas	Indústrias extrativas	Indústrias extrativas
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	Agricultura e silvicultura	Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	Pesca	Agricultura, produção animal e caça
			Agricultura	Pesca
			Silvicultura e exploração florestal	Silvicultura e exploração florestal
Indústrias transformadoras	Alimentação, bebidas e tabaco	Indústrias transformadoras	Indústrias alimentares	Indústrias alimentares, bebidas e do tabaco
	Indústrias químicas		Fabricação de máquinas elétricas e materiais de transporte	Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis
	Madeira e cortiça		Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	Fabricação de equipamento informático, eletrónicos, óticos e elétricos
	Máquinas, equipamentos e metalúrgicas		Indústrias de bebidas e tabaco	Fabricação de material de transporte
	Papel, artes gráficas e editoras		Indústrias de madeira e cortiça	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas
	Têxteis		Indústrias do papel e das artes gráficas	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais exceto produtos farmacêuticos
			Indústrias metalomecânicas	Indústrias da borracha e de matérias plásticas
			Indústrias químicas	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras
			Indústrias têxteis e do calçado	Indústrias de outros produtos minerais não metálicos
				Indústrias de pasta de papel, cartão e impressão
				Indústrias do couro e dos produtos do couro
				Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos
				Indústria têxtil e vestuário
			Outras indústrias transformadoras	

Agora sim, com uma base comum, vamos verificar o comportamento do crédito vivo, crédito vencido e por último o crédito total.

Através da Figura 4, podemos constatar que no crédito vivo, em 2012, o crédito a particulares tem um destaque natural nas quatro instituições financeiras, embora seja mais expressivo no BCP e CGD. A nível empresarial e fruto da agregação de setores de atividade, as outras atividades/outros serviços destacam-se dos restantes, pois nasce da necessidade de juntar vários setores como a Educação, Saúde, Transportes, segurança social, entre outros. Os restantes setores de atividade representados apresentam um equilíbrio entre os quatro bancos, com a exceção do setor da Construção, onde a CGD destaca-se.

Figura 4 - Crédito vivo em 2012

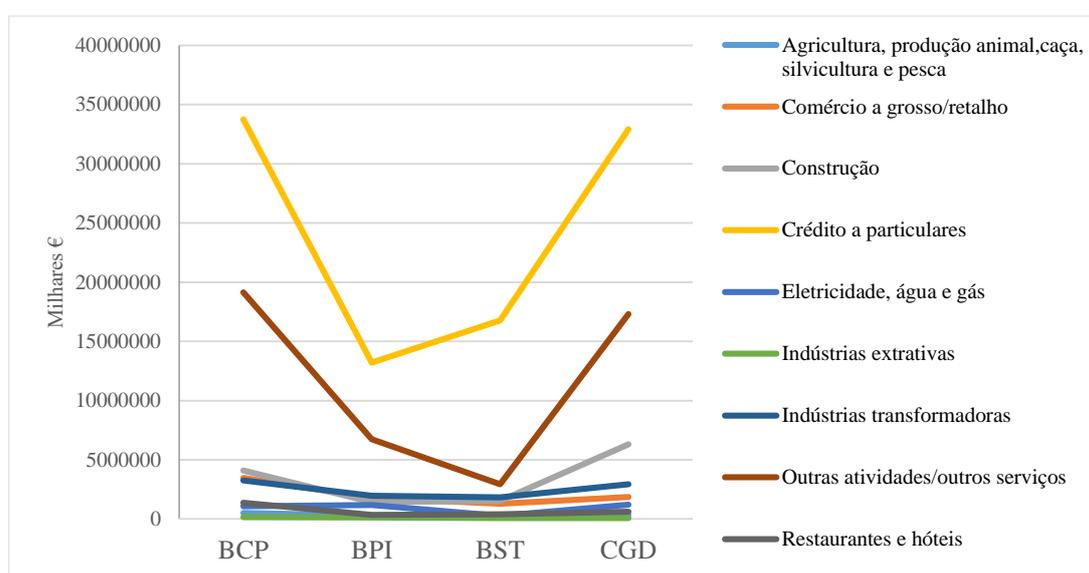


Figura 5 - Crédito vivo em 2013

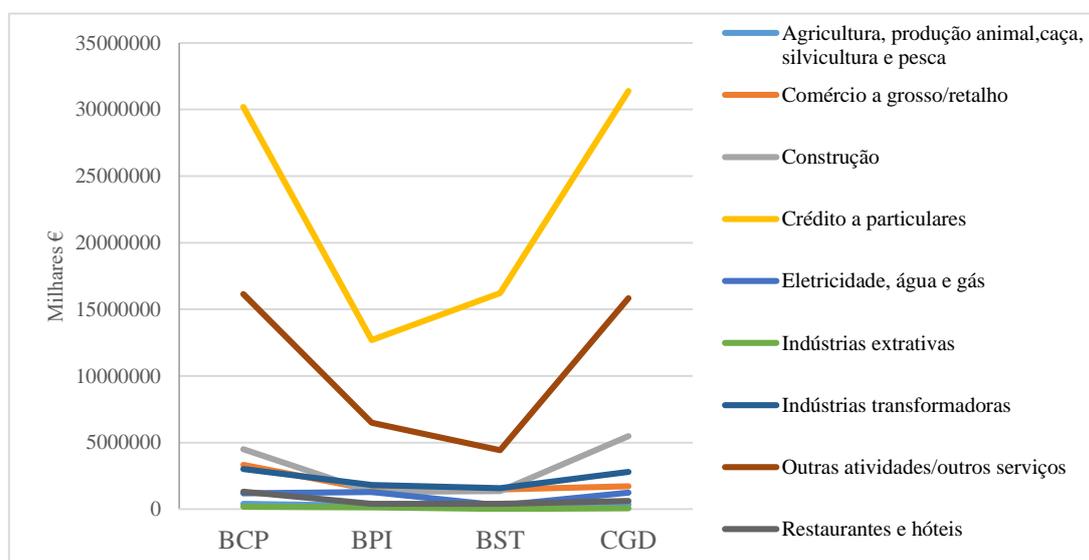
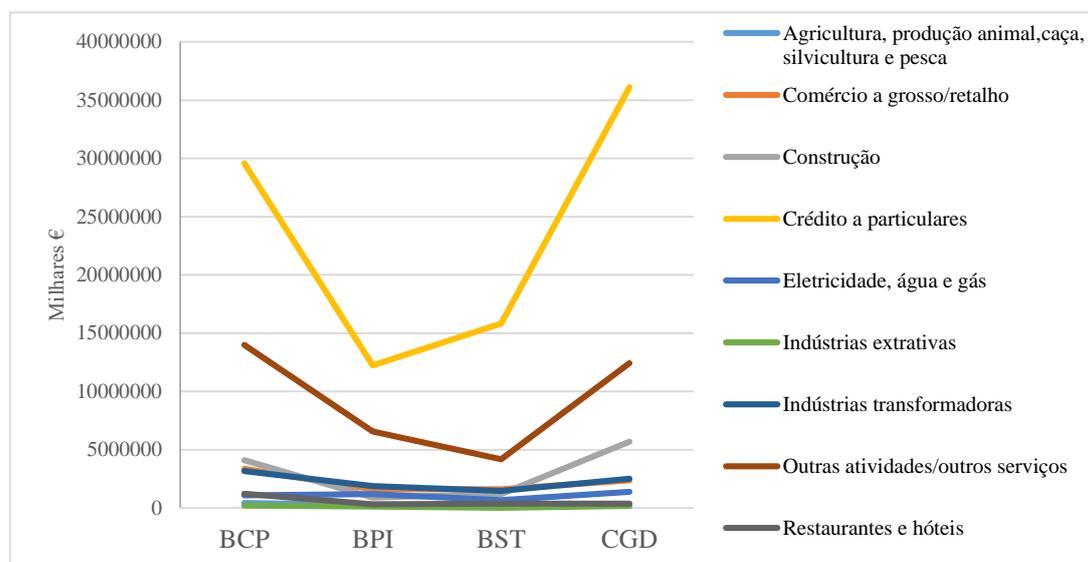


Figura 6 - Crédito vivo em 2014

Nas Figuras 5 e 6, estão representados os anos de 2013 e 2014, embora haja uma pequena alteração de valores a dispersão é idêntica, o que significa que não houve fortes alterações nos padrões de procura.

No crédito vencido as seguintes Figuras 7, 8 e 9, são ilustrativas da evolução das dificuldades apresentadas pelos clientes em fazer face aos seus compromissos nos diversos setores de atividade no meio empresarial, com especial relevância para o setor da construção e outras atividades/outros serviços.

Figura 7 - Percentagem do crédito vencido em 2012

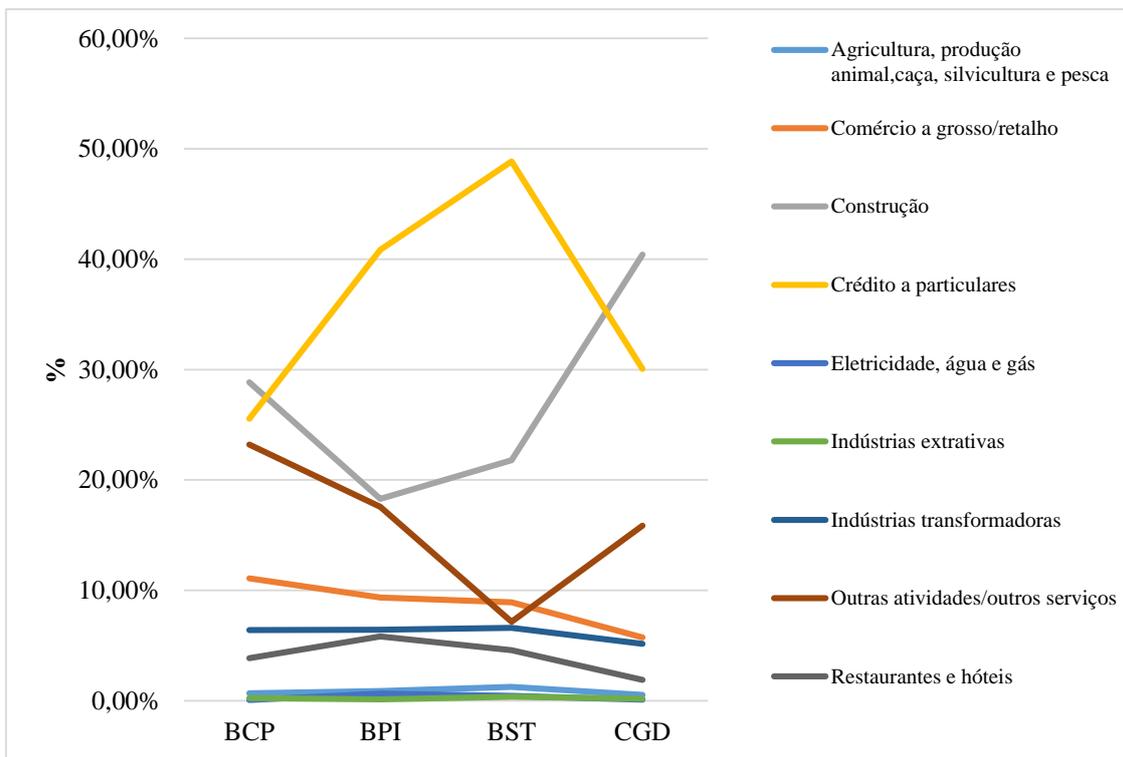


Figura 8 - Percentagem do crédito vencido em 2013

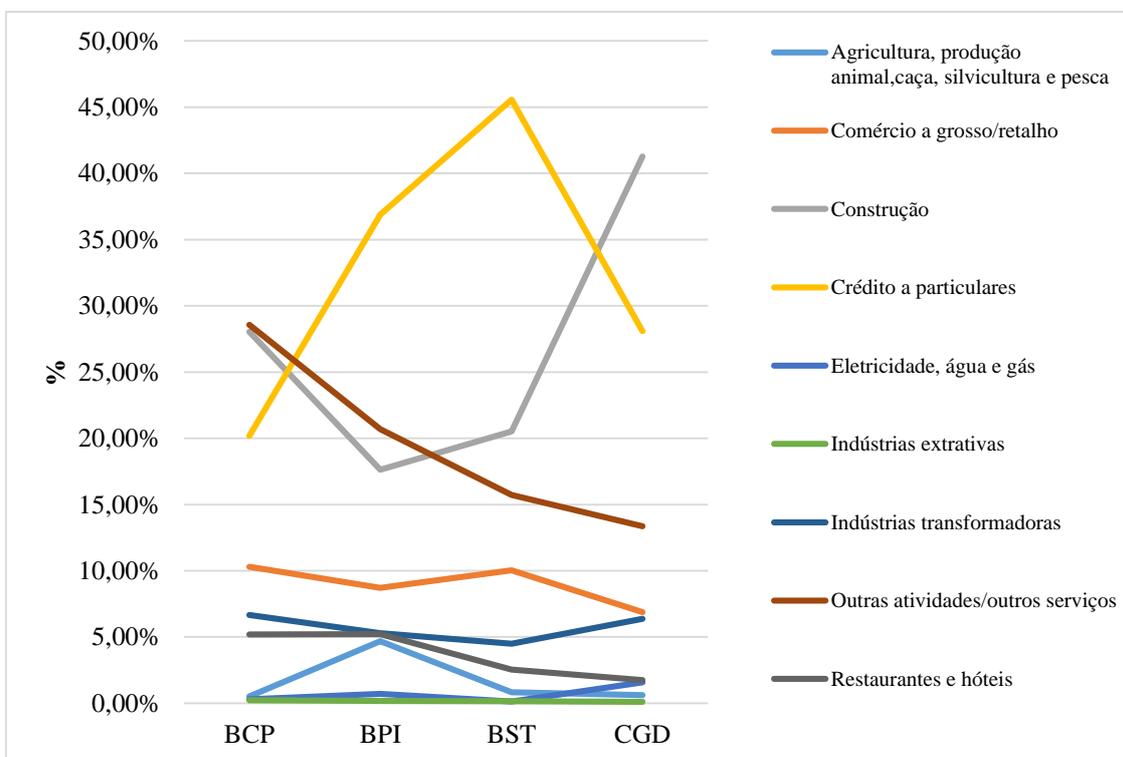
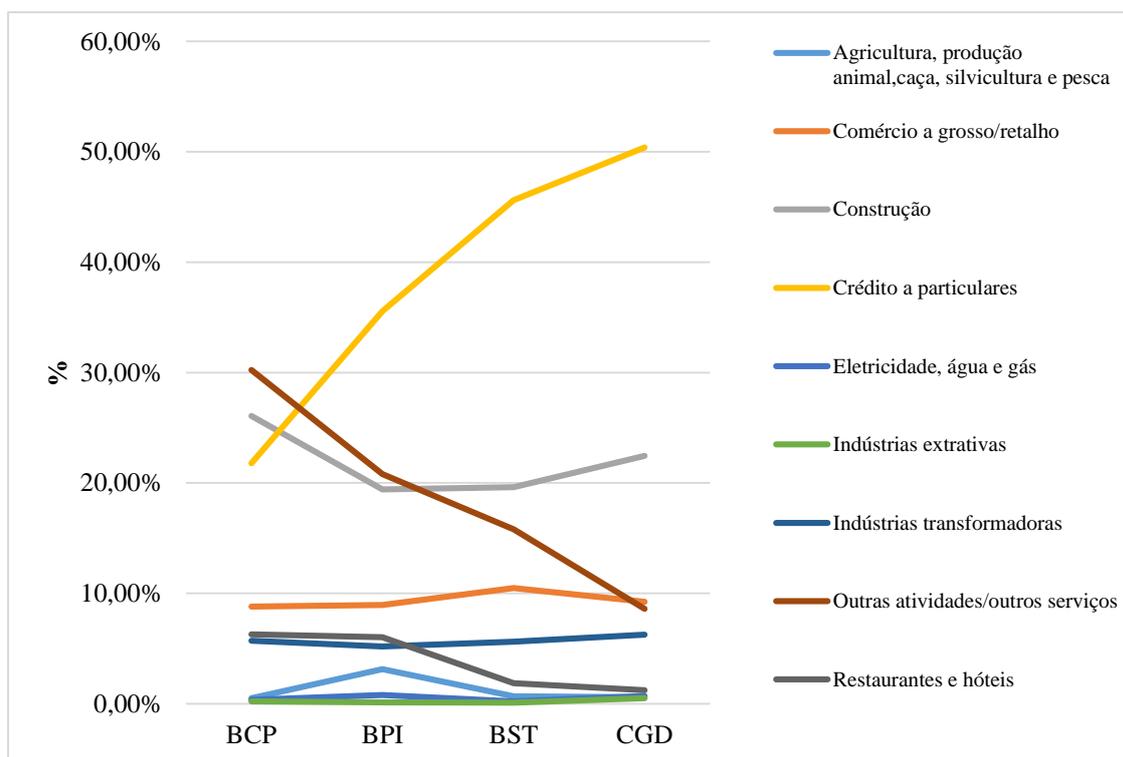


Figura 9 - Percentagem do crédito vencido em 2014

No crédito total, que engloba o crédito vivo assim como o crédito vencido, apresentamos as seguintes Figuras 9, 10 e 11, igualmente por anos, ou seja, cada Figura corresponde a um dos anos observados no projeto. É ilustrativo o peso de cada setor de atividade e respetiva evolução em cada banco e em cada dos três anos.

Figura 10 - Crédito total (vivo + vencido) por setores (2012)

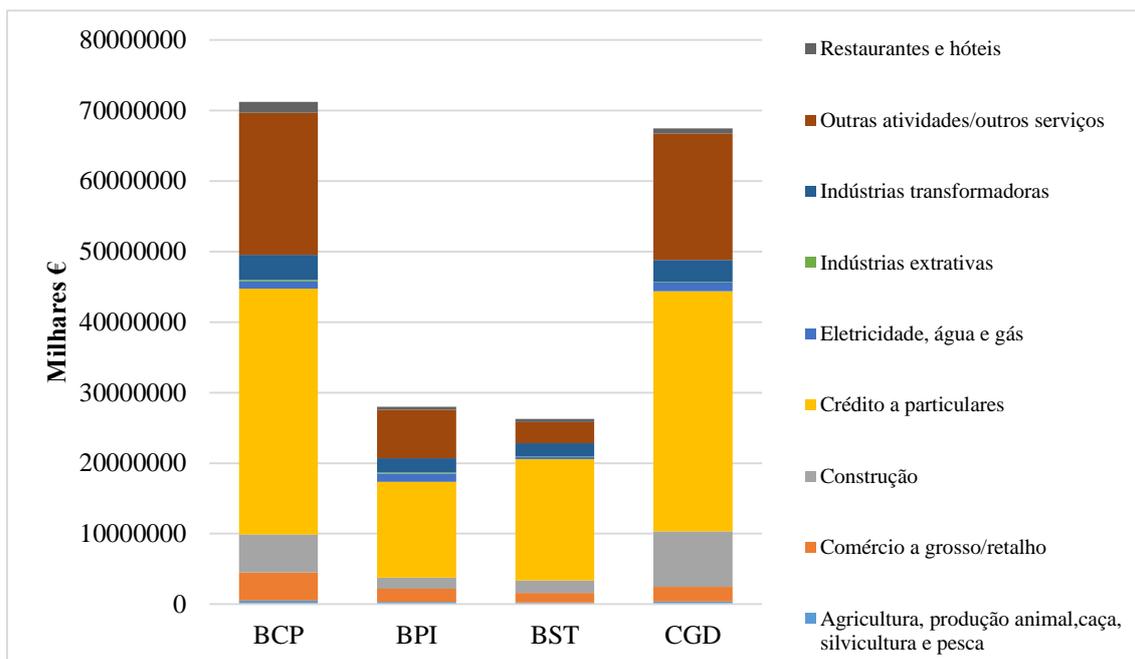


Figura 11 - Crédito total (vivo + vencido) por setores (2013)

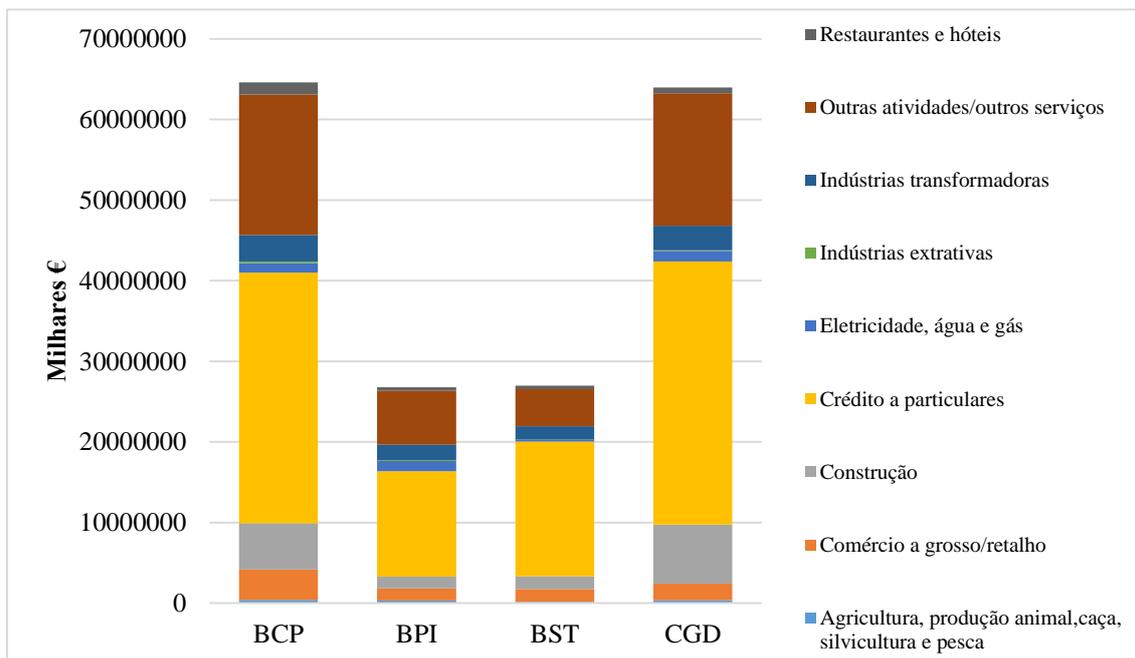
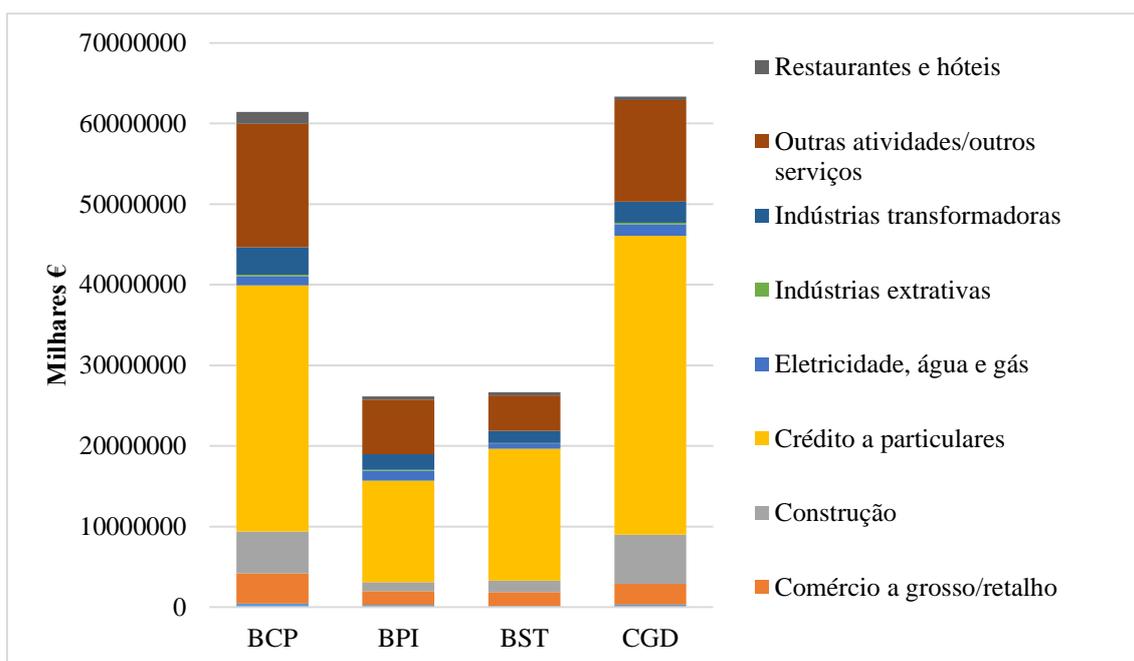
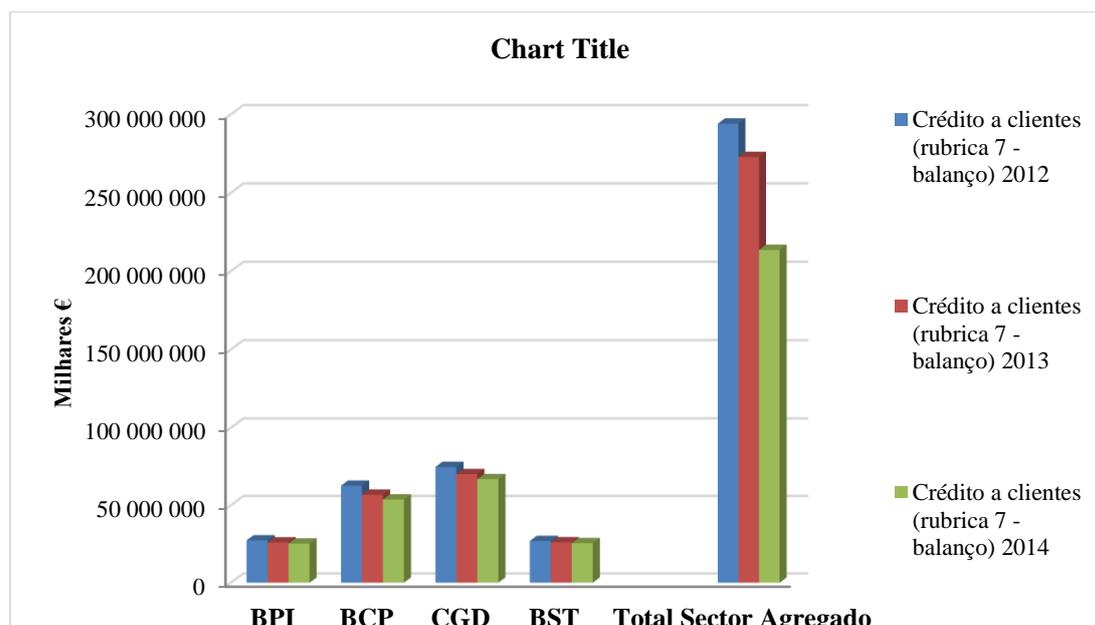


Figura 12 - Crédito total (vivo + vencido) por setores (2014)

3.5. Quotas de mercado

A quota de mercado representa uma parte ou porção de mercado detida por uma organização relativamente a esse mercado. Desta forma passa por uma medida definida em percentagem, e neste caso, resulta da divisão do valor total do crédito concedido a clientes de cada banco (Figura 13), pelo valor total do crédito concedido pelas empresas do sector bancário. Permite desta forma estabelecer uma ordem representativa e de importância, assim como identificar tendências e variação de comportamentos. É visível o desgaste da carteira de crédito a clientes quer a nível individual quer no sector agregado. As dificuldades e conseqüente recessão a nível nacional, o fraco poder de compra aliado ao receio dos portugueses e as exigências dos bancos para conceder crédito têm ajudado a este fenómeno.

Figura 13 - Quota de mercado de crédito a clientes

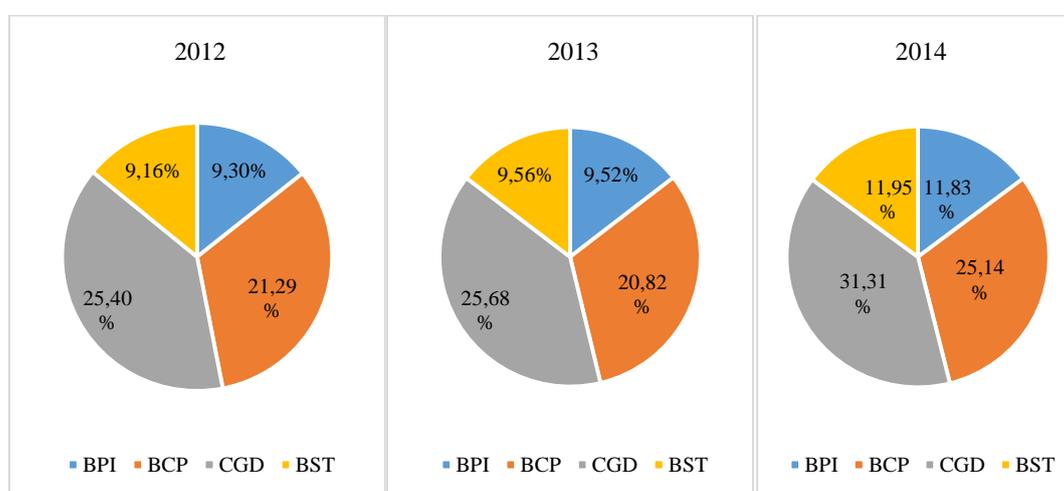
Fonte: Elaboração própria

Regra geral as quotas de mercado destes bancos têm crescido, não fruto de uma maior procura, mas pelo facto das instituições que compõem o sector agregado serem cada vez menos. Conforme tabela 9 abaixo descrita, em 2012 a quota de mercado do BCP foi de 21,29%, de 20,82% em 2013 e de 25,14% em 2014. Estes valores foram só ultrapassados pela CGD que em 2014 era o banco que apresentava a maior quota de mercado, com sensivelmente 31,31%. Mais atrás vêm o BPI e o BST que evoluíram para quotas de 11,83% e 11,95%, respetivamente. Na Figura 14 estão representadas as quotas de mercado a nível de crédito concedido a clientes, nos quatro diferentes bancos em 2012, 2013 e 2014, pelo que através da figura é fácil comprovar o ascendente da CGD, seguida pelo BCP com uma quota de mercado que corresponde a um quarto do total. O BST e o BPI, com quota de mercado muito semelhante, representam perto de metade da quota de mercado do BCP.

Tabela 9 - Análise de quotas de mercado

	Crédito a clientes (rubrica 7 - balanço)			Quota mercado anual - Crédito a clientes			Taxa de crescimento de Quota de mercado		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
BPI	27.345.473 m€	25.965.133 m€	25.268.969 m€	9,30%	9,52%	11,83%	-	2,36%	24,36%
BCP	62.618.236 m€	56.802.197 m€	53.685.648 m€	21,29%	20,82%	25,14%	-	-2,22%	20,77%
CGD	74.713.101 m€	70.074.462 m€	66.863.572 m€	25,40%	25,68%	31,31%	-	1,10%	21,93%
BST	26.942.387 m€	26.095.503 m€	25.524.020 m€	9,16%	9,56%	11,95%	-	4,41%	24,98%
Total setor agregado	294.136.419 m€	272.861.659 m€	213.537.913 m€						

Figura 14 - Quotas mercado – % crédito concedido a clientes



Fonte: Elaboração própria

4. CONCLUSÃO

Ao longo dos tempos e face às leis ditadas pelos mercados onde as instituições de crédito estão inseridas, existe uma necessidade de readaptação e consciencialização devido às oscilações a que o contexto obriga.

Numa conjuntura adversa, nomeadamente no período analisado (entre 2012 e 2014), onde o contexto social e económico solicitou de forma constante mudanças comportamentais ao nível particular e das empresas, instituições de crédito e entidades reguladoras, é notório o decréscimo das Rúbricas de concessão de crédito a clientes nas quatro instituições bancárias analisadas. Neste campo, a CGD, entidade do Estado, destaca-se dos restantes, sendo o banco que mais concede crédito, mas também o que tem a maior quota no que diz respeito ao crédito vencido. Relativamente aos bancos privados, existe uma clara evidência do BCP igualmente em ambas as Rúbricas, situação normal, pois quanto maior for a exposição ao crédito concedido a clientes maior é a possibilidade de haver contratos de créditos a entrar em incumprimento, o que veio a comprovar.

A redução dos rendimentos, o desemprego, a diminuição de direitos sociais, o aumento da carga fiscal e a redução do nível de vida ajudam a perceber este fenómeno. Naturalmente, as instituições financeiras foram afetadas, na medida em que existe uma contração da procura de linhas de crédito mas também um constrangimento na concessão das mesmas, devido ao agravamento do crédito vencido.

É verdade que nos dias que correm os clientes estão e devem estar mais informados, para melhor adequar a sua necessidade ao produto que pretendem contratar, e neste apartado as entidades reguladoras têm desempenhado um papel importante, pois esta decisão tem impacto no futuro e no bom cumprimento das responsabilidades. Por outro lado, as instituições tendem a tentar mitigar o risco de crédito através de análises mais aprofundadas, e a centrar o foco comercial nas empresas, apesar da maior expressão do crédito a particulares, pois são o segmento que atrai maiores rendibilidades e fidelização, contudo é notório que em Portugal a crise afeta diretamente o acesso ao crédito por parte das empresas.

No geral, apesar do contexto do país, as empresas continuaram a usufruir de crédito, para suplantar as suas necessidades, embora com maiores restrições e mais garantias, onde o próprio setor a que se destina o financiamento tem relevância no momento da aprovação. O recurso recorrente a linhas de crédito e a dificuldade manifestada no seu correto e atempado pagamento é uma situação comum nas instituições em análise, exceto no caso do

BPI, que pese embora apresente níveis elevados de incumprimento, demonstra uma menor exposição ao crédito no setor da construção.

No BCP destaca-se a aposta do setor dos serviços na procura de crédito assim como a consequente fraca capacidade de cumprir com as suas responsabilidades, apresentando uma taxa de crédito vencido crescente e próxima da apresentada no setor da construção. Na CGD, os setores das atividades financeiras e o das outras atividades/outros serviços acompanham o setor da construção no recurso aos financiamentos bancários, enquanto no BST foram os setores do comércio a retalho e o setor das outras empresas de serviços que assumiram esse papel.

A redução da carteira de crédito nas instituições financeiras teve influência na redução do ativo total, contudo houve uma evolução positiva e consequente crescimento gradual e generalizado, nos quatro bancos em estudo, quando verificadas as quotas de mercado de crédito a clientes de cada banco, fruto também do emagrecimento das instituições a operar a nível nacional. A Caixa Geral de Depósitos é quem tem a maior fatia, seguida do BCP, BST e BPI, sendo que os dois últimos apresentam quotas muito similares.

O facto de se tratar de um tema em constante evolução, atualização, mudança e adaptação foram sentidos alguns entraves na procura das melhores informações e respostas acerca dos temas propostos.

Numa ótica futura e de continuidade esta análise pode ser alargada, de forma a abranger mais instituições e um maior período de tempo, proporcionando uma resposta mais concisa quer a nível do crédito concedido às empresas como aos setores de atividade em que estão inseridas, beneficiando quer as instituições financeiras na análise de futuros financiamentos, quer as empresas na busca da melhor resposta às suas necessidades.

5. BIBLIOGRAFIA

Publicadas

- Allen, F. & Gale, D. 2001. *Comparing Financial Systems*. Cambridge, MA 02142-1493, Usa: MIT press, 2001. 520 p. ISBN 978-0-262-51125-4).
- Cabido, J. 1999. *Gestão do crédito bancário*. Lisboa: Ulmeiro.
- Caiado, A. C., & Caiado, J. 2006. *Gestão de instituições financeiras*. Lisboa: Edições Silabo, Lda.
- González, A. & Pascual, J. 2015. *Economia e Gestão Bancária*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Instituto de Formação Bancária, 2008. *Produtos bancários e financeiros*. Lisboa: Instituto de Formação Bancária.
- Leitão, J. L., Morais, J. A., & Resende, M. A. 1996. *Produtos bancários e financeiros*. Mem Martins: Publicações Europa-América, Lda.
- Tomé, J. 1999. *Mercados financeiros – teoria e prática*. Albufeira: Cília – Centro de Formação, Lda.

Não Publicadas

- <http://www.apb.pt>
- http://www.apb.pt/sistema_financeiro/o_que_e
- <http://www.bancobpi.pt>
- <https://bpi.bancobpi.pt/index.asp?riIdArea=AreaDFinanceiros&riId=DContas>
- <https://www.bportugal.pt>
- <https://www.bportugal.pt/pt/PT/OBancoeoEurosistema/Historia/Paginas/default.aspx>
- <http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/3-95a.pdf>
- <https://www.cgd.pt>
- <https://www.cgd.pt/Investor-Relations/Informacao-aos-Investidores/Informacao-Financeira/CGD/Relatorios-Contas/Pages/Relatorios-Contas-CGD.aspx>
- <http://clientebancario.bportugal.pt/pt-PT/Credito/ApoioSobreEndividamento/Paginas/ApoioSobreEndividamento.aspx>
- <http://ind.millenniumbcp.pt>
- <http://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Pages/RelatorioContas.aspx>

- <http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfsr/2014/01/pdf/text.pdf>
- <http://www.pmeportugal.com.pt>
- <https://www.santandertotta.pt>
- https://www.santandertotta.pt/pt_PT/Investor-Relations/Relatorios-e-Contas

6. ANEXOS

Anexo 1 - Balanço consolidado 2012

	Balanço consolidado 2012	BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado todos bancos
	Ativo / Assets						
1.	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 269 365 m €	3 580 546 m €	1 603 284 m €	352 365 m €	6 805 560 m €	9 836 828 m €
2.	Disponibilidades em outras instituições de crédito	453 438 m €	829 684 m €	1 305 381 m €	385 323 m €	2 973 826 m €	4 671 598 m €
3.	Ativos financeiros detidos para negociação	663 625 m €	1 690 926 m €	2 671 878 m €	2 259 805 m €	7 286 234 m €	15 572 991 m €
4.	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	448 021 m €	-	1 325 539 m €	2 357 988 m €	4 131 548 m €	7 140 387 m €
5.	Ativos financeiros disponíveis para venda	10 252 883 m €	9 223 411 m €	20 576 477 m €	3 989 822 m €	44 042 593 m €	64 469 064 m €
	5.1. Valor bruto	10 336 603 m €	9 359 281 m €	21 281 393 m €	4 050 618 m €	45 027 895 m €	65 787 338 m €
	5.2. Imparidades	-83 720 m €	-135 870 m €	-704 916 m €	-60 796 m €	-985 302 m €	-1 318 274 m €
6.	Aplicações em instituições de crédito	1 710 727 m €	1 887 389 m €	2 517 400 m €	3 097 422 m €	9 212 938 m €	34 487 567 m €
	6.1. Valor bruto	1 711 679 m €	1 889 747 m €	2 529 813 m €	3 097 422 m €	9 228 661 m €	34 504 033 m €
	6.2. Imparidades	-952 m €	-2 358 m €	-12 413 m €	-	-15 723 m €	-16 466 m €
7.	Crédito a clientes	27 345 473 m €	62 618 236 m €	74 713 101 m €	26 942 387 m €	191 619 197 m €	294 136 419 m €
	7.1. Valor bruto	28 128 630 m €	66 860 961 m €	78 902 494 m €	27 908 049 m €	201 800 134 m €	310 162 219 m €
	7.2. Imparidades	-783 157 m €	-4 242 725 m €	-4 189 393 m €	-965 662 m €	-10 180 937 m €	-16 025 800 m €
8.	Investimentos detidos até à maturidade	445 298 m €	3 568 966 m €	2 469 277 m €	-	6 483 541 m €	10 444 696 m €
	8.1. Valor bruto	445 298 m €	3 568 966 m €	2 469 277 m €	-	6 483 541 m €	10 483 807 m €
	8.2. Imparidades	-	-	-	-	0 m €	-39 111 m €
9.	Ativos com acordo de recompra	-	4 288 m €	504 160 m €	-	508 448 m €	534 671 m €
10.	Derivados de cobertura	280 737 m €	186 032 m €	98 725 m €	284 850 m €	850 344 m €	1 462 637 m €
11.	Ativos não correntes detidos para venda	-	1 284 126 m €	677 624 m €	206 850 m €	2 168 600 m €	7 322 299 m €
	11.1. Valor bruto	-	1 603 589 m €	912 491 m €	301 237 m €	2 817 317 m €	8 406 323 m €
	11.2. Imparidades	-	-319 463 m €	-234 867 m €	-94 387 m €	-648 717 m €	-1 084 024 m €
12.	Propriedades de investimento	-	554 233 m €	534 238 m €	-	1 088 471 m €	2 848 279 m €
13.	Outros ativos tangíveis	210 689 m €	626 398 m €	1 044 599 m €	335 078 m €	2 216 764 m €	4 026 404 m €
	13.1. Valor bruto	726 382 m €	1 857 024 m €	2 145 270 m €	843 853 m €	5 572 529 m €	9 080 532 m €
	13.2. Imparidades e amortizações	-515 693 m €	-1 230 626 m €	-1 100 671 m €	-508 775 m €	-3 355 765 m €	-5 054 128 m €
14.	Ativos intangíveis	14 017 m €	259 055 m €	413 911 m €	68 976 m €	755 959 m €	1 752 201 m €
	14.1. Valor bruto	100 566 m €	732 251 m €	1 141 049 m €	352 069 m €	2 325 935 m €	4 343 544 m €
	14.2. Imparidades e amortizações	-86 549 m €	-473 196 m €	-727 138 m €	-283 093 m €	-1 569 976 m €	-2 591 343 m €
15.	Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	202 255 m €	516 980 m €	31 503 m €	142 994 m €	893 732 m €	1 816 666 m €
	15.1. Valor bruto	202 255 m €	516 980 m €	31 503 m €	143 654 m €	894 392 m €	1 817 667 m €
	15.2. Imparidades	-	-	-	-660 m €	-660 m €	-1 001 m €

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

	Balanco consolidado 2012	BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado todos bancos
16.	Ativos por impostos correntes	9 209 m €	34 037 m €	61 474 m €	4 903 m €	109 623 m €	188 807 m €
17.	Ativos por impostos diferidos	608 483 m €	1 755 411 m €	1 468 766 m €	654 859 m €	4 487 519 m €	6 171 281 m €
18.	Provisões técnicas de resseguro cedido	-	3 164 m €	197 427 m €	59 584 m €	260 175 m €	263 979 m €
19.	Outros ativos	650 362 m €	1 121 157 m €	4 641 738 m €	257 104 m €	6 670 361 m €	11 623 769 m €
	19.1. Devedores por seguro direto e resseguro cedido	-	4 143 m €	-	5 797 m €	9 940 m €	14 123 m €
	19.2. Outros ativos	715 464 m €	1 277 060 m €	4 858 308 m €	277 659 m €	7 128 491 m €	12 441 384 m €
	19.3. Imparidades	-65 102 m €	-160 046 m €	-216 570 m €	-26 352 m €	-468 070 m €	-831 738 m €
	Total de Ativo / Total Assets	44 564 582 m €	89 744 039 m €	116 856 502 m €	41 400 310 m €	292 565 433 m €	478 770 543 m €
1.	Recursos de bancos centrais	4 270 918 m €	12 400 010 m €	8 529 802 m €	5 837 242 m €	31 037 972 m €	52 936 399 m €
2.	Passivos financeiros detidos para negociação	340 164 m €	1 393 194 m €	-	1 979 728 m €	3 713 086 m €	8 305 023 m €
3.	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	329 267 m €	2 218 006 m €	4 065 110 m €	6 612 383 m €	6 626 400 m €
4.	Recursos de outras instituições de crédito	2 568 421 m €	2 865 750 m €	3 713 479 m €	1 947 240 m €	11 094 890 m €	45 930 717 m €
5.	Recursos de clientes e outros empréstimos	24 621 139 m €	49 389 866 m €	71 404 154 m €	19 659 923 m €	165 075 082 m €	240 216 640 m €
6.	Responsabilidades representadas por títulos	3 787 627 m €	13 548 263 m €	10 590 627 m €	3 661 225 m €	31 587 742 m €	54 316 158 m €
7.	Passivos financeiros associados a ativos transferidos	1 590 984 m €	-	-	-	1 590 984 m €	2 540 856 m €
8.	Derivados de cobertura	814 983 m €	301 315 m €	84 479 m €	455 911 m €	1 656 688 m €	1 930 746 m €
9.	Passivos não correntes detidos para venda	-	-	100 746 m €	-	100 746 m €	276 691 m €
10.	Provisões	138 398 m €	178 862 m €	973 154 m €	76 250 m €	1 366 664 m €	1 738 078 m €
11.	Provisões técnicas	2 255 364 m €	74 465 m €	4 224 143 m €	388 557 m €	6 942 529 m €	9 657 341 m €
12.	Passivos por impostos correntes	30 360 m €	15 588 m €	184 386 m €	92 388 m €	322 722 m €	635 264 m €
13.	Passivos por impostos diferidos	89 816 m €	2 868 m €	190 650 m €	79 769 m €	363 103 m €	649 768 m €
14.	Instrumentos representativos de capital	1 200 279 m €	3 019 142 m €	-	-	4 219 421 m €	4 251 809 m €
15.	Outros passivos subordinados	156 331 m €	1 279 632 m €	2 889 067 m €	-	4 325 030 m €	6 223 256 m €
16.	Outros passivos	639 153 m €	945 630 m €	4 473 763 m €	389 617 m €	6 448 163 m €	13 033 665 m €
	16. 1. Credores por seguro direto e resseguro	-	1 017 m €	240 350 m €	33 446 m €	274 813 m €	288 784 m €
	16.2. Outros passivos	639 153 m €	944 613 m €	4 233 413 m €	356 171 m €	6 173 350 m €	12 744 881 m €
	Total de Passivo / Total Liabilities	42 503 937 m €	85 743 852 m €	109 576 456 m €	38 632 960 m €	276 457 205 m €	449 268 811 m €
	Capital						
17.	Capital	1 190 000 m €	3 671 175 m €	5 900 000 m €	1 972 962 m €	12 734 137 m €	22 580 106 m €
18.	Prémios de emissão	-	71 722 m €	-	-	71 722 m €	1 300 761 m €
19.	Outros instrumentos de capital	8 558 m €	9 853 m €	-	-	18 411 m €	162 337 m €
20.	Ações próprias	-18 272 m €	-14 212 m €	-	-1 089 m €	-33 573 m €	-48 450 m €
21.	Reservas de reavaliação	-507 614 m €	2 668 m €	-189 664 m €	-751 626 m €	-1 446 236 m €	-1 431 576 m €
22.	Outras reservas e resultados transitados	786 176 m €	850 020 m €	979 109 m €	758 435 m €	3 373 740 m €	5 259 380 m €
23.	Resultado líquido	249 135 m €	-1 219 053 m €	-394 715 m €	250 199 m €	-1 114 434 m €	-1 654 600 m €
24.	Dividendos antecipados	-	-	-	-35 000 m €	-35 000 m €	-44 360 m €
25.	Interesses minoritários	352 662 m €	628 014 m €	985 316 m €	573 469 m €	2 539 461 m €	3 378 134 m €

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

Balanco consolidado 2012	BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado todos bancos
Total de Capital / Total Equity	2 060 645 m €	4 000 187 m €	7 280 046 m €	2 767 350 m €	16 108 228 m €	29 501 732 m €
Total de Passivo + Capital / Total Liabilities + Equity	44 564 582 m €	89 744 039 m €	116 856 502 m €	41 400 310 m €	292 565 433 m €	478 770 543 m €

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos

Anexo 2 - Balanço consolidado 2013

Balanco consolidado 2013	BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado todos bancos
Ativo / Assets						
1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 372 211 m €	2 939 663 m €	1 545 339 m €	337 841 m €	6 195 054 m €	8 956 189 m €
2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	466 859 m €	1 054 030 m €	1 036 504 m €	552 921 m €	3 110 314 m €	4 600 790 m €
3. Ativos financeiros detidos para negociação	593 183 m €	1 290 079 m €	1 956 688 m €	1 946 393 m €	5 786 343 m €	10 720 974 m €
4. Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	702 597 m €	0 m €	1 257 063 m €	2 314 561 m €	4 274 221 m €	8 261 724 m €
5. Ativos financeiros disponíveis para venda	9 694 229 m €	9 327 120 m €	15 582 154 m €	4 724 053 m €	39 327 556 m €	63 390 778 m €
5.1. Valor bruto	9 780 900 m €	9 478 655 m €	15 826 038 m €	4 787 604 m €	39 873 197 m €	64 350 743 m €
5.2. Imparidades	-86 671 m €	-151 535 m €	-243 884 m €	-63 551 m €	-545 641 m €	-959 965 m €
6. Aplicações em instituições de crédito	1 886 070 m €	1 240 628 m €	1 774 802 m €	3 270 973 m €	8 172 473 m €	22 112 841 m €
6.1. Valor bruto	1 886 072 m €	1 240 830 m €	1 786 798 m €	3 270 973 m €	8 184 673 m €	22 126 392 m €
6.2. Imparidades	-2 m €	-202 m €	-11 996 m €	0 m €	-12 200 m €	-13 551 m €
7. Crédito a clientes	25 965 133 m €	56 802 197 m €	70 074 462 m €	26 095 503 m €	178 937 295 m €	272 861 659 m €
7.1. Valor bruto	26 897 068 m €	60 222 256 m €	74 586 872 m €	27 173 379 m €	188 879 575 m €	289 635 566 m €
7.2. Imparidades	-931 935 m €	-3 420 059 m €	-4 512 411 m €	-1 077 876 m €	-9 942 281 m €	-16 773 908 m €
8. Investimentos detidos até à maturidade	136 877 m €	3 110 330 m €	0 m €	0 m €	3 247 207 m €	5 171 674 m €
8.1. Valor bruto	136 877 m €	3 110 330 m €	0 m €	0 m €	3 247 207 m €	5 185 095 m €
8.2. Imparidades	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	-13 421 m €
9. Ativos com acordo de recompra	0 m €	58 268 m €	705 636 m €	0 m €	763 904 m €	763 904 m €
10. Derivados de cobertura	194 043 m €	104 503 m €	45 458 m €	199 427 m €	543 431 m €	1 017 342 m €
11. Ativos não correntes detidos para venda	0 m €	1 506 431 m €	13 455 813 m €	207 333 m €	15 169 577 m €	22 006 841 m €
11.1. Valor bruto	0 m €	1 879 126 m €	13 790 368 m €	320 304 m €	15 989 798 m €	23 619 038 m €
11.2. Imparidades	0 m €	-372 695 m €	-334 555 m €	-112 971 m €	-820 221 m €	-1 612 197 m €
12. Propriedades de investimento	0 m €	195 599 m €	340 055 m €	467 949 m €	1 003 603 m €	2 782 069 m €
13. Outros ativos tangíveis	197 337 m €	732 563 m €	621 816 m €	316 934 m €	1 868 650 m €	3 597 085 m €
13.1. Valor bruto	718 694 m €	1 879 569 m €	1 593 854 m €	834 385 m €	5 026 502 m €	8 470 013 m €
13.2. Imparidades e amortizações	-521 357 m €	-1 147 006 m €	-972 037 m €	-517 451 m €	-3 157 851 m €	-4 872 928 m €
14. Ativos intangíveis	19 149 m €	250 915 m €	193 683 m €	56 617 m €	520 364 m €	1 297 957 m €
14.1. Valor bruto	107 793 m €	408 450 m €	798 395 m €	371 195 m €	1 685 833 m €	3 516 048 m €
14.2. Imparidades e amortizações	-88 644 m €	-157 535 m €	-604 712 m €	-314 578 m €	-1 165 469 m €	-2 218 091 m €

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

	Balço consolidado 2013	BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado todos bancos
15.	Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	221 992 m €	578 890 m €	42 311 m €	147 730 m €	990 923 m €	1 854 068 m €
	15.1. Valor bruto	221 992 m €	578 890 m €	42 311 m €	148 790 m €	991 983 m €	1 855 469 m €
	15.2. Imparidades	0 m €	0 m €	0 m €	-1 060 m €	-1 060 m €	-1 401 m €
16.	Ativos por impostos correntes	22 237 m €	41 051 m €	128 238 m €	70 685 m €	262 211 m €	337 048 m €
17.	Ativos por impostos diferidos	517 455 m €	2 181 405 m €	1 377 932 m €	557 513 m €	4 634 305 m €	6 577 256 m €
18.	Provisões técnicas de resseguro cedido	0 m €	2 690 m €	5 547 m €	50 573 m €	58 810 m €	69 245 m €
19.	Outros ativos	710 378 m €	590 671 m €	2 819 339 m €	234 235 m €	4 354 623 m €	8 582 282 m €
	19.1. Devedores por seguro direto e resseguro cedido	746 467 m €	4 129 m €	0 m €	9 606 m €	760 202 m €	3 649 681 m €
	19.2. Outros ativos	-36 089 m €	753 209 m €	3 054 586 m €	248 237 m €	4 019 943 m €	5 708 304 m €
	19.3. Imparidades	0 m €	-166 667 m €	-235 247 m €	-23 608 m €	-425 522 m €	-775 704 m €
	Total de Ativo / Total Assets	42 699 750 m €	82 007 033 m €	112 962 840 m €	41 551 241 m €	279 220 864 m €	444 961 726 m €
1.	Recursos de bancos centrais	4 140 068 m €	11 191 067 m €	6 485 004 m €	6 241 410 m €	28 057 549 m €	48 494 826 m €
2.	Passivos financeiros detidos para negociação	255 245 m €	869 530 m €	0 m €	1 566 789 m €	2 691 564 m €	5 266 220 m €
3.	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0 m €	0 m €	1 644 832 m €	3 592 776 m €	5 237 608 m €	5 250 001 m €
4.	Recursos de outras instituições de crédito	1 453 249 m €	2 301 469 m €	3 249 645 m €	4 173 625 m €	11 177 988 m €	32 587 001 m €
5.	Recursos de clientes e outros empréstimos	25 494 961 m €	48 959 752 m €	67 824 469 m €	19 271 178 m €	161 550 360 m €	237 171 862 m €
6.	Responsabilidades representadas por títulos	2 598 455 m €	9 411 227 m €	8 791 387 m €	2 436 432 m €	23 237 501 m €	40 261 337 m €
7.	Passivos financeiros associados a ativos transferidos	1 387 296 m €	0 m €	0 m €	0 m €	1 387 296 m €	2 233 172 m €
8.	Derivados de cobertura	548 458 m €	243 373 m €	65 110 m €	370 684 m €	1 227 625 m €	1 462 145 m €
9.	Passivos não correntes detidos para venda	0 m €	0 m €	11 590 700 m €	0 m €	11 590 700 m €	12 738 618 m €
10.	Provisões	123 780 m €	291 782 m €	881 245 m €	64 589 m €	1 361 396 m €	1 697 643 m €
11.	Provisões técnicas	2 689 768 m €	74 178 m €	10 108 m €	373 986 m €	3 148 040 m €	6 164 352 m €
12.	Passivos por impostos correntes	19 600 m €	24 684 m €	64 952 m €	15 548 m €	124 784 m €	276 075 m €
13.	Passivos por impostos diferidos	37 977 m €	6 301 m €	178 715 m €	61 845 m €	284 838 m €	507 123 m €
14.	Instrumentos representativos de capital	920 433 m €	3 026 070 m €	0 m €	0 m €	3 946 503 m €	4 217 210 m €
15.	Outros passivos subordinados	136 931 m €	1 335 269 m €	2 523 700 m €	0 m €	3 995 900 m €	5 917 276 m €
16.	Outros passivos	587 199 m €	996 523 m €	2 831 807 m €	328 547 m €	4 744 076 m €	12 263 402 m €
	16.1. Credores por seguro direto e resseguro	0 m €	3 430 m €	0 m €	21 246 m €	24 676 m €	33 868 m €
	16.2. Outros passivos	587 199 m €	993 093 m €	2 831 807 m €	307 301 m €	4 719 400 m €	12 229 534 m €
	Total de Passivo / Total Liabilities	40 393 420 m €	78 731 225 m €	106 141 673 m €	38 497 409 m €	263 763 727 m €	416 508 261 m €
	Capital						
17.	Capital	1 190 000 m €	3 671 175 m €	5 900 000 m €	1 972 962 m €	12 734 137 m €	24 019 669 m €
18.	Prémios de emissão	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	1 309 896 m €
19.	Outros instrumentos de capital	3 414 m €	9 853 m €	0 m €	0 m €	13 267 m €	54 433 m €
20.	Ações próprias	-17 090 m €	-22 745 m €	0 m €	-1 523 m €	-41 358 m €	-52 955 m €
21.	Reservas de reavaliação	-362 280 m €	22 311 m €	63 074 m €	-622 216 m €	-899 111 m €	-973 036 m €

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

	Balanço consolidado 2013	BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado todos bancos
22.	Outras reservas e resultados transitados	1 041 005 m €	-356 937 m €	409 739 m €	906 004 m €	1 999 811 m €	3 099 594 m €
23.	Resultado líquido	66 839 m €	-740 450 m €	-575 785 m €	102 027 m €	-1 147 369 m €	-2 730 535 m €
24.	Dividendos antecipados	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	-12 480 m €
25.	Interesses minoritários	384 442 m €	692 601 m €	1 024 139 m €	696 578 m €	2 797 760 m €	3 738 879 m €
	Total de Capital / Total Equity	2 306 330 m €	3 275 808 m €	6 821 167 m €	3 053 832 m €	15 457 137 m €	28 453 465 m €
	Total de Passivo + Capital / Total Liabilities + Equity	42 699 750 m €	82 007 033 m €	112 962 840 m €	41 551 241 m €	279 220 864 m €	444 961 726 m €

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos

Anexo 3 - Balanço consolidado 2014

	Balanço consolidado 2014	BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado todos bancos
	Ativo / Assets						
1.	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 894 203 m €	1 707 447 m €	2 118 028 m €	830 475 m €	6 550 153 m €	7 575 287 m €
2.	Disponibilidades em outras instituições de crédito	380 475 m €	795 774 m €	878 298 m €	241 218 m €	2 295 765 m €	3 010 933 m €
3.	Ativos financeiros detidos para negociação	899 426 m €	1 674 240 m €	2 250 918 m €	2 289 131 m €	7 113 715 m €	8 287 495 m €
4.	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2 118 307 m €	0 m €	822 658 m €	2 278 633 m €	5 219 598 m €	5 350 823 m €
5.	Ativos financeiros disponíveis para venda	7 525 778 m €	8 263 225 m €	15 898 392 m €	7 012 220 m €	38 699 615 m €	53 685 474 m €
	5.1. Valor bruto	7 637 902 m €	8 550 331 m €	16 212 015 m €	7 075 108 m €	39 475 356 m €	54 639 301 m €
	5.2. Imparidades	-112 124 m €	-287 106 m €	-313 623 m €	-62 888 m €	-775 741 m €	-953 827 m €
6.	Aplicações em instituições de crédito	2 588 817 m €	1 456 026 m €	2 133 665 m €	1 220 917 m €	7 399 425 m €	16 407 518 m €
	6.1. Valor bruto	2 588 819 m €	1 456 079 m €	2 145 482 m €	1 220 917 m €	7 411 297 m €	16 423 780 m €
	6.2. Imparidades	-2 m €	-53 m €	-11 817 m €	0 m €	-11 872 m €	-16 262 m €
7.	Crédito a clientes	25 268 969 m €	53 685 648 m €	66 863 572 m €	25 524 020 m €	171 342 209 m €	213 537 913 m €
	7.1. Valor bruto	26 305 630 m €	57 168 353 m €	72 093 864 m €	26 685 638 m €	182 253 485 m €	228 617 048 m €
	7.2. Imparidades	-1 036 661 m €	-3 482 705 m €	-5 230 292 m €	-1 161 618 m €	-10 911 276 m €	-15 079 135 m €
8.	Investimentos detidos até à maturidade	88 382 m €	2 311 181 m €	0 m €	0 m €	2 399 563 m €	2 602 405 m €
	8.1. Valor bruto	88 382 m €	2 311 181 m €	0 m €	0 m €	2 399 563 m €	2 602 405 m €
	8.2. Imparidades	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €
9.	Ativos com acordo de recompra	0 m €	36 423 m €	1 281 126 m €	0 m €	1 317 549 m €	1 344 450 m €
10.	Derivados de cobertura	148 693 m €	75 325 m €	78 008 m €	195 035 m €	497 061 m €	552 024 m €
11.	Ativos não correntes detidos para venda	11 604 m €	1 622 016 m €	804 440 m €	208 214 m €	2 646 274 m €	6 450 760 m €
	11.1. Valor bruto	20 136 m €	1 883 591 m €	1 180 538 m €	332 645 m €	3 416 910 m €	7 533 536 m €
	11.2. Imparidades	-8 532 m €	-261 575 m €	-376 098 m €	-124 431 m €	-770 636 m €	-1 082 776 m €
12.	Propriedades de investimento	154 777 m €	176 519 m €	1 189 246 m €	420 239 m €	1 940 781 m €	3 405 740 m €
13.	Outros ativos tangíveis	204 239 m €	755 451 m €	666 307 m €	297 204 m €	1 923 201 m €	2 575 766 m €

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

	Balanço consolidado 2014	BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado todos bancos
	13.1. Valor bruto	719 890 m €	1 902 194 m €	1 683 251 m €	748 322 m €	5 053 657 m €	6 556 451 m €
	13.2. Imparidades e amortizações	-515 651 m €	-1 146 743 m €	-1 016 944 m €	-451 118 m €	-3 130 456 m €	-3 980 685 m €
14.	Ativos intangíveis	24 883 m €	252 789 m €	161 717 m €	32 419 m €	471 808 m €	694 829 m €
	14.1. Valor bruto	117 044 m €	400 825 m €	827 748 m €	387 764 m €	1 733 381 m €	2 404 312 m €
	14.2. Imparidades e amortizações	-92 161 m €	-148 036 m €	-666 031 m €	-355 345 m €	-1 261 573 m €	-1 709 483 m €
15.	Investimentos em filiais, associadas excluídas da consolidação	212 980 m €	323 466 m €	318 846 m €	207 192 m €	1 062 484 m €	1 253 509 m €
	15.1. Valor bruto	212 980 m €	323 466 m €	318 846 m €	208 692 m €	1 063 984 m €	1 255 350 m €
	15.2. Imparidades	0 m €	0 m €	0 m €	-1 500 m €	-1 500 m €	-1 841 m €
16.	Ativos por impostos correntes	10 697 m €	41 895 m €	54 947 m €	15 135 m €	122 674 m €	136 105 m €
17.	Ativos por impostos diferidos	411 834 m €	2 398 562 m €	1 425 181 m €	472 571 m €	4 708 148 m €	5 654 401 m €
18.	Provisões técnicas de resseguro cedido	0 m €	2 151 m €	0 m €	33 121 m €	35 272 m €	35 272 m €
19.	Outros ativos	684 786 m €	782 778 m €	3 206 685 m €	265 390 m €	4 939 639 m €	5 958 072 m €
	19.1. Devedores por seguro direto e resseguro cedido	0 m €	6 526 m €	0 m €	6 644 m €	13 170 m €	16 091 m €
	19.2. Outros ativos	715 625 m €	915 211 m €	3 442 141 m €	283 552 m €	5 356 529 m €	6 512 140 m €
	19.3. Imparidades	-30 839 m €	-138 959 m €	-235 456 m €	-24 806 m €	-430 060 m €	-570 159 m €
	Total de Ativo / Total Assets	42 628 850 m €	76 360 916 m €	100 152 034 m €	41 543 134 m €	260 684 934 m €	338 518 776 m €
1.	Recursos de bancos centrais	1 561 185 m €	6 817 673 m €	3 243 587 m €	4 406 312 m €	16 028 757 m €	23 830 745 m €
2.	Passivos financeiros detidos para negociação	326 785 m €	952 969 m €	0 m €	1 943 360 m €	3 223 114 m €	4 260 489 m €
3.	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0 m €	0 m €	2 121 127 m €	3 403 408 m €	5 524 535 m €	5 537 330 m €
4.	Recursos de outras instituições de crédito	1 372 441 m €	4 148 482 m €	2 758 100 m €	4 029 757 m €	12 308 780 m €	26 291 005 m €
5.	Recursos de clientes e outros empréstimos	28 134 617 m €	49 816 736 m €	71 134 176 m €	20 345 997 m €	169 431 526 m €	208 697 621 m €
6.	Responsabilidades representadas por títulos	2 238 074 m €	5 709 569 m €	7 174 478 m €	2 892 831 m €	18 014 952 m €	21 833 708 m €
7.	Passivos financeiros associados a ativos transferidos	1 047 731 m €	0 m €	0 m €	0 m €	1 047 731 m €	1 795 550 m €
8.	Derivados de cobertura	327 219 m €	352 543 m €	20 040 m €	133 690 m €	833 492 m €	1 073 359 m €
9.	Passivos não correntes detidos para venda	0 m €	0 m €	1 917 m €	0 m €	1 917 m €	1 131 938 m €
10.	Provisões	107 333 m €	377 561 m €	841 658 m €	103 394 m €	1 429 946 m €	1 602 786 m €
11.	Provisões técnicas	4 151 830 m €	82 732 m €	0 m €	320 162 m €	4 554 724 m €	6 071 338 m €
12.	Passivos por impostos correntes	12 602 m €	31 794 m €	38 532 m €	31 623 m €	114 551 m €	224 297 m €
13.	Passivos por impostos diferidos	30 028 m €	6 686 m €	370 362 m €	147 374 m €	554 450 m €	693 240 m €
14.	Instrumentos representativos de capital	0 m €	763 134 m €	0 m €	105 128 m €	868 262 m €	1 000 676 m €
15.	Outros passivos subordinados	69 521 m €	1 262 538 m €	2 427 905 m €	0 m €	3 759 964 m €	4 599 757 m €
16.	Outros passivos	703 836 m €	1 051 592 m €	3 527 392 m €	317 978 m €	5 600 798 m €	7 146 650 m €
	16.1. Credores por seguro direto e resseguro	0 m €	4 790 m €	0 m €	7 354 m €	12 144 m €	21 021 m €
	16.2. Outros passivos	703 836 m €	1 046 802 m €	3 527 392 m €	310 624 m €	5 588 654 m €	7 125 629 m €
	Total de Passivo / Total Liabilities	40 083 202 m €	71 374 009 m €	93 659 274 m €	38 181 014 m €	243 297 499 m €	315 790 489 m €
	Capital						

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

	Balço consolidado 2014	BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado todos bancos
17.	Capital	1 293 063 m €	3 877 865 m €	5 900 000 m €	1 972 962 m €	13 043 890 m €	18 981 636 m €
18.	Prémios de emissão	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	233 504 m €
19.	Outros instrumentos de capital	5 270 m €	9 853 m €	0 m €	0 m €	15 123 m €	23 396 m €
20.	Ações próprias	-13 828 m €	-13 547 m €	0 m €	-1 757 m €	-29 132 m €	-44 718 m €
21.	Reservas de reavaliação	-51 143 m €	106 898 m €	411 810 m €	-311 745 m €	155 820 m €	252 965 m €
22.	Outras reservas e resultados transitados	1 057 640 m €	458 087 m €	-437 937 m €	912 446 m €	1 990 236 m €	1 507 149 m €
23.	Resultado líquido	-163 623 m €	-226 620 m €	-348 044 m €	193 061 m €	-545 226 m €	-1 068 487 m €
24.	Dividendos antecipados	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	-15 600 m €
25.	Interesses minoritários	418 269 m €	774 371 m €	966 931 m €	597 153 m €	2 756 724 m €	2 858 442 m €
	Total de Capital / Total Equity	2 545 648 m €	4 986 907 m €	6 492 760 m €	3 362 120 m €	17 387 435 m €	22 728 287 m €
	Total de Passivo + Capital / Total Liabilities + Equity	42 628 850 m €	76 360 916 m €	100 152 034 m €	41 543 134 m €	260 684 934 m €	338 518 776 m €

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos

Anexo 4 - Demonstração dos resultados consolidadas 2012

	Demonstração dos resultados consolidadas 2012	BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado
1.	Juros e proveitos similares	1 974 349 m €	3 615 922 m €	5 074 298 m €	1 657 058 m €	12 321 627 m €	20 813 383 m €
2.	Juros e custos similares	1 395 235 m €	2 592 337 m €	3 730 283 m €	1 107 032 m €	8 824 887 m €	14 657 389 m €
3.	Margem financeira	579 114 m €	1 023 585 m €	1 344 015 m €	550 026 m €	3 496 740 m €	6 155 994 m €
4.	Rendimentos de instrumentos de capital	3 481 m €	3 873 m €	118 942 m €	1 698 m €	127 994 m €	235 110 m €
5.	Rendimentos de serviços e comissões	385 821 m €	884 486 m €	677 957 m €	379 316 m €	2 327 580 m €	4 190 250 m €
6.	Encargos com serviços e comissões	-53 516 m €	-193 710 m €	-169 314 m €	-54 295 m €	-470 835 m €	-811 134 m €
7.	Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	145 634 m €	14 436 m €	-6 449 m €	38 221 m €	191 842 m €	37 843 m €
8.	Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	169 014 m €	332 244 m €	108 480 m €	-2 605 m €	607 133 m €	1 475 692 m €
9.	Resultados de reavaliação cambial	83 658 m €	97 921 m €	196 631 m €	5 657 m €	383 867 m €	297 913 m €
10.	Resultados de alienação de outros ativos	3 067 m €	-24 193 m €	64 337 m €	86 845 m €	130 056 m €	62 415 m €
11.	Prémios líquidos de resseguro	230 906 m €	25 877 m €	1 202 831 m €	226 755 m €	1 686 369 m €	2 075 321 m €
12.	Custos com sinistros líquidos de resseguro	-686 944 m €	-13 328 m €	-783 043 m €	-11 843 m €	-1 495 158 m €	-2 077 531 m €
13.	Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	479 050 m €	-4 105 m €	0 m €	27 687 m €	502 632 m €	692 374 m €
14.	Outros resultados de exploração	-9 272 m €	-22 408 m €	161 974 m €	-13 417 m €	116 877 m €	273 618 m €
15.	Produto bancário	1 330 013 m €	2 124 678 m €	2 916 361 m €	1 234 045 m €	7 605 097 m €	12 607 865 m €
16.	Custos com pessoal	372 779 m €	815 413 m €	909 118 m €	260 331 m €	2 357 641 m €	3 894 605 m €
17.	Gastos gerais administrativos.	233 414 m €	565 161 m €	623 266 m €	139 985 m €	1 561 826 m €	2 666 877 m €
18.	Depreciações e amortizações	33 074 m €	78 065 m €	185 510 m €	64 335 m €	360 984 m €	632 656 m €
19.	Provisões líquidas de anulações	4 468 m €	17 463 m €	75 912 m €	24 235 m €	122 078 m €	209 300 m €
20.	Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	253 855 m €	1 684 179 m €	1 010 304 m €	378 147 m €	3 326 485 m €	5 373 416 m €

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

	Demonstração dos resultados consolidadas 2012	BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado
21.	Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	17 444 m €	74 699 m €	0 m €	16 504 m €	108 647 m €	322 158 m €
22.	Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	14 861 m €	260 654 m €	484 031 m €	49 180 m €	808 726 m €	1 170 135 m €
23.	Diferenças de consolidação negativas	0 m €	255 m €	0 m €	0 m €	255 m €	255 m €
24.	Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	23 816 m €	55 659 m €	4 284 m €	11 864 m €	95 623 m €	19 725 m €
25.	Resultado antes de impostos	423 934 m €	-1 315 042 m €	-367 496 m €	313 192 m €	-945 412 m €	-1 641 302 m €
26.	Impostos	88 294 m €	-177 833 m €	-21 525 m €	62 891 m €	-48 173 m €	-226 953 m €
	26.1. Impostos correntes	51 941 m €	81 696 m €	188 513 m €	116 950 m €	439 100 m €	682 360 m €
	26.2. Impostos diferidos	36 353 m €	-259 529 m €	-210 038 m €	-54 059 m €	-487 273 m €	-909 313 m €
27.	Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	335 640 m €	-1 137 209 m €	-345 971 m €	250 301 m €	-897 239 m €	-1 414 349 m €
28.	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €
29.	Interesses minoritários	86 505 m €	81 844 m €	48 744 m €	102 m €	217 195 m €	240 251 m €
30.	Resultado líquido / Net income	249 135 m €	-1 219 053 m €	-394 715 m €	250 199 m €	-1 114 434 m €	-1 654 600 m €

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos

Anexo 5 - Demonstração dos resultados consolidadas 2013

	Demonstração dos resultados consolidadas 2013	BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado
1.	Juros e proveitos similares	1 503 945 m €	2 832 912 m €	3 615 140 m €	1 276 427 m €	9 228 424 m €	16 035 284 m €
2.	Juros e custos similares	1 032 472 m €	1 984 825 m €	2 756 879 m €	761 577 m €	6 535 753 m €	11 067 975 m €
3.	Margem financeira	471 473 m €	848 087 m €	858 261 m €	514 850 m €	2 692 671 m €	4 967 310 m €
4.	Rendimentos de instrumentos de capital	3 657 m €	3 680 m €	72 483 m €	1 622 m €	81 442 m €	147 641 m €
5.	Rendimentos de serviços e comissões	360 326 m €	847 857 m €	680 087 m €	372 017 m €	2 260 287 m €	3 850 439 m €
6.	Encargos com serviços e comissões	-49 984 m €	-184 883 m €	-158 044 m €	-55 552 m €	-448 463 m €	-775 960 m €
7.	Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	27 571 m €	138 228 m €	-2 700 m €	19 857 m €	182 956 m €	-158 541 m €
8.	Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	132 281 m €	180 358 m €	134 759 m €	4 534 m €	451 932 m €	1 268 641 m €
9.	Resultados de reavaliação cambial	97 484 m €	110 465 m €	125 680 m €	4 048 m €	337 677 m €	344 152 m €
10.	Resultados de alienação de outros ativos	4 193 m €	-36 759 m €	9 406 m €	-1 226 m €	-24 386 m €	-101 333 m €
11.	Prémios líquidos de resseguro	686 523 m €	27 757 m €	4 445 m €	41 140 m €	759 865 m €	1 409 426 m €
12.	Custos com sinistros líquidos de resseguro	-355 829 m €	-14 056 m €	-1 669 m €	-11 232 m €	-382 786 m €	-807 602 m €
13.	Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	-305 939 m €	-2 912 m €	0 m €	-10 843 m €	-319 694 m €	-411 010 m €
14.	Outros resultados de exploração	-23 665 m €	-255 892 m €	117 528 m €	-35 032 m €	-197 061 m €	-404 925 m €
15.	Produto bancário	1 048 091 m €	1 661 930 m €	1 840 235 m €	844 183 m €	5 394 439 m €	9 328 236 m €
16.	Custos com pessoal	386 805 m €	767 463 m €	792 879 m €	272 337 m €	2 219 484 m €	3 605 985 m €
17.	Gastos gerais administrativos	232 361 m €	459 653 m €	469 401 m €	139 916 m €	1 301 331 m €	2 327 900 m €
18.	Depreciações e amortizações	31 376 m €	68 123 m €	131 762 m €	60 298 m €	291 559 m €	536 265 m €
19.	Provisões líquidas de anulações	782 m €	150 059 m €	-1 757 m €	5 501 m €	154 585 m €	218 852 m €

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

	Demonstração dos resultados consolidadas 2013	BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado
20.	Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	255 046 m €	820 827 m €	817 759 m €	197 039 m €	2 090 671 m €	4 296 664 m €
21.	Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	3 652 m €	102 193 m €	0 m €	3 155 m €	109 000 m €	271 457 m €
22.	Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	-16 463 m €	213 515 m €	309 484 m €	36 894 m €	543 430 m €	1 027 121 m €
23.	Diferenças de consolidação negativas	0 m €	96 m €	0 m €	0 m €	96 m €	96 m €
24.	Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	27 098 m €	62 260 m €	5 030 m €	14 069 m €	108 457 m €	96 004 m €
25.	Resultado antes de impostos	181 630 m €	-857 547 m €	-674 262 m €	143 112 m €	-1 207 067 m €	-2 859 907 m €
26.	Impostos	20 421 m €	-210 799 m €	-163 215 m €	49 888 m €	-303 705 m €	-475 835 m €
	26.1. Impostos correntes	46 727 m €	115 635 m €	-6 328 m €	37 152 m €	193 186 m €	470 530 m €
	26.2. Impostos diferidos	-26 306 m €	-326 434 m €	-156 887 m €	12 736 m €	-496 891 m €	-946 365 m €
27.	Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	161 209 m €	-646 748 m €	-511 047 m €	93 224 m €	-903 362 m €	-2 384 072 m €
28.	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	0 m €	-45 003 m €	0 m €	-1 708 m €	-46 711 m €	-173 765 m €
29.	Interesses minoritários	94 370 m €	93 702 m €	64 738 m €	-8 803 m €	244 007 m €	249 594 m €
30.	Resultado líquido / Net income	66 839 m €	-740 450 m €	-575 785 m €	102 027 m €	-1 147 369 m €	-2 730 535 m €

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos

Anexo 6 - Demonstração dos resultados consolidadas 2014

	Demonstração dos resultados consolidadas 2014	BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado
1.	Juros e proveitos similares	1 408 355 m €	2 652 638 m €	3 339 246 m €	1 197 050 m €	8 597 289 m €	11 412 835 m €
2.	Juros e custos similares	897 515 m €	1 536 487 m €	2 350 511 m €	650 525 m €	5 435 038 m €	7 032 820 m €
3.	Margem financeira	510 840 m €	1 116 151 m €	988 735 m €	546 525 m €	3 162 251 m €	4 380 015 m €
4.	Rendimentos de instrumentos de capital	3 612 m €	5 888 m €	49 554 m €	1 222 m €	60 276 m €	64 746 m €
5.	Rendimentos de serviços e comissões	369 266 m €	812 180 m €	659 055 m €	332 357 m €	2 172 858 m €	2 721 764 m €
6.	Encargos com serviços e comissões	-57 093 m €	-131 295 m €	-144 039 m €	-60 542 m €	-392 969 m €	-487 950 m €
7.	Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	36 844 m €	-4 793 m €	22 273 m €	-244 525 m €	-190 201 m €	-358 470 m €
8.	Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	-135 005 m €	340 724 m €	344 334 m €	306 046 m €	856 099 m €	1 826 731 m €
9.	Resultados de reavaliação cambial	121 059 m €	98 524 m €	-2 740 m €	5 440 m €	222 283 m €	251 735 m €
10.	Resultados de alienação de outros ativos	1 991 m €	45 445 m €	-162 210 m €	82 399 m €	-32 375 m €	-58 861 m €
11.	Prémios líquidos de resseguro	1 721 258 m €	27 675 m €	0 m €	43 025 m €	1 791 958 m €	2 140 167 m €
12.	Custos com sinistros líquidos de resseguro	-328 009 m €	-10 641 m €	0 m €	-14 021 m €	-352 671 m €	-171 723 m €
13.	Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	-1 358 855 m €	-6 230 m €	0 m €	-15 224 m €	-1 380 309 m €	-1 569 067 m €
14.	Outros resultados de exploração	-28 202 m €	-77 949 m €	269 390 m €	-14 878 m €	148 361 m €	-81 789 m €
15.	Produto bancário	857 706 m €	2 215 679 m €	2 024 352 m €	967 824 m €	6 065 561 m €	8 657 298 m €
16.	Custos com pessoal	402 538 m €	635 616 m €	729 580 m €	284 430 m €	2 052 164 m €	2 745 619 m €
17.	Gastos gerais administrativos	238 218 m €	448 451 m €	487 393 m €	146 871 m €	1 320 933 m €	1 819 109 m €

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

Demonstração dos resultados consolidadas 2014		BPI	BCP	CGD	BST	Total	Total agregado
18.	Depreciações e amortizações	30 771 m €	65 543 m €	110 690 m €	63 309 m €	270 313 m €	417 798 m €
19.	Provisões líquidas de anulações	7 385 m €	81 472 m €	-62 849 m €	75 272 m €	101 280 m €	358 006 m €
20.	Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	176 719 m €	1 106 990 m €	854 123 m €	111 207 m €	2 249 039 m €	3 362 137 m €
21.	Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	26 461 m €	91 345 m €	0 m €	1 160 m €	118 966 m €	270 659 m €
22.	Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	11 420 m €	36 457 m €	158 326 m €	34 012 m €	240 215 m €	372 290 m €
23.	Diferenças de consolidação negativas	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €	0 m €
24.	Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	26 125 m €	35 960 m €	19 396 m €	19 790 m €	101 271 m €	60 149 m €
25.	Resultado antes de impostos	-9 681 m €	-214 235 m €	-233 515 m €	271 353 m €	-186 078 m €	-628 171 m €
26.	Impostos	30 663 m €	-97 675 m €	29 780 m €	78 150 m €	40 918 m €	100 744 m €
	26.1. Impostos correntes	31 689 m €	100 995 m €	67 636 m €	52 316 m €	252 636 m €	421 846 m €
	26.2. Impostos diferidos	-1 026 m €	-198 670 m €	-37 856 m €	25 834 m €	-211 718 m €	-321 102 m €
27.	Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	-40 344 m €	-116 560 m €	-263 295 m €	193 203 m €	-226 996 m €	-728 915 m €
28.	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	0 m €	-40 831 m €	0 m €	0 m €	-40 831 m €	-22 579 m €
29.	Interesses minoritários	123 279 m €	110 060 m €	84 749 m €	142 m €	318 230 m €	321 320 m €
30.	Resultado líquido / Net income	-163 623 m €	-226 620 m €	-348 044 m €	193 061 m €	-545 226 m €	-1 068 487 m €

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos

Anexo 7 - Crédito a clientes por setores de atividade - BCP

Setores	2012									
	Vivo		Cresc. Médio Anual	Vencido		Cresc. Médio Anual	Total (Vivo + Vencido)		Cresc. Médio Anual	Vencido/Total (%)
	Valor absoluto (m€)	%		Valor absoluto (m€)	%		Valor absoluto (m€)	%		
Agricultura e silvicultura	502.924	0,75%	-	29.951	0,69%	-	532.875	0,75%	-	5,62%
Indústrias extrativas	153.658	0,23%	-	10.744	0,25%	-	164.402	0,23%	-	6,54%
Alimentação, bebidas e tabaco	579.558	0,87%	-	48.165	1,10%	-	627.723	0,88%	-	7,67%
Têxteis	448.794	0,67%	-	48.427	1,11%	-	497.221	0,70%	-	9,74%
Madeira e cortiça	229.348	0,34%	-	43.676	1,00%	-	273.024	0,38%	-	16,00%
Papel, artes gráficas e editoras	362.126	0,54%	-	19.051	0,44%	-	381.177	0,54%	-	5,00%
Indústrias químicas	633.198	0,95%	-	20.257	0,46%	-	653.455	0,92%	-	3,10%
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas	1.005.529	1,50%	-	100.112	2,30%	-	1.105.641	1,55%	-	9,05%
Eletricidade, água e gás	1.086.650	1,63%	-	2.634	0,06%	-	1.089.284	1,53%	-	0,24%
Construção	4.104.356	6,14%	-	1.258.792	28,86%	-	5.363.148	7,53%	-	23,47%
Comércio a retalho	1.318.129	1,97%	-	150.756	3,46%	-	1.468.885	2,06%	-	10,26%

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

Comércio por grosso	2.172.270	3,25%	-	332.611	7,63%	-	2.504.881	3,52%	-	13,28%
Restaurantes e hotéis	1.379.669	2,06%	-	168.971	3,87%	-	1.548.640	2,17%	-	10,91%
Transportes e comunicações	2.260.289	3,38%	-	90.961	2,09%	-	2.351.250	3,30%	-	3,87%
Serviços	13.523.937	20,23%	-	871.583	19,98%	-	14.395.520	20,21%	-	6,05%
Crédito ao consumo (Particulares)	4.246.970	6,35%	-	824.155	18,90%	-	5.071.125	7,12%	-	16,25%
Crédito hipotecário (Particulares)	29.508.763	44,13%	-	290.763	6,67%	-	29.799.526	41,84%	-	0,98%
Outras atividades nacionais (Particulares)	1.308.942	1,96%	-	35.473	0,81%	-	1.344.415	1,89%	-	2,64%
Outras atividades internacionais (Particulares)	2.035.850	3,04%	-	14.562	0,33%	-	2.050.412	2,88%	-	0,71%
TOTAL	66.860.960	100,00%	-	4.361.644	100,00%	-	71.222.604	100,00%	-	6,12%
Sectores	2013									
Agricultura e silvicultura	390.165	0,65%	-22,42%	22.633	0,51%	-24,43%	412.798	0,64%	-22,53%	5,48%
Indústrias extrativas	177.689	0,30%	15,64%	9.539	0,22%	-11,22%	187.228	0,29%	13,88%	5,09%
Alimentação, bebidas e tabaco	509.340	0,85%	-12,12%	31.196	0,71%	-35,23%	540.536	0,84%	-13,89%	5,77%
Têxteis	454.475	0,75%	1,27%	47.020	1,07%	-2,91%	501.495	0,78%	0,86%	9,38%
Madeira e cortiça	209.747	0,35%	-8,55%	43.702	0,99%	0,06%	253.449	0,39%	-7,17%	17,24%
Papel, artes gráficas e editoras	231.682	0,38%	-36,02%	25.527	0,58%	33,99%	257.209	0,40%	-32,52%	9,92%
Indústrias químicas	617.703	1,03%	-2,45%	69.425	1,58%	242,72%	687.128	1,06%	5,15%	10,10%
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas	985.780	1,64%	-1,96%	76.940	1,75%	-23,15%	1.062.720	1,64%	-3,88%	7,24%
Eletricidade, água e gás	1.191.942	1,98%	9,69%	12.943	0,29%	391,38%	1.204.885	1,86%	10,61%	1,07%
Construção	4.502.979	7,48%	9,71%	1.235.057	28,03%	-1,89%	5.738.036	8,88%	6,99%	21,52%
Comércio a retalho	1.259.196	2,09%	-4,47%	213.555	4,85%	41,66%	1.472.751	2,28%	0,26%	14,50%
Comércio por grosso	2.059.034	3,42%	-5,21%	240.213	5,45%	-27,78%	2.299.247	3,56%	-8,21%	10,45%
Restaurantes e hotéis	1.301.132	2,16%	-5,69%	229.188	5,20%	35,64%	1.530.320	2,37%	-1,18%	14,98%
Transportes e comunicações	2.362.520	3,92%	4,52%	84.514	1,92%	-7,09%	2.447.034	3,79%	4,07%	3,45%
Serviços	12.427.129	20,64%	-8,11%	1.096.002	24,88%	25,75%	13.523.131	20,92%	-6,06%	8,10%
Crédito ao consumo (Particulares)	3.583.050	5,95%	-15,63%	643.137	14,60%	-21,96%	4.226.187	6,54%	-16,66%	15,22%
Crédito hipotecário (Particulares)	26.603.015	44,17%	-9,85%	246.406	5,59%	-15,26%	26.849.421	41,54%	-9,90%	0,92%
Outras atividades nacionais (Particulares)	6.841	0,01%	-99,48%	6.792	0,15%	-80,85%	13.633	0,02%	-98,99%	49,82%
Outras atividades internacionais (Particulares)	1.348.837	2,24%	-33,75%	71.950	1,63%	394,09%	1.420.787	2,20%	-30,71%	5,06%
TOTAL	60.222.256	100,00%	-9,93%	4.405.739	100,00%	1,01%	64.627.995	100,00%	-9,26%	6,82%
Sectores	2014									
Agricultura e silvicultura	429.887	0,75%	10,18%	22.108	0,52%	-2,32%	451.995	0,74%	9,50%	4,89%
Indústrias extrativas	207.428	0,36%	16,74%	9.312	0,22%	-2,38%	216.740	0,35%	15,76%	4,30%
Alimentação, bebidas e tabaco	582.472	1,02%	14,36%	19.214	0,45%	-38,41%	601.686	0,98%	11,31%	3,19%
Têxteis	487.611	0,85%	7,29%	38.658	0,90%	-17,78%	526.269	0,86%	4,94%	7,35%
Madeira e cortiça	221.308	0,39%	5,51%	35.751	0,83%	-18,19%	257.059	0,42%	1,42%	13,91%
Papel, artes gráficas e editoras	202.393	0,35%	-12,64%	12.417	0,29%	-51,36%	214.810	0,35%	-16,48%	5,78%
Indústrias químicas	660.935	1,16%	7,00%	63.760	1,49%	-8,16%	724.695	1,18%	5,47%	8,80%
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas	1.018.095	1,78%	3,28%	74.460	1,74%	-3,22%	1.092.555	1,78%	2,81%	6,82%
Eletricidade, água e gás	1.096.016	1,92%	-8,05%	15.608	0,36%	20,59%	1.111.624	1,81%	-7,74%	1,40%

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

Construção	4.097.247	7,17%	-9,01%	1.116.612	26,07%	-9,59%	5.213.859	8,48%	-9,14%	21,42%
Comércio a retalho	1.199.603	2,10%	-4,73%	177.217	4,14%	-17,02%	1.376.820	2,24%	-6,51%	12,87%
Comércio por grosso	2.165.597	3,79%	5,18%	200.528	4,68%	-16,52%	2.366.125	3,85%	2,91%	8,47%
Restaurantes e hotéis	1.222.994	2,14%	-6,01%	269.483	6,29%	17,58%	1.492.477	2,43%	-2,47%	18,06%
Transportes e comunicações	1.947.866	3,41%	-17,55%	129.927	3,03%	53,73%	2.077.793	3,38%	-15,09%	6,25%
Serviços	10.714.045	18,74%	-13,79%	1.121.653	26,19%	2,34%	11.835.698	19,26%	-12,48%	9,48%
Crédito ao consumo (Particulares)	4.037.116	7,06%	12,67%	637.491	14,88%	-0,88%	4.674.607	7,61%	10,61%	13,64%
Crédito hipotecário (Particulares)	25.545.160	44,68%	-3,98%	295.855	6,91%	20,07%	25.841.015	42,05%	-3,76%	1,14%
Outras atividades nacionais (Particulares)	7.890	0,01%	15,33%	7.269	0,17%	7,02%	15.159	0,02%	11,19%	47,95%
Outras atividades internacionais (Particulares)	1.324.690	2,32%	-1,79%	36.036	0,84%	-49,92%	1.360.726	2,21%	-4,23%	2,65%
TOTAL	57.168.353	100,00%	-5,07%	4.283.359	100,00%	-2,78%	61.451.712	100,00%	-4,91%	6,97%

Fonte: <http://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Pages/RelatorioContas.aspx>

Anexo 8 - Crédito a clientes por setores de atividade - CGD

Setores	2012									
	Vivo		Cresc. Médio Anual	Vencido		Cresc. Médio Anual	Total (Vivo + Vencido)		Cresc. Médio Anual	Vencido / Total (%)
	Valor absoluto (m€)	%		Valor absoluto (m€)	%		Valor absoluto (m€)	%		
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	342.884	0,54%	-	19.989	0,52%	-	362.873	0,54%	-	5,51%
Indústrias extrativas	82.900	0,13%	-	7.637	0,20%	-	90.537	0,13%	-	8,44%
Indústrias transformadoras	2.927.277	4,60%	-	198.267	5,17%	-	3.125.544	4,63%	-	6,34%
Produção e distribuição de eletricidade água e gás	1.216.154	1,91%	-	3.628	0,09%	-	1.219.782	1,81%	-	0,30%
Construção e atividades Imobiliárias	6.320.165	9,94%	-	1.549.804	40,42%	-	7.869.969	11,67%	-	19,69%
Comércio grosso/retalho, automóveis, motociclos e bens pessoais	1.863.339	2,93%	-	219.868	5,73%	-	2.083.207	3,09%	-	10,55%
Alojamento e restauração	620.566	0,98%	-	73.106	1,91%	-	693.672	1,03%	-	10,54%
Atividades financeiras	8.104.157	12,74%	-	245.167	6,39%	-	8.349.324	12,38%	-	2,94%
Outras atividades/ outros serviços	5.886.141	9,25%	-	243.182	6,34%	-	6.129.323	9,09%	-	3,97%
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.765.703	4,35%	-	49.052	1,28%	-	2.814.755	4,17%	-	1,74%
Educação	154.422	0,24%	-	2.910	0,08%	-	157.332	0,23%	-	1,85%
Saúde e segurança social	406.774	0,64%	-	68.159	1,78%	-	474.933	0,70%	-	14,35%
Habitação (Particulares)	31.504.659	49,53%	-	1.029.613	26,86%	-	32.534.272	48,24%	-	3,16%
Outros fins (Particulares)	1.412.383	2,22%	-	123.473	3,22%	-	1.535.856	2,28%	-	8,04%
TOTAL	63.607.524	100,00%	-	3.833.855	100,00%	-	67.441.379	100,00%	-	5,68%
Setores	2013									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	362.085	0,61%	5,60%	26.790	0,60%	34,02%	388.875	0,61%	7,17%	6,89%
Indústrias extrativas	64.022	0,11%	-22,77%	4.694	0,11%	-38,54%	68.716	0,11%	-24,10%	6,83%

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

Indústrias transformadoras	2.795.675	4,69%	-4,50%	282.214	6,36%	42,34%	3.077.889	4,81%	-1,52%	9,17%
Produção e distribuição de eletricidade água e gás	1.249.439	2,10%	2,74%	69.500	1,57%	1815,66%	1.318.939	2,06%	8,13%	5,27%
Construção e atividades Imobiliárias	5.490.534	9,22%	-13,13%	1.830.711	41,29%	18,13%	7.321.245	11,44%	-6,97%	25,01%
Comércio grosso/retalho, automóveis, motociclos e bens pessoais	1.724.223	2,90%	-7,47%	305.025	6,88%	38,73%	2.029.248	3,17%	-2,59%	15,03%
Alojamento e restauração	624.438	1,05%	0,62%	77.312	1,74%	5,75%	701.750	1,10%	1,16%	11,02%
Atividades financeiras	6.870.990	11,54%	-15,22%	208.626	4,70%	-14,90%	7.079.616	11,07%	-15,21%	2,95%
Outras atividades/ outros serviços	5.701.277	9,57%	-3,14%	348.196	7,85%	43,18%	6.049.473	9,46%	-1,30%	5,76%
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.685.361	4,51%	-2,90%	24.323	0,55%	-50,41%	2.709.684	4,24%	-3,73%	0,90%
Educação	154.339	0,26%	-0,05%	3.501	0,08%	20,31%	157.840	0,25%	0,32%	2,22%
Saúde e segurança social	433.435	0,73%	6,55%	7.794	0,18%	-88,56%	441.229	0,69%	-7,10%	1,77%
Habitação (Particulares)	30.155.533	50,64%	-4,28%	1.121.570	25,29%	8,93%	31.277.103	48,89%	-3,86%	3,59%
Outros fins (Particulares)	1.235.382	2,07%	-12,53%	123.992	2,80%	0,42%	1.359.374	2,12%	-11,49%	9,12%
TOTAL	59.546.733	100,00%	-6,38%	4.434.248	100,00%	15,66%	63.980.981	100,00%	-5,13%	6,93%
Sectores	2014									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	317.584	0,52%	-12,29%	11.578	0,59%	-56,78%	329.162	0,52%	-15,36%	3,52%
Indústrias extrativas	180.552	0,29%	182,02%	9.872	0,51%	110,31%	190.424	0,30%	177,12%	5,18%
Indústrias transformadoras	2.509.164	4,09%	-10,25%	122.196	6,25%	-56,70%	2.631.360	4,15%	-14,51%	4,64%
Produção e distribuição de eletricidade água e gás	1.400.746	2,28%	12,11%	13.676	0,70%	-80,32%	1.414.422	2,23%	7,24%	0,97%
Construção e atividades Imobiliárias	5.682.911	9,26%	3,50%	439.168	22,47%	-76,01%	6.122.079	9,67%	-16,38%	7,17%
Comércio grosso/retalho, automóveis, motociclos e bens pessoais	2.376.694	3,87%	37,84%	180.638	9,24%	-40,78%	2.557.332	4,04%	26,02%	7,06%
Alojamento e restauração	383.877	0,63%	-38,52%	24.251	1,24%	-68,63%	408.128	0,64%	-41,84%	5,94%
Atividades financeiras	4.867.823	7,93%	-29,15%	40.667	2,08%	-80,51%	4.908.490	7,75%	-30,67%	0,83%
Outras atividades/ outros serviços	3.773.480	6,15%	-33,81%	108.303	5,54%	-68,90%	3.881.783	6,13%	-35,83%	2,79%
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	3.337.645	5,44%	24,29%	848	0,04%	-96,51%	3.338.493	5,27%	23,21%	0,03%
Educação	158.339	0,26%	2,59%	7.187	0,37%	105,28%	165.526	0,26%	4,87%	4,34%
Saúde e segurança social	296.325	0,48%	-31,63%	11.289	0,58%	44,84%	307.614	0,49%	-30,28%	3,67%
Habitação (Particulares)	33.893.836	55,22%	12,40%	780.389	39,93%	-30,42%	34.674.225	54,75%	10,86%	2,25%
Outros fins (Particulares)	2.199.559	3,58%	78,05%	204.436	10,46%	64,88%	2.403.995	3,80%	76,85%	8,50%
TOTAL	61.378.535	100,00%	3,08%	1.954.498	100,00%	-55,92%	63.333.033	100,00%	-1,01%	3,09%

Fonte: <https://www.cgd.pt/Investor-Relations/Informacao-aos-Investidores/Informacao-Financeira/CGD/Relatorios-Contas/Pages/RelatoriosContas-CGD.aspx>

Anexo 9 - Crédito a clientes por setores de atividade - BST

Setores	2012										
	Vivo		Cresc. Médio Anual	Vencido		Cresc. Médio Anual	Total (Vivo + Vencido)		Cresc. Médio Anual	Vencido / Total (%)	
	Valor absoluto (m€)	%		Valor absoluto (m€)	%		Valor absoluto (m€)	%			
Agricultura	170.504	0,64%	-	9.192	0,90%	-	179.696	0,65%	-	5,12%	
Silvicultura e exploração florestal	25.683	0,10%	-	1.788	0,17%	-	27.471	0,10%	-	6,51%	
Pesca	22.465	0,08%	-	885	0,09%	-	23.350	0,08%	-	3,79%	
Indústrias extrativas	76.740	0,29%	-	3.341	0,33%	-	80.081	0,29%	-	4,17%	
Indústrias alimentares	213.871	0,80%	-	9.457	0,92%	-	223.328	0,80%	-	4,23%	
Indústrias de bebidas e tabaco	163.228	0,61%	-	3.048	0,30%	-	166.276	0,60%	-	1,83%	
Indústrias têxteis e do calçado	367.730	1,37%	-	17.189	1,67%	-	384.919	1,38%	-	4,47%	
Indústrias de madeira e cortiça	87.374	0,33%	-	5.657	0,55%	-	93.031	0,33%	-	6,08%	
Indústrias do papel e das artes gráficas	253.911	0,95%	-	4.114	0,40%	-	258.025	0,93%	-	1,59%	
Indústrias químicas	139.790	0,52%	-	1.108	0,11%	-	140.898	0,51%	-	0,79%	
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	227.827	0,85%	-	3.158	0,31%	-	230.985	0,83%	-	1,37%	
Indústrias metalomecânicas	140.131	0,52%	-	7.236	0,70%	-	147.367	0,53%	-	4,91%	
Fabricação de máquinas elétricas e materiais de transporte	234.778	0,88%	-	11.074	1,08%	-	245.852	0,88%	-	4,50%	
Eletricidade, água e gás	269.065	1,00%	-	4.332	0,42%	-	273.397	0,98%	-	1,58%	
Construção civil e obras públicas	1.535.568	5,73%	-	204.745	19,94%	-	1.740.313	6,25%	-	11,76%	
Comércio por grosso	622.867	2,32%	-	39.232	3,82%	-	662.099	2,38%	-	5,93%	
Comércio a retalho	668.126	2,49%	-	44.678	4,35%	-	712.804	2,56%	-	6,27%	
Turismo, restaurantes e hotéis	397.555	1,48%	-	43.092	4,20%	-	440.647	1,58%	-	9,78%	
Transportes e armazenagem	449.379	1,68%	-	9.406	0,92%	-	458.785	1,65%	-	2,05%	
Comunicações	165.222	0,62%	-	6.006	0,59%	-	171.228	0,61%	-	3,51%	
Sociedades gestoras de participações sociais	738.732	2,75%	-	31.100	3,03%	-	769.832	2,76%	-	4,04%	
Instituições financeiras não monetárias	412.463	1,54%	-	4.232	0,41%	-	416.695	1,50%	-	1,02%	
Setor público e administrativo	653.341	2,44%	-	7.028	0,68%	-	660.369	2,37%	-	1,06%	
Outras empresas de serviços	1.495.854	5,58%	-	86.876	8,46%	-	1.582.730	5,68%	-	5,49%	
Crédito a particulares	16.782.550	62,57%	-	459.107	44,72%	-	17.241.657	61,91%	-	2,66%	
Crédito ao exterior (Particulares)	369.628	1,38%	-	4.588	0,45%	-	374.216	1,34%	-	1,23%	
Outros créditos (Particulares)	136.395	0,51%	-	4.918	0,48%	-	141.313	0,51%	-	3,48%	
TOTAL	26.820.777	100,00%	-	1.026.587	100,00%	-	27.847.364	100,00%	-	3,69%	
Setores	2013										
	Agricultura	141.978	0,55%	-16,73%	8.389	0,78%	-8,74%	150.367	0,56%	-16,32%	5,58%
	Silvicultura e exploração florestal	9.449	0,04%	-63,21%	582	0,05%	-67,45%	10.031	0,04%	-63,49%	5,80%
	Pesca	3.122	0,01%	-86,10%	35	0,00%	-96,05%	3.157	0,01%	-86,48%	1,11%

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

Indústrias extrativas	23.673	0,09%	-69,15%	1.739	0,16%	-47,95%	25.412	0,09%	-68,27%	6,84%
Indústrias alimentares	220.499	0,85%	3,10%	9.243	0,86%	-2,26%	229.742	0,85%	2,87%	4,02%
Indústrias de bebidas e tabaco	182.416	0,70%	11,76%	1.165	0,11%	-61,78%	183.581	0,68%	10,41%	0,63%
Indústrias têxteis e do calçado	172.748	0,67%	-53,02%	7.202	0,67%	-58,10%	179.950	0,67%	-53,25%	4,00%
Indústrias de madeira e cortiça	95.945	0,37%	9,81%	4.358	0,41%	-22,96%	100.303	0,37%	7,82%	4,34%
Indústrias do papel e das artes gráficas	186.370	0,72%	-26,60%	2.394	0,22%	-41,81%	188.764	0,70%	-26,84%	1,27%
Indústrias químicas	176.808	0,68%	26,48%	3.483	0,32%	214,35%	180.291	0,67%	27,96%	1,93%
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	247.282	0,95%	8,54%	2.088	0,19%	-33,88%	249.370	0,92%	7,96%	0,84%
Indústrias metalomecânicas	114.182	0,44%	-18,52%	7.608	0,71%	5,14%	121.790	0,45%	-17,36%	6,25%
Fabricação de máquinas elétricas e materiais de transporte	180.979	0,70%	-22,91%	10.768	1,00%	-2,76%	191.747	0,71%	-22,01%	5,62%
Eletricidade, água e gás	277.654	1,07%	3,19%	1.355	0,13%	-68,72%	279.009	1,03%	2,05%	0,49%
Construção civil e obras públicas	1.354.988	5,23%	-11,76%	220.361	20,52%	7,63%	1.575.349	5,84%	-9,48%	13,99%
Comércio por grosso	642.398	2,48%	3,14%	50.003	4,66%	27,45%	692.401	2,57%	4,58%	7,22%
Comércio a retalho	842.497	3,25%	26,10%	57.899	5,39%	29,59%	900.396	3,34%	26,32%	6,43%
Turismo, restaurantes e hotéis	398.634	1,54%	0,27%	27.176	2,53%	-36,93%	425.810	1,58%	-3,37%	6,38%
Transportes e armazenagem	364.677	1,41%	-18,85%	9.416	0,88%	0,11%	374.093	1,39%	-18,46%	2,52%
Comunicações	17.561	0,07%	-89,37%	4.496	0,42%	-25,14%	22.057	0,08%	-87,12%	20,38%
Sociedades gestoras de participações sociais	811.988	3,13%	9,92%	9.967	0,93%	-67,95%	821.955	3,05%	6,77%	1,21%
Instituições financeiras não monetárias	690.880	2,67%	67,50%	31	0,00%	-99,27%	690.911	2,56%	65,81%	0,00%
Setor público e administrativo	551.843	2,13%	-15,54%	2.760	0,26%	-60,73%	554.603	2,06%	-16,02%	0,50%
Outras empresas de serviços	1.307.673	5,05%	-12,58%	128.433	11,96%	47,83%	1.436.106	5,32%	-9,26%	8,94%
Crédito a particulares	16.217.460	62,59%	-3,37%	489.350	45,56%	6,59%	16.706.810	61,91%	-3,10%	2,93%
Crédito ao exterior (Particulares)	339.915	1,31%	-8,04%	5.851	0,54%	27,53%	345.766	1,28%	-7,60%	1,69%
Outros créditos (Particulares)	336.371	1,30%	146,62%	7.812	0,73%	58,85%	344.183	1,28%	143,56%	2,27%
TOTAL	25.909.990	100,00%	-3,40%	1.073.964	100,00%	4,62%	26.983.954	100,00%	-3,10%	3,98%
Sectores	2014									
Agricultura	136.363	0,54%	-3,95%	7.203	0,62%	-14,14%	143.566	0,54%	-4,52%	5,02%
Silvicultura e exploração florestal	9.896	0,04%	4,73%	770	0,07%	32,30%	10.666	0,04%	6,33%	7,22%
Pesca	3.758	0,01%	20,37%	44	0,00%	25,71%	3.802	0,01%	20,43%	1,16%
Indústrias extrativas	16.617	0,07%	-29,81%	1.043	0,09%	-40,02%	17.660	0,07%	-30,51%	5,91%
Indústrias alimentares	202.359	0,79%	-8,23%	10.093	0,87%	9,20%	212.452	0,80%	-7,53%	4,75%
Indústrias de bebidas e tabaco	160.933	0,63%	-11,78%	11.062	0,95%	849,53%	171.995	0,65%	-6,31%	6,43%
Indústrias têxteis e do calçado	194.547	0,76%	12,62%	8.379	0,72%	16,34%	202.926	0,76%	12,77%	4,13%
Indústrias de madeira e cortiça	94.716	0,37%	-1,28%	5.254	0,45%	20,56%	99.970	0,38%	-0,33%	5,26%
Indústrias do papel e das artes gráficas	193.675	0,76%	3,92%	2.361	0,20%	-1,38%	196.036	0,74%	3,85%	1,20%
Indústrias químicas	171.963	0,67%	-2,74%	3.774	0,32%	8,35%	175.737	0,66%	-2,53%	2,15%
Indústrias cerâmicas, do vidro e do cimento	164.282	0,64%	-33,56%	3.488	0,30%	67,05%	167.770	0,63%	-32,72%	2,08%
Indústrias metalomecânicas	117.888	0,46%	3,25%	8.559	0,73%	12,50%	126.447	0,47%	3,82%	6,77%
Fabricação de máquinas elétricas e materiais de transporte	162.960	0,64%	-9,96%	12.526	1,07%	16,33%	175.486	0,66%	-8,48%	7,14%
Eletricidade, água e gás	683.108	2,68%	146,03%	2.474	0,21%	82,58%	685.582	2,57%	145,72%	0,36%

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

Construção civil e obras públicas	1.195.295	4,69%	-11,79%	228.721	19,61%	3,79%	1.424.016	5,34%	-9,61%	16,06%
Comércio por grosso	650.927	2,55%	1,33%	55.595	4,77%	11,18%	706.522	2,65%	2,04%	7,87%
Comércio a retalho	948.063	3,72%	12,53%	66.781	5,73%	15,34%	1.014.844	3,81%	12,71%	6,58%
Turismo, restaurantes e hotéis	367.792	1,44%	-7,74%	21.709	1,86%	-20,12%	389.501	1,46%	-8,53%	5,57%
Transportes e armazenagem	227.030	0,89%	-37,74%	10.728	0,92%	13,93%	237.758	0,89%	-36,44%	4,51%
Comunicações	174.774	0,69%	895,24%	5.599	0,48%	24,53%	180.373	0,68%	717,76%	3,10%
Sociedades gestoras de participações sociais	881.578	3,46%	8,57%	11.911	1,02%	19,50%	893.489	3,35%	8,70%	1,33%
Instituições financeiras não monetárias	557.031	2,19%	-19,37%	13.535	1,16%	43561,29%	570.566	2,14%	-17,42%	2,37%
Setor público e administrativo	556.792	2,18%	0,90%	2.096	0,18%	-24,06%	558.888	2,10%	0,77%	0,38%
Outras empresas de serviços	1.262.402	4,95%	-3,46%	128.172	10,99%	-0,20%	1.390.574	5,22%	-3,17%	9,22%
Crédito a particulares	15.816.560	62,05%	-2,47%	532.172	45,63%	8,75%	16.348.732	61,34%	-2,14%	3,26%
Crédito ao exterior (Particulares)	306.597	1,20%	-9,80%	5.112	0,44%	-12,63%	311.709	1,17%	-9,85%	1,64%
Outros créditos (Particulares)	230.377	0,90%	-31,51%	7.076	0,61%	-9,42%	237.453	0,89%	-31,01%	2,98%
TOTAL	25.488.283	100,00%	-1,63%	1.166.237	100,00%	8,59%	26.654.520	100,00%	-1,22%	4,38%

Fonte: https://www.santandertotta.pt/pt_PT/Investor-Relations/Relatorios-e-Contas

Anexo 10 - Crédito a clientes por setores de atividade - BPI

Setores	2012									
	Vivo		Cresc. Médio Anual	Vencido		Cresc. Médio Anual	Total (Vivo + Vencido)		Cresc. Médio Anual	Vencido / Total (%)
	Valor absoluto (m€)	%		Valor absoluto (m€)	%		Valor absoluto (m€)	%		
Agricultura, produção animal e caça	222.795	0,82%	-	7.238	0,79%	-	230.033	0,82%	-	3,15%
Silvicultura e exploração florestal	13.364	0,05%	-	746	0,08%	-	14.110	0,05%	-	5,29%
Pesca	71.619	0,26%	-	29	0,00%	-	71.648	0,26%	-	0,04%
Indústrias extrativas	132.933	0,49%	-	1.275	0,14%	-	134.208	0,48%	-	0,95%
Indústrias alimentares, bebidas e do tabaco	570.611	2,11%	-	11.302	1,23%	-	581.913	2,08%	-	1,94%
Indústrias têxteis e vestuário	104.450	0,39%	-	5.045	0,55%	-	109.495	0,39%	-	4,61%
Indústrias do couro e dos produtos do couro	23.226	0,09%	-	1.067	0,12%	-	24.293	0,09%	-	4,39%
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	72.890	0,27%	-	9.753	1,06%	-	82.643	0,30%	-	11,80%
Indústrias de pasta de papel, cartão e impressão	286.331	1,06%	-	5.021	0,55%	-	291.352	1,04%	-	1,72%
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	19.419	0,07%	-	0	0,00%	-	19.419	0,07%	-	0,00%
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais exceto produtos farmacêuticos	105.799	0,39%	-	873	0,10%	-	106.672	0,38%	-	0,82%
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	43.961	0,16%	-	159	0,02%	-	44.120	0,16%	-	0,36%
Indústrias da borracha e de matérias plásticas	68.918	0,25%	-	1.515	0,17%	-	70.433	0,25%	-	2,15%

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

Indústrias de outros produtos minerais não metálicos	239.351	0,88%	-	2.101	0,23%	-	241.452	0,86%	-	0,87%
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	230.083	0,85%	-	8.615	0,94%	-	238.698	0,85%	-	3,61%
Fabricação de equipamento informático, eletrónicos, óticos e elétricos	113.204	0,42%	-	1.756	0,19%	-	114.960	0,41%	-	1,53%
Fabricação de material de transporte	40.226	0,15%	-	1.481	0,16%	-	41.707	0,15%	-	3,55%
Outras indústrias transformadoras	60.343	0,22%	-	10.325	1,13%	-	70.668	0,25%	-	14,61%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, e ar frio	752.887	2,78%	-	28	0,00%	-	752.915	2,69%	-	0,00%
Captação e tratamento de água	438.529	1,62%	-	6.008	0,65%	-	444.537	1,59%	-	1,35%
Construção	890.920	3,29%	-	144.431	15,74%	-	1.035.351	3,70%	-	13,95%
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos	1.771.375	6,54%	-	85.580	9,33%	-	1.856.955	6,63%	-	4,61%
Transportes e armazenagem	1.625.228	6,00%	-	36.067	3,93%	-	1.661.295	5,93%	-	2,17%
Alojamento, restauração e similares	347.731	1,28%	-	53.203	5,80%	-	400.934	1,43%	-	13,27%
Atividades de informação e de comunicação	473.162	1,75%	-	4.939	0,54%	-	478.101	1,71%	-	1,03%
Atividades de serviços financeiros, exceto seguros e fundos de pensões	356.643	1,32%	-	28.016	3,05%	-	384.659	1,37%	-	7,28%
Seguros, resseguros e fundos de pensões, exceto segurança social obrigatória	201	0,00%	-	0	0,00%	-	201	0,00%	-	0,00%
Atividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros	146.914	0,54%	-	322	0,04%	-	147.236	0,53%	-	0,22%
Atividades imobiliárias	532.815	1,97%	-	22.889	2,49%	-	555.704	1,98%	-	4,12%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	361.311	1,33%	-	9.931	1,08%	-	371.242	1,33%	-	2,68%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	163.506	0,60%	-	5.375	0,59%	-	168.881	0,60%	-	3,18%
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.538.725	5,68%	-	1.621	0,18%	-	1.540.346	5,50%	-	0,11%
Educação	39.234	0,14%	-	1.269	0,14%	-	40.503	0,14%	-	3,13%
Atividades de saúde humana e apoio social	198.312	0,73%	-	1.218	0,13%	-	199.530	0,71%	-	0,61%
Atividades artísticas, de espetáculo, desportivas e recreativas	93.772	0,35%	-	6.242	0,68%	-	100.014	0,36%	-	6,24%
Outras atividades e serviços	116.396	0,43%	-	2.213	0,24%	-	118.609	0,42%	-	1,87%
Outras empresas (inclui sociedades gestoras de participações sociais)	524.123	1,93%	-	10.567	1,15%	-	534.690	1,91%	-	1,98%
Crédito imobiliário (Particulares)	11.775.792	43,47%	-	307.943	33,57%	-	12.083.735	43,15%	-	2,55%
Outros (Particulares)	1.430.598	5,28%	-	65.995	7,19%	-	1.496.593	5,34%	-	4,41%
Atividade Internacional (Particulares)	1.091.924	4,03%	-	55.241	6,02%	-	1.147.165	4,10%	-	4,82%
TOTAL	27.089.621	100,00%	-	917.399	100,00%	-	28.007.020	100,00%	-	3,28%
Sectores	2013									
Agricultura, produção animal e caça	215.657	0,84%	-3,20%	5.720	0,57%	-20,97%	221.377	0,83%	-3,76%	2,58%
Silvicultura e exploração florestal	10.867	0,04%	-18,68%	787	0,08%	5,50%	11.654	0,04%	-17,41%	6,75%
Pesca	36.818	0,14%	-48,59%	40.331	4,04%	138972,41%	77.149	0,29%	7,68%	52,28%
Indústrias extrativas	130.382	0,51%	-1,92%	1.678	0,17%	31,61%	132.060	0,49%	-1,60%	1,27%

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

Indústrias alimentares, bebidas e do tabaco	397.462	1,54%	-30,34%	11.411	1,14%	0,96%	408.873	1,53%	-29,74%	2,79%
Indústrias têxteis e vestuário	96.329	0,37%	-7,78%	5.024	0,50%	-0,42%	101.353	0,38%	-7,44%	4,96%
Indústrias do couro e dos produtos do couro	17.527	0,07%	-24,54%	567	0,06%	-46,86%	18.094	0,07%	-25,52%	3,13%
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	45.420	0,18%	-37,69%	8.289	0,83%	-15,01%	53.709	0,20%	-35,01%	15,43%
Indústrias de pasta de papel, cartão e impressão	201.160	0,78%	-29,75%	6.226	0,62%	24,00%	207.386	0,77%	-28,82%	3,00%
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	150.200	0,58%	673,47%	0	0,00%	0,00%	150.200	0,56%	673,47%	0,00%
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais exceto produtos farmacêuticos	106.589	0,41%	0,75%	320	0,03%	-63,34%	106.909	0,40%	0,22%	0,30%
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	40.938	0,16%	-6,88%	0	0,00%	-100,00%	40.938	0,15%	-7,21%	0,00%
Indústrias da borracha e de matérias plásticas	65.625	0,25%	-4,78%	1.317	0,13%	-13,07%	66.942	0,25%	-4,96%	1,97%
Indústrias de outros produtos minerais não metálicos	295.969	1,15%	23,65%	2.917	0,29%	38,84%	298.886	1,12%	23,79%	0,98%
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	203.987	0,79%	-11,34%	7.215	0,72%	-16,25%	211.202	0,79%	-11,52%	3,42%
Fabricação de equipamento informático, eletrônicos, óticos e elétricos	93.475	0,36%	-17,43%	2.198	0,22%	25,17%	95.673	0,36%	-16,78%	2,30%
Fabricação de material de transporte	48.577	0,19%	20,76%	1.329	0,13%	-10,26%	49.906	0,19%	19,66%	2,66%
Outras indústrias transformadoras	58.388	0,23%	-3,24%	5.990	0,60%	-41,99%	64.378	0,24%	-8,90%	9,30%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, e ar frio	875.134	3,39%	16,24%	476	0,05%	1600,00%	875.610	3,27%	16,30%	0,05%
Captação e tratamento de água	399.268	1,55%	-8,95%	6.628	0,66%	10,32%	405.896	1,52%	-8,69%	1,63%
Construção	822.562	3,19%	-7,67%	150.627	15,10%	4,29%	973.189	3,63%	-6,00%	15,48%
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos	1.448.155	5,62%	-18,25%	86.969	8,72%	1,62%	1.535.124	5,73%	-17,33%	5,67%
Transportes e armazenagem	1.533.349	5,95%	-5,65%	67.065	6,73%	85,95%	1.600.414	5,98%	-3,66%	4,19%
Alojamento, restauração e similares	387.607	1,50%	11,47%	51.915	5,21%	-2,42%	439.522	1,64%	9,62%	11,81%
Atividades de informação e de comunicação	421.567	1,64%	-10,90%	6.380	0,64%	29,18%	427.947	1,60%	-10,49%	1,49%
Atividades de serviços financeiros, exceto seguros e fundos de pensões	761.911	2,96%	113,63%	27.628	2,77%	-1,38%	789.539	2,95%	105,26%	3,50%
Seguros, resseguros e fundos de pensões, exceto segurança social obrigatória	156	0,00%	-22,39%	0	0,00%	0,00%	156	0,00%	-22,39%	0,00%
Atividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros	25.272	0,10%	-82,80%	175	0,02%	-45,65%	25.447	0,10%	-82,72%	0,69%
Atividades imobiliárias	459.382	1,78%	-13,78%	25.213	2,53%	10,15%	484.595	1,81%	-12,80%	5,20%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	360.891	1,40%	-0,12%	12.315	1,23%	24,01%	373.206	1,39%	0,53%	3,30%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	266.023	1,03%	62,70%	12.640	1,27%	135,16%	278.663	1,04%	65,01%	4,54%
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.319.159	5,12%	-14,27%	3.346	0,34%	106,42%	1.322.505	4,94%	-14,14%	0,25%
Educação	32.461	0,13%	-17,26%	1.344	0,13%	5,91%	33.805	0,13%	-16,54%	3,98%
Atividades de saúde humana e apoio social	170.327	0,66%	-14,11%	2.393	0,24%	96,47%	172.720	0,64%	-13,44%	1,39%
Atividades artísticas, de espetáculo, desportivas e recreativas	72.150	0,28%	-23,06%	7.755	0,78%	24,24%	79.905	0,30%	-20,11%	9,71%

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

Outras atividades e serviços	198.876	0,77%	70,86%	2.490	0,25%	12,52%	201.366	0,75%	69,77%	1,24%
Outras empresas (inclui sociedades gestoras de participações sociais)	242.081	0,94%	-53,81%	10.850	1,09%	2,68%	252.931	0,94%	-52,70%	4,29%
Crédito imobiliário (Particulares)	11.424.442	44,31%	-2,98%	309.774	31,06%	0,59%	11.734.216	43,82%	-2,89%	2,64%
Outros (Particulares)	1.263.938	4,90%	-11,65%	57.970	5,81%	-12,16%	1.321.908	4,94%	-11,67%	4,39%
Atividade Internacional (Particulares)	1.081.523	4,19%	-0,95%	51.957	5,21%	-5,94%	1.133.480	4,23%	-1,19%	4,58%
TOTAL	25.781.604	100,00%	-4,83%	997.229	100,00%	8,70%	26.778.833	100,00%	-4,39%	3,72%
Sectores	2014									
Agricultura, produção animal e caça	210.805	0,84%	-2,25%	10.552	1,01%	84,48%	221.357	0,85%	-0,01%	4,77%
Silvicultura e exploração florestal	11.962	0,05%	10,08%	380	0,04%	-51,72%	12.342	0,05%	5,90%	3,08%
Pesca	36.486	0,15%	-0,90%	21.693	2,08%	-46,21%	58.179	0,22%	-24,59%	37,29%
Indústrias extrativas	120.997	0,48%	-7,20%	1.402	0,13%	-16,45%	122.399	0,47%	-7,32%	1,15%
Indústrias alimentares, bebidas e do tabaco	373.366	1,49%	-6,06%	12.092	1,16%	5,97%	385.458	1,47%	-5,73%	3,14%
Indústrias têxteis e vestuário	97.986	0,39%	1,72%	8.071	0,77%	60,65%	106.057	0,41%	4,64%	7,61%
Indústrias do couro e dos produtos do couro	22.788	0,09%	30,02%	564	0,05%	-0,53%	23.352	0,09%	29,06%	2,42%
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	131.269	0,52%	189,01%	6.034	0,58%	-27,20%	137.303	0,52%	155,64%	4,39%
Indústrias de pasta de papel, cartão e impressão	206.773	0,82%	2,79%	5.176	0,50%	-16,86%	211.949	0,81%	2,20%	2,44%
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	152.425	0,61%	1,48%	0	0,00%	0,00%	152.425	0,58%	1,48%	0,00%
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais exceto produtos farmacêuticos	88.332	0,35%	-17,13%	387	0,04%	20,94%	88.719	0,34%	-17,01%	0,44%
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	62.821	0,25%	53,45%	0	0,00%	0,00%	62.821	0,24%	53,45%	0,00%
Indústrias da borracha e de matérias plásticas	90.973	0,36%	38,63%	772	0,07%	-41,38%	91.745	0,35%	37,05%	0,84%
Indústrias de outros produtos minerais não metálicos	261.617	1,04%	-11,61%	2.806	0,27%	-3,81%	264.423	1,01%	-11,53%	1,06%
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	200.700	0,80%	-1,61%	7.227	0,69%	0,17%	207.927	0,79%	-1,55%	3,48%
Fabricação de equipamento informático, eletrónicos, óticos e elétricos	96.825	0,39%	3,58%	2.954	0,28%	34,39%	99.779	0,38%	4,29%	2,96%
Fabricação de material de transporte	48.146	0,19%	-0,89%	1.447	0,14%	8,88%	49.593	0,19%	-0,63%	2,92%
Outras indústrias transformadoras	49.356	0,20%	-15,47%	6.504	0,62%	8,58%	55.860	0,21%	-13,23%	11,64%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, e ar frio	839.994	3,34%	-4,02%	743	0,07%	56,09%	840.737	3,21%	-3,98%	0,09%
Captação e tratamento de água	364.986	1,45%	-8,59%	7.461	0,71%	12,57%	372.447	1,42%	-8,24%	2,00%
Construção	508.414	2,02%	-38,19%	179.268	17,18%	19,01%	687.682	2,63%	-29,34%	26,07%
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos	1.614.275	6,42%	11,47%	93.384	8,95%	7,38%	1.707.659	6,52%	11,24%	5,47%
Transportes e armazenagem	1.188.739	4,73%	-22,47%	64.141	6,15%	-4,36%	1.252.880	4,79%	-21,72%	5,12%
Alojamento, restauração e similares	336.037	1,34%	-13,30%	62.947	6,03%	21,25%	398.984	1,52%	-9,22%	15,78%
Atividades de informação e de comunicação	327.664	1,30%	-22,27%	6.940	0,66%	8,78%	334.604	1,28%	-21,81%	2,07%
Atividades de serviços financeiros, exceto seguros e fundos de pensões	694.589	2,76%	-8,84%	36.456	3,49%	31,95%	731.045	2,79%	-7,41%	4,99%

CRÉDITO BANCÁRIO CONCEDIDO A EMPRESAS: O CASO PORTUGUÊS

Seguros, resseguros e fundos de pensões, exceto segurança social obrigatória	78	0,00%	-50,00%	0	0,00%	0,00%	78	0,00%	-50,00%	0,00%
Atividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros	120.546	0,48%	376,99%	159	0,02%	-9,14%	120.705	0,46%	374,34%	0,13%
Atividades imobiliárias	382.108	1,52%	-16,82%	23.485	2,25%	-6,85%	405.593	1,55%	-16,30%	5,79%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	300.481	1,20%	-16,74%	16.171	1,55%	31,31%	316.652	1,21%	-15,15%	5,11%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	289.111	1,15%	8,68%	8.476	0,81%	-32,94%	297.587	1,14%	6,79%	2,85%
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.237.019	4,92%	-6,23%	119	0,01%	-96,44%	1.237.138	4,73%	-6,45%	0,01%
Educação	30.952	0,12%	-4,65%	1.136	0,11%	-15,48%	32.088	0,12%	-5,08%	3,54%
Atividades de saúde humana e apoio social	195.828	0,78%	14,97%	2.092	0,20%	-12,58%	197.920	0,76%	14,59%	1,06%
Atividades artísticas, de espetáculo, desportivas e recreativas	39.277	0,16%	-45,56%	14.533	1,39%	87,40%	53.810	0,21%	-32,66%	27,01%
Outras atividades e serviços	312.008	1,24%	56,89%	3.132	0,30%	25,78%	315.140	1,20%	56,50%	0,99%
Outras empresas (inclui sociedades gestoras de participações sociais)	961	0,00%	-99,60%	194	0,02%	-98,21%	1.155	0,00%	-99,54%	16,80%
Crédito imobiliário (Particulares)	11.059.803	44,01%	-3,19%	318.631	30,53%	2,86%	11.378.434	43,48%	-3,03%	2,80%
Outros (Particulares)	1.185.917	4,72%	-6,17%	52.410	5,02%	-9,59%	1.238.327	4,73%	-6,32%	4,23%
Atividade Internacional (Particulares)	1.835.960	7,31%	69,76%	63.754	6,11%	22,71%	1.899.714	7,26%	67,60%	3,36%
TOTAL	25.128.374	100,00%	-2,53%	1.043.693	100,00%	4,66%	26.172.067	100,00%	-2,27%	3,99%

Fonte: <https://bpi.bancobpi.pt/index.asp?riIdArea=AreaDFinanceiros&riId=DContas>

Anexo 11 - Crédito a clientes por setor agregado - BCP

Setores	2012									
	Vivo (m€)	%	Cresc Médio Anual	Vencido (m€)	%	Cresc Médio Anual	Total (m€)	%	Vencido/Total %	Cresc Médio Anual
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	502.924	0,75%	-	29.951	0,69%	-	532.875	0,75%	5,62%	-
Indústrias extrativas	153.658	0,23%	-	10.744	0,25%	-	164.402	0,23%	6,54%	-
Indústrias transformadoras	3.258.553	4,87%	-	279.688	6,41%	-	3.538.241	4,97%	7,90%	-
Eletricidade, água e gás	1.086.650	1,63%	-	2.634	0,06%	-	1.089.284	1,53%	0,24%	-
Construção	4.104.356	6,14%	-	1.258.792	28,86%	-	5.363.148	7,53%	23,47%	-
Comércio a grosso/retalho	3.490.399	5,22%	-	483.367	11,08%	-	3.973.766	5,58%	12,16%	-
Restaurantes e hotéis	1.379.669	2,06%	-	168.971	3,87%	-	1.548.640	2,17%	10,91%	-
Crédito a particulares	33.755.733	50,49%	-	1.114.918	25,56%	-	34.870.651	48,96%	3,20%	-
Outras atividades/outros serviços	19.129.018	28,61%	-	1.012.579	23,22%	-	20.141.597	28,28%	5,03%	-
TOTAL	66.860.960	100,00%	-	4.361.644	100,00%	-	71.222.604	100,00%	6,12%	-
	2013									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	390165	0,65%	-22,42%	22633	0,51%	-24,43%	412798	0,64%	5,48%	-22,53%
Indústrias extrativas	177689	0,30%	15,64%	9539	0,22%	-11,22%	187228	0,29%	5,09%	13,88%
Indústrias transformadoras	3008727	5,00%	-7,67%	293810	6,67%	5,05%	3302537	5,11%	8,90%	-6,66%
Eletricidade, água e gás	1191942	1,98%	9,69%	12943	0,29%	391,38%	1204885	1,86%	1,07%	10,61%
Construção	4502979	7,48%	9,71%	1235057	28,03%	-1,89%	5738036	8,88%	21,52%	6,99%
Comércio a grosso/retalho	3318230	5,51%	-4,93%	453768	10,30%	-6,12%	3771998	5,84%	12,03%	-5,08%
Restaurantes e hotéis	1301132	2,16%	-5,69%	229188	5,20%	35,64%	1530320	2,37%	14,98%	-1,18%
Crédito a particulares	30186065	50,12%	-10,57%	889543	20,19%	-20,21%	31075608	48,08%	2,86%	-10,88%
Outras atividades/outros serviços	16145327	26,81%	-15,60%	1259258	28,58%	24,36%	17404585	26,93%	7,24%	-13,59%
TOTAL	60222256	100,00%	-9,93%	4405739	100,00%	1,01%	64627995	100,00%	6,82%	-9,26%
	2014									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	429887	0,75%	10,18%	22108	0,52%	-2,32%	451995	0,74%	4,89%	9,50%
Indústrias extrativas	207428	0,36%	16,74%	9312	0,22%	-2,38%	216740	0,35%	4,30%	15,76%
Indústrias transformadoras	3172814	5,55%	5,45%	244260	5,70%	-16,86%	3417074	5,56%	7,15%	3,47%
Eletricidade, água e gás	1096016	1,92%	-8,05%	15608	0,36%	20,59%	1111624	1,81%	1,40%	-7,74%
Construção	4097247	7,17%	-9,01%	1116612	26,07%	-9,59%	5213859	8,48%	21,42%	-9,14%
Comércio a grosso/retalho	3365200	5,89%	1,42%	377745	8,82%	-16,75%	3742945	6,09%	10,09%	-0,77%
Restaurantes e hotéis	1222994	2,14%	-6,01%	269483	6,29%	17,58%	1492477	2,43%	18,06%	-2,47%
Crédito a particulares	29582276	51,75%	-2,00%	933346	21,79%	4,92%	30515622	49,66%	3,06%	-1,80%
Outras atividades/outros serviços	13994491	24,48%	-13,32%	1294885	30,23%	2,83%	15289376	24,88%	8,47%	-12,15%
TOTAL	57168353	100,00%	-5,07%	4283359	100,00%	-2,78%	61451712	100,00%	6,97%	-4,91%

Fonte: Elaboração própria

Anexo 12 - Crédito a clientes por setor agregado - CGD

Setores	2012									
	Vivo (m€)	%	Cresc Médio Anual	Vencido (m€)	%	Cresc Médio Anual	Total (m€)	%	Vencido/Total %	Cresc Médio Anual
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	342.884	0,54%	-	19.989	0,52%	-	362.873	0,54%	5,51%	-
Indústrias extrativas	82.900	0,13%	-	7.637	0,20%	-	90.537	0,13%	8,44%	-
Indústrias transformadoras	2.927.277	4,60%	-	198.267	5,17%	-	3.125.544	4,63%	6,34%	-
Eletricidade, água e gás	1.216.154	1,91%	-	3.628	0,09%	-	1.219.782	1,81%	0,30%	-
Construção	6.320.165	9,94%	-	1.549.804	40,42%	-	7.869.969	11,67%	19,69%	-
Comércio a grosso/retalho	1.863.339	2,93%	-	219.868	5,73%	-	2.083.207	3,09%	10,55%	-
Restaurantes e hotéis	620.566	0,98%	-	73.106	1,91%	-	693.672	1,03%	10,54%	-
Crédito a particulares	32.917.042	51,75%	-	1.153.086	30,08%	-	34.070.128	50,52%	3,38%	-
Outras atividades/outros serviços	17.317.197	27,23%	-	608.470	15,87%	-	17.925.667	26,58%	3,39%	-
TOTAL	63.607.524	100,00%	-	3.833.855	100,00%	-	67.441.379	100,00%	5,68%	-
	2013									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	362085	0,61%	5,60%	26790	0,60%	34,02%	388875	0,61%	6,89%	7,17%
Indústrias extrativas	64022	0,11%	-22,77%	4694	0,11%	-38,54%	68716	0,11%	6,83%	-24,10%
Indústrias transformadoras	2795675	4,69%	-4,50%	282214	6,36%	42,34%	3077889	4,81%	9,17%	-1,52%
Eletricidade, água e gás	1249439	2,10%	2,74%	69500	1,57%	1815,66%	1318939	2,06%	5,27%	8,13%
Construção	5490534	9,22%	-13,13%	1830711	41,29%	18,13%	7321245	11,44%	25,01%	-6,97%
Comércio a grosso/retalho	1724223	2,90%	-7,47%	305025	6,88%	38,73%	2029248	3,17%	15,03%	-2,59%
Restaurantes e hotéis	624438	1,05%	0,62%	77312	1,74%	5,75%	701750	1,10%	11,02%	1,16%
Crédito a particulares	31390915	52,72%	-4,64%	1245562	28,09%	8,02%	32636477	51,01%	3,82%	-4,21%
Outras atividades/outros serviços	15845402	26,61%	-8,50%	592440	13,36%	-2,63%	16437842	25,69%	3,60%	-8,30%
TOTAL	59546733	100,00%	-6,38%	4434248	100,00%	15,66%	63980981	100,00%	6,93%	-5,13%
	2014									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	317584	0,52%	-12,29%	11578	0,59%	-56,78%	329162	0,52%	3,52%	-15,36%
Indústrias extrativas	180552	0,29%	182,02%	9872	0,51%	110,31%	190424	0,30%	5,18%	177,12%
Indústrias transformadoras	2509164	4,09%	-10,25%	122196	6,25%	-56,70%	2631360	4,15%	4,64%	-14,51%
Eletricidade, água e gás	1400746	2,28%	12,11%	13676	0,70%	-80,32%	1414422	2,23%	0,97%	7,24%
Construção	5682911	9,26%	3,50%	439168	22,47%	-76,01%	6122079	9,67%	7,17%	-16,38%
Comércio a grosso/retalho	2376694	3,87%	37,84%	180638	9,24%	-40,78%	2557332	4,04%	7,06%	26,02%
Restaurantes e hotéis	383877	0,63%	-38,52%	24251	1,24%	-68,63%	408128	0,64%	5,94%	-41,84%
Crédito a particulares	36093395	58,80%	14,98%	984825	50,39%	-20,93%	37078220	58,54%	2,66%	13,61%
Outras atividades/outros serviços	12433612	20,26%	-21,53%	168294	8,61%	-71,59%	12601906	19,90%	1,34%	-23,34%
TOTAL	61378535	100,00%	3,08%	1954498	100,00%	-55,92%	63333033	100,00%	3,09%	-1,01%

Fonte: Elaboração própria

Anexo 13 - Crédito a clientes por setor agregado - BST

Setores	2012									
	Vivo (m€)	%	Cresc Médio Anual	Vencido (m€)	%	Cresc Médio Anual	Total (m€)	%	Vencido/Total %	Cresc Médio Anual
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	218.652	0,86%	-	11.865	1,26%	-	230.517	0,88%	5,15%	-
Indústrias extrativas	76.740	0,30%	-	3.341	0,36%	-	80.081	0,30%	4,17%	-
Indústrias transformadoras	1.828.640	7,22%	-	62.041	6,60%	-	1.890.681	7,20%	3,28%	-
Eletricidade, água e gás	269.065	1,06%	-	4.332	0,46%	-	273.397	1,04%	1,58%	-
Construção	1.535.568	6,06%	-	204.745	21,79%	-	1.740.313	6,63%	11,76%	-
Comércio a grosso/retalho	1.290.993	5,10%	-	83.910	8,93%	-	1.374.903	5,23%	6,10%	-
Restaurantes e hotéis	397.555	1,57%	-	43.092	4,59%	-	440.647	1,68%	9,78%	-
Crédito a particulares	16.782.550	66,27%	-	459.107	48,86%	-	17.241.657	65,65%	2,66%	-
Outras atividades/outros serviços	2.925.160	11,55%	-	67.278	7,16%	-	2.992.438	11,39%	2,25%	-
TOTAL	25.324.923	100,00%	-	939.711	100,00%	-	26.264.634	100,00%	3,58%	-
	2013									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	154549	0,60%	-29,32%	9006	0,84%	-24,10%	163555	0,61%	5,51%	-29,05%
Indústrias extrativas	23673	0,09%	-69,15%	1739	0,16%	-47,95%	25412	0,09%	6,84%	-68,27%
Indústrias transformadoras	1577229	6,09%	-13,75%	48309	4,50%	-22,13%	1625538	6,02%	2,97%	-14,02%
Eletricidade, água e gás	277654	1,07%	3,19%	1355	0,13%	-68,72%	279009	1,03%	0,49%	2,05%
Construção	1354988	5,23%	-11,76%	220361	20,52%	7,63%	1575349	5,84%	13,99%	-9,48%
Comércio a grosso/retalho	1484895	5,73%	15,02%	107902	10,05%	28,59%	1592797	5,90%	6,77%	15,85%
Restaurantes e hotéis	398634	1,54%	0,27%	27176	2,53%	-36,93%	425810	1,58%	6,38%	-3,37%
Crédito a particulares	16217460	62,59%	-3,37%	489350	45,56%	6,59%	16706810	61,91%	2,93%	-3,10%
Outras atividades/outros serviços	4420908	17,06%	51,13%	168766	15,71%	150,85%	4589674	17,01%	3,68%	53,38%
TOTAL	25909990	100,00%	2,31%	1073964	100,00%	14,29%	26983954	100,00%	3,98%	2,74%
	2014									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	150017	0,59%	-2,93%	8017	0,69%	-10,98%	158034	0,59%	5,07%	-3,38%
Indústrias extrativas	16617	0,07%	-29,81%	1043	0,09%	-40,02%	17660	0,07%	5,91%	-30,51%
Indústrias transformadoras	1463323	5,74%	-7,22%	65496	5,62%	35,58%	1528819	5,74%	4,28%	-5,95%
Eletricidade, água e gás	683108	2,68%	146,03%	2474	0,21%	82,58%	685582	2,57%	0,36%	145,72%
Construção	1195295	4,69%	-11,79%	228721	19,61%	3,79%	1424016	5,34%	16,06%	-9,61%
Comércio a grosso/retalho	1598990	6,27%	7,68%	122376	10,49%	13,41%	1721366	6,46%	7,11%	8,07%
Restaurantes e hotéis	367792	1,44%	-7,74%	21709	1,86%	-20,12%	389501	1,46%	5,57%	-8,53%
Crédito a particulares	15816560	62,05%	-2,47%	532172	45,63%	8,75%	16348732	61,34%	3,26%	-2,14%
Outras atividades/outros serviços	4196581	16,46%	-5,07%	184229	15,80%	9,16%	4380810	16,44%	4,21%	-4,55%
TOTAL	25488283	100,00%	-1,63%	1166237	100,00%	8,59%	26654520	100,00%	4,38%	-1,22%

Fonte: Elaboração própria

Anexo 14 - Crédito a clientes por setor agregado - BPI

Setores	2012									
	Vivo (m€)	%	Cresc Médio Anual	Vencido (m€)	%	Cresc Médio Anual	Total (m€)	%	Vencido/Total %	Cresc Médio Anual
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	307.778	1,14%	-	8.013	0,88%	-	315.791	1,13%	2,54%	-
Indústrias extrativas	132.933	0,49%	-	1.275	0,14%	-	134.208	0,48%	0,95%	-
Indústrias transformadoras	1.978.812	7,30%	-	59.013	6,45%	-	2.037.825	7,28%	2,90%	-
Eletricidade, água e gás	1.191.416	4,40%	-	6.036	0,66%	-	1.197.452	4,28%	0,50%	-
Construção	1.423.735	5,26%	-	167.320	18,28%	-	1.591.055	5,68%	10,52%	-
Comércio a grosso/retalho	1.771.375	6,54%	-	85.580	9,35%	-	1.856.955	6,63%	4,61%	-
Restaurantes e hotéis	347.731	1,28%	-	53.203	5,81%	-	400.934	1,43%	13,27%	-
Crédito a particulares	13.206.390	48,75%	-	373.938	40,86%	-	13.580.328	48,49%	2,75%	-
Outras atividades/outros serviços	6.729.451	24,84%	-	160.808	17,57%	-	6.890.259	24,60%	2,33%	-
TOTAL	27.089.621	100,00%	-	915.186	100,00%	-	28.004.807	100,00%	3,27%	-
	2013									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	263342	1,02%	-14,44%	46838	4,70%	484,53%	310180	1,16%	15,10%	-1,78%
Indústrias extrativas	130382	0,51%	-1,92%	1678	0,17%	31,61%	132060	0,49%	1,27%	-1,60%
Indústrias transformadoras	1821646	7,07%	-7,94%	52803	5,29%	-10,52%	1874449	7,00%	2,82%	-8,02%
Eletricidade, água e gás	1274402	4,94%	6,97%	7104	0,71%	17,69%	1281506	4,79%	0,55%	7,02%
Construção	1281944	4,97%	-9,96%	175840	17,63%	5,09%	1457784	5,44%	12,06%	-8,38%
Comércio a grosso/retalho	1448155	5,62%	-18,25%	86969	8,72%	1,62%	1535124	5,73%	5,67%	-17,33%
Restaurantes e hotéis	387607	1,50%	11,47%	51915	5,21%	-2,42%	439522	1,64%	11,81%	9,62%
Crédito a particulares	12688380	49,21%	-3,92%	367744	36,88%	-1,66%	13056124	48,76%	2,82%	-3,86%
Outras atividades/outros serviços	6485746	25,16%	-3,62%	206338	20,69%	28,31%	6692084	24,99%	3,08%	-2,88%
TOTAL	25781604	100,00%	-4,83%	997229	100,00%	8,96%	26778833	100,00%	3,72%	-4,38%
	2014									
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	259253	1,03%	-1,55%	32625	3,13%	-30,35%	291878	1,12%	11,18%	-5,90%
Indústrias extrativas	120997	0,48%	-7,20%	1402	0,13%	-16,45%	122399	0,47%	1,15%	-7,32%
Indústrias transformadoras	1883377	7,50%	3,39%	54034	5,18%	2,33%	1937411	7,40%	2,79%	3,36%
Eletricidade, água e gás	1204980	4,80%	-5,45%	8204	0,79%	15,48%	1213184	4,64%	0,68%	-5,33%
Construção	890522	3,54%	-30,53%	202753	19,43%	15,31%	1093275	4,18%	18,55%	-25,00%
Comércio a grosso/retalho	1614275	6,42%	11,47%	93384	8,95%	7,38%	1707659	6,52%	5,47%	11,24%
Restaurantes e hotéis	336037	1,34%	-13,30%	62947	6,03%	21,25%	398984	1,52%	15,78%	-9,22%
Crédito a particulares	12245720	48,73%	-3,49%	371041	35,55%	0,90%	12616761	48,21%	2,94%	-3,37%
Outras atividades/outros serviços	6573213	26,16%	1,35%	217303	20,82%	5,31%	6790516	25,95%	3,20%	1,47%
TOTAL	25128374	100,00%	-2,53%	1043693	100,00%	4,66%	26172067	100,00%	3,99%	-2,27%

Fonte: Elaboração própria